

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Fagner Alves Santos

**Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus
escritos, sua atuação (1920-1938)**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

SÃO PAULO – SP

2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Fagner Alves Santos

**Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus
escritos, sua atuação (1920-1938)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação, no Programa de Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Professor Doutor Mauro Castilho Gonçalves.

SÃO PAULO – SP

2018

Errata:

No Abstract, onde está escrito “Gramisci”, leia-se “Gramsci”.

Na página 09, no último parágrafo, onde se lê “mas que para isso é preciso ter”, leia-se “mas que para isso seria preciso ter”.

Na página 10, onde se lê “Recomendava que eu aumentasse”, leia-se “Recomendava que aumentasse”.

Págian 20, onde se lê “Antonio Gramisci”, o correto é “Antonio Gramsci”.

Na página 53 José Murilo de Carvalho é referenciado como historiador da educação, na verdade ele não o é.

Na página 73, onde se lê, “Pudente de Moraes”, leia-se “Prudente de Moraes”.

BANCA EXAMINADORA

Qualquer jornalista que não seja demasiado obtuso ou cheio de si para perceber o que está acontecendo sabe que o que ele faz é moralmente indefensável.

(Joan Didion)

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos primeiros seis meses de bolsa, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante o período restante. Sem os quais, este trabalho não seria possível.

Agradecimentos

Meus agradecimentos iniciais não poderiam deixar de ser para o meu orientador, o professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves, pela cordialidade durante essa empreitada. Aos professores Dr. Daniel Ferraz Chiozzini e o Dr. Ivanilson Bezerra da Silva, pelas contribuições no exame de qualificação.

O meu muito obrigado aos membros do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. A contribuição de cada um de vocês funcionou como tijolos que foram acrescentados ao projeto. Vistos em separados já possuía sua rigidez, mas em conjunto demonstraram todo seu potencial. Luana Werneck, nenhuma palavra pode expressar a dívida que tenho para com você.

Agradecimentos mais que especiais a Elizabeth Adania, a Betinha, por toda sua solicitude nos momentos de mais dificuldades.

Aos novos amigos que fiz. Muitos dos quais entraram para o círculo mais próximo de amizade. Vocês tornaram a jornada mais aprazível.

E, por fim, agradeço as agências de fomento CAPES e CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação examina a produção intelectual e a atuação política de Júlio de Mesquita Filho (1892 -1969) na condução dos debates que culminaram na criação da Universidade de São Paulo, em 1934. Foram considerados, na análise, os antecedentes e as circunstâncias históricas que constituíram o cenário de intervenção de grupos nos quais e pelos quais Mesquita Filho atuou como protagonista. Foram analisados os escritos e discursos proferidos, desde a perspectiva do projeto de ensino superior como categoria central na formação de quadros intelectuais, nomeadamente paulistas e as relações estabelecidas por Júlio de Mesquita para consolidar o que defendia para o futuro de São Paulo e da nação. Os escritos divulgados em diferentes espaços de produção e circulação de ideias, tais como o jornal *O Estado de São Paulo*, a *Revista do Brasil*, dentre outros veículos – publicados antes e depois da criação da USP -, se encontram entre as fontes centrais da presente pesquisa, analisadas à luz das categorias intelectual e trajetória, dentre outros conceitos advindos das pesquisas de Antonio Gramsci, J. F. Sirinelli e C. Charle.

Palavras chave: Júlio de Mesquita Filho, intelectual, trajetória, Universidade de São Paulo, *O Estado de São Paulo*

ABSTRACT

This dissertation examines Júlio de Mesquita Filho's intellectual production and political performance (1892-1969) in the conduct of the debates that culminated in the creation of the University of São Paulo in 1934. The background and historical circumstances that were the scenario of intervention of groups in which and for which Mesquita Filho acted as protagonist. The project of higher education was investigated in the writings and speeches given, as a central category in the formation of intellectual cadres, especially in São Paulo, and the relations established by Júlio de Mesquita to consolidate what he defended for the future of São Paulo and the nation. The writings published in different spaces for the production of ideas, such as the newspaper *O Estado de São Paulo*, *Revista do Brasil*, among other vehicles - published before and after the creation of USP - are among the central sources of the present research, analyzed in the light of the intellectual and trajectory categories, among other concepts coming from the researches of Antonio Gramsci, J.F. Sirinelli and C. Charle.

Keywords: *Júlio de Mesquita Filho; intellectuals; trajectory; University of São Paulo, O Estado de São Paulo*

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 – Júlio de Mesquita Filho, sua trajetória e suas redes	22
1.1– <i>O jornal nas primeiras décadas do século XX</i>	26
1.2- <i>Criação do Estadinho e da Revista do Brasil</i>	29
1.3 – <i>Júlio de Mesquita Filho e a Bucha (Burschenschaft).....</i>	31
1.4 – <i>A campanha Civilista</i>	34
1.5 – <i>Criação da Liga de Defesa Nacional</i>	38
1.6 – <i>O repórter sendo forjado</i>	40
1.7- <i>O grupo do jornal O Estado de S. Paulo</i>	48
Capítulo 2 – Civilização e projeto de nação	65
2.1 - <i>“Guerra do Paraguai” (Carta ao embaixador Carcano).....</i>	80
2.2 - <i>O Brasil e a revolução industrial da Inglaterra.....</i>	83
2.3 - <i>Índios, jesuítas e bandeirantes – Pola Grei</i>	89
Capítulo 3 – Universidade como ferramenta civilizatória	93
3.1 – <i>Entre a redação e a política: as redes de Mesquita Filho.....</i>	99
3.2 – <i>A criação da Universidade</i>	103
3.3 – <i>Conceitos e ideias sobre universidade, pós criação da USP</i>	106
Considerações Finais	110
Referências	112
<i>Fontes</i>	118
<i>Legislação.....</i>	119

Introdução

Ao retornar do interior da Bahia para a cidade de São Paulo, em julho de 2013, fui ao encontro do prof. Dr. Dirceu Lopes Fernandes, na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Como eu havia acabado de chegar, e o prof. Dirceu era meu único contato no mundo do jornalismo, fui cobrar uma antiga promessa que ele tinha me feito sobre emprego e contatos. Nossa amizade tivera início na Universidade Católica de Santos (UniSantos), onde ele havia sido professor por 33 anos, e onde eu me graduei em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo.

O professor então me sugeriu que cursasse uma de suas disciplinas, Fundamentos do Jornalismo, ministrada na USP, que eu já havia frequentado alguns anos antes sem nunca ter concluído.

A proposta da disciplina era a de, a cada aula, realizar uma entrevista coletiva – em parceria com os outros colegas de turma – com algum jornalista, diretor ou redator renomado dos mais diversos veículos de comunicação da cidade e, terminada a entrevista, elaborar uma matéria com manchete, linha fina e lide (*lead*) num período de vinte minutos. Em resumo, era um exercício prático realizado a cada nova aula. No entanto, meu foco seria levar currículo para cada uma das redações visitadas e tentar estabelecer contato com os profissionais do meio. Durante esse semestre, visitamos a redação da revista *Caros Amigos*, do jornal *Brasil de Fato*, da *Folha de S. Paulo*, do *Estado de S. Paulo*, além de muitas outras. Numa dessas oportunidades, o prof. Dirceu ministrou uma aula sobre as campanhas em apoio à educação desenvolvidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Focou, principalmente, na figura do Júlio de Mesquita Filho e no seu empenho para criar a USP. Ao fim da aula fui pedir referências bibliográficas sobre o assunto, minha curiosidade havia sido atizada. Durante o restante do semestre eu dividi meu tempo entre as aulas da disciplina, a busca por emprego e a pesquisa sobre o Júlio de Mesquita e seu projeto de universidade.

Findo o semestre, já trabalhando, tive a ideia de tentar pesquisar o assunto num curso de pós-graduação. Não obtive o apoio do prof. Dirceu. Ele argumentava que mestrado e doutorado servem para capacitar o indivíduo a lecionar em universidades (além do evidente preparo para a pesquisa), mas que para isso é preciso ter experiência

de mercado. Recomendava que eu aumentasse a experiência antes de me aventurar no mestrado. “Pelo menos mais dez anos de prática antes de pensar em ensinar”, dizia ele.

Desobedecendo as recomendações do meu querido professor e amigo, comecei a cursar, como aluno ouvinte, a disciplina “Espaços e tempos da escola moderna: a educação comparada, perspectivas e políticas”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Vivian Batista da Silva, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Por causa da greve geral, iniciada em maio de 2014 e finda em agosto daquele ano, a disciplina não foi concluída.

De qualquer modo, aquela experiência foi o suficiente para fomentar o interesse pela História da Educação. No segundo semestre de 2015, uma pessoa muito próxima, que cursava o mestrado no EHPS da PUC-SP, sugeriu que o meu projeto seria bem aceito no programa. E foi assim que ingressei no *Grupo de Pesquisa História das Instituições e dos intelectuais da Educação Brasileira*. Aqui abro um parêntese para agradecer ao grupo, e ao meu orientador, Mauro Castilho Gonçalves, pelo acolhimento do projeto e pela ajuda no amadurecimento do enfoque.

A pergunta que me incomodava era: O que faz com que um jornalista, empresário, formado em Direito, que nunca lecionou, tome para si a missão de fundar a Universidade de São Paulo? Pesquisas sobre vida e obra do intelectual em questão já existiam no mundo acadêmico.

Para ficarmos apenas naquelas que mais se aproximam das minhas inquietações de pesquisa, tomemos como exemplos a dissertação, *Júlio de Mesquita Filho formação e evolução de um liberal* (STEUER, 1982); o livro *Nascidos para perder* (SEVERIANO, 2012); a dissertação *A luz dos olhos de um povo: os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo* (1920-1934), elaborada por Dóris Sathler de Souza Larizzatti (1999), uma pesquisa no campo da história da educação; e o livro *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*, (SALONE, 2009). Além disso, havia pesquisas que envolviam o jornal *O Estado de S. Paulo* e seus editores vinculados à educação pública, mas com um recorte temporal diferente do que esta pesquisa se propõe, como é o caso de *A campanha de defesa da escola pública em São Paulo* (1960-1961), tese de doutorado desenvolvida por João do Prado Ferraz de Carvalho (2003). Sendo assim, tracemos um pequeno resumo de cada uma dessas obras.

Júlio de Mesquita Filho formação e evolução de um liberal é uma dissertação de mestrado orientada pelo prof. Dr. Demerval Saviani. Foi montada como uma biografia em três capítulos: I) O homem e sua história; II) O homem e suas ideias; III) O homem e seu tempo. Com base em análises de documentos, artigos publicados e entrevistas – a Honório de Sylos, Antônio Pereira Lima e Paulo Duarte –, Steuer traça um perfil quase que jornalístico do intelectual estudado. Seu enfoque, no entanto, é a “posição que ele assumiu como fiel defensor do ideário liberal” (STEUER, 1982, p.I).

Já o livro *Nascidos para perder* (SEVERIANO, 2012) conta a trajetória da família Mesquita e do jornal *O Estado de S. Paulo*, desde suas primeiras campanhas partidárias, em 1875, até o primeiro mandato presidencial de Dilma Vana Rousseff, em 2011. A argumentação de Severiano é que o jornal perdeu quase todas as causas que apoiou. Apesar de seu longo recorte cronológico e de seu tom opositor aos ideais defendidos pelo jornal, este livro traz informações essenciais sobre os bastidores do grupo *Estado*, bem como da formação da família Mesquita.

Temos também a dissertação de Dóris Sathler de Souza Larizzatti (1999), *A luz dos olhos de um povo: os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo (1920-1934)*, um trabalho que busca mapear as intervenções do grupo *Estado* na formação de um ideal de educação daquele período. Sua janela temporal se fecha em 1934, ano de fundação da USP, seu enfoque vai muito além do ensino superior, mas sua contribuição para esta pesquisa é evidente. Afinal, para falar de Júlio de Mesquita Filho e de seu projeto para a educação superior no Brasil, é preciso fazer o levantamento histórico de dois fatores: o desenvolvimento da ideia de ensino universitário no País e a formação da própria imprensa.

Irredutivelmente liberal: Política e Cultura na Trajetória de Júlio Mesquita Filho (2009) é a edição da tese de mestrado em diplomacia defendida por Roberto Aldo Salone no Instituto Rio Branco. Com prefácio de Celso Lafer e introdução de Ruy Mesquita Filho, neto de Júlio Mesquita Filho e também editor do livro.

A campanha de Defesa da Escola Pública em São Paulo (1960-1961), a tese de doutoramento do pesquisador João do Prado Ferraz de Carvalho, apresentar, como o título já anuncia, “o significado histórico da Campanha de Defesa da Escola Pública desenvolvida no estado de São Paulo, nos anos de 1960 e 1961. Apesar de ter sido de

grande ajuda na compreensão da metodologia de pesquisa, esse trabalho não serviu de referência direta à presente pesquisa.

As discussões e propostas sobre a criação de uma universidade brasileira datam do século XIX. Ernesto de Souza Campos (2004), um dos fundadores da Universidade de São Paulo, diretor da Faculdade de Medicina desta mesma universidade e ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Eurico Gaspar Dutra, explica que o então deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, José Feliciano Fernandes Pinheiro, defendia a criação de uma universidade no Brasil já no ano de 1823, já que a única opção era estudar em Portugal.

Avançando um pouco no tempo, o Partido Republicano, em sua propaganda, enfatizava seu compromisso com a educação desde o primeiro Manifesto Republicano de 1870, quando buscava uma forma de transição suave e não agressiva para o novo regime.

Durante todo o período imperial, a educação superior limitou-se a duas faculdades de medicina e duas de direito, criadas antes de 1830. Além dessas, só foram criadas duas escolas de engenharia, a Politécnica, em 1874, e a Escola de Minas, em 1876. As escolas de direito, sobretudo, tinham seus currículos controlados pelo congresso, pois delas saíam quase todos os políticos imperiais (CARVALHO, J. M., 1998, p.241).

A educação como elemento regenerador da sociedade, é um reflexo das ideias da Europa. Os republicanos buscavam a laicização e gratuidade do ensino público, bem como a difusão do ensino primário.

(...) começam a surgir escolas de estilo norte-americano com ênfase no pragmatismo, na maior participação do aluno, na educação física. O dândi afrancesado ao estilo *belle-époque* começa a sentir a competição do *sportsman* cultor do físico, dinâmico, empreendedor (CARVALHO, J. M., 1998, p.106).

A imprensa, por sua vez, passava por uma fase de transformações.

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. (SODRÉ, 1967, p 315).

Grandes jornais só se desenvolvem em locais minimamente urbanizadas. É preciso um público alfabetizado que possa ler as notícias, com recursos financeiros para

assinar um jornal – até então não existia venda avulsa; como também é preciso equipamentos para a impressão do jornal e dos meios de distribuição dos exemplares.

Até o século XV, comunicação, já num sentido moderno, significava tornar comum a muitos, partilhar. Comunicação foi, primeiro, a ação, e, depois, desde o final do século XV, o objeto assim tornado comum: uma comunicação. Esta se manteve como sua principal gama de uso. Desde finais do século XVII, porém, ouve uma importante ampliação para *meios* de comunicação, especialmente em expressões como linhas de comunicação. No principal período de desenvolvimento das ferrovias, canais e estradas, comunicação foi com frequência o termo geral e abstrato que designava essas instalações. Foi no século XX, com o desenvolvimento de outros meios de transmitir informação e manter contato social, que comunicações passou também, e talvez predominantemente, a referir-se a MEIO como a imprensa e a radiodifusão, embora esse uso (que é mais antigo nos EUA que no RU) não se tenha estabelecido antes da metade do século XX. A indústria das comunicações, como é chamada hoje, distingue-se em geral da *indústria de do transporte*: comunicações para informações e ideias, na imprensa e na radiodifusão; transporte físico de pessoas e bens (WILLIAMS, 2007, p.103, grifos do autor).

Severiano (2012) afirma que nosso país, no final do século XIX, já tinha montada certa base estrutural, ao menos entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O Brasil já apresenta sinais do progresso capitalista, principalmente o sudeste dos “barões do café”. A São Paulo da década de 1870 já é servida por cinco ferrovias, uma delas liga ao Rio de Janeiro, à corte imperial. Neste cenário surge A Província, antimonarquista, antiescravagista e anticlerical: maçônica (SEVERIANO, 2012, p.20).

Essas mudanças só foram possíveis graças aos investimentos em equipamentos novos e modernos que possibilitavam uma expansão na tiragem de cada periódico. “A imprensa se diversificava, principalmente em S. Paulo” (SODRÉ, 1966, p.303). Além disso,

A ideia republicana ampliava-se progressivamente a partir de 1870 na camada culta da população: estudantes, intelectuais, militares, padres. Na capital paulista, Leôncio de Carvalho comprou em 1874, o *Correio Paulistano* que fora fundado pelo Partido Republicano Paulista em 1872, tornando-o seu órgão de divulgação. Em 1865, era fundado o *Diário de São Paulo*, por Pedro Taques de Almeida Alvim, Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Júnior e Henrique Schroeder, donos da Tipografia Alemã, fechado em 1878, seu material passou para o *Correio Paulistano*, que em 1887, tornou-se conservador. Em 1873, quando as ideias republicanas ganhavam força em São Paulo, estruturava-se o Partido Republicano, na Convenção de Itu, e os fazendeiros de café

apreensivos com a Lei do Ventre Livre, levantaram 50 contos de reis e com Rangel Pestana à frente, fundaram *A Província de São Paulo*. Em 1880, era o jornal de maior tiragem da cidade. Em 1885, Júlio Mesquita entrava para a redação e com a eleição de Rangel Pestana para o Senado, assume a direção do jornal com novo nome *O Estado de São Paulo*, primeiro jornal a introduzir a venda avulsa em São Paulo. Surgiram na década de 1870, os primeiros jornais de língua estrangeira. Outro jornal de destaque foi o *Diário de São Paulo*, criado por Alberto Sales (MARCILIO, 2005, p.113).

De qualquer modo, é preciso ressaltar que o “jornalismo que marcou a Primeira República foi vibrante e decisivo nos destinos do país, muito embora tenha sido nesse mesmo período que a compra da opinião da imprensa pelo governo tornou-se rotina” (MARTINS; LUCA, 2006, p.37). A Proclamação da República altera o funcionamento do Estado. O poder moderador é extinto; a eleição deixa de ser condicionada pela renda, os senadores deixam de ser vitalícios; a titularidade da nobreza deixa de existir; há descentralização do governo, assim como a escolha dos governadores provinciais. Politicamente, adota-se o modelo norte-americano que, segundo Rui Barbosa, era o que mais se adaptava ao “vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que era o Brasil” (RIBEIRO, 1981, p.69).

A imprensa sempre se impôs como força política, desde os seus primórdios. Na verdade, foi com essa finalidade que ela surgiu. “Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem, por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais, transformando-os em instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1994, p.13).

É por isso que o historiador precisa “estudar os periódicos como agentes da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam por suas páginas (LARIZZATTI, 1999, p.31). A imprensa é tratada como uma entidade abstrata, como se por trás dessa camuflagem não houvesse seres com intenções bem definidas e determinadas. Dentro destes termos, o levantamento do acervo coletado teve como material de apoio investigativo livros, artigos de jornal, dissertações, teses e, até mesmo, retalhos de textos (notas e pequenas citações) que possibilitaram descobrir fontes primárias, biográficas, documentais e impressas pertinentes ao tema.

Diante disso, é importante não perder de vista a explanação de Le Goff sobre o valor do documento como fonte histórica. Ele diz que,

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1996, p. 538).

As pesquisadoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto se apropriam deste conceito, cunhado por Jacques Le Goff, para, sob essa perspectiva, propor a utilização da imprensa como fonte histórica. Não mais como a única destituída de credibilidade frente ao documento que carrega a “verdade”, mas, assim como qualquer documento, parte da construção do período em que foi produzido. Devem, portanto, ser analisados sob a perspectiva da história social, em articulação com a conjuntura, entendidos como força ativa da história social, em articulação com a conjuntura, entendidos como “força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processo e conjunturas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.256).

Foram selecionadas para análise as seguintes fontes: a) artigos publicados sobre o ensino superior no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 1920 e 1938, assinados por Júlio de Mesquita Filho; b) edições comemorativas, elaboradas para construir uma memória do jornal a respeito de sua versão da história, e que foram publicadas depois da morte do Júlio de Mesquita em 1969; c) livros autorais, como *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data* (1925), *Ensaio Sul-americanos* (1946)¹, *Política e Cultura* (1969); d) além do livro de missivas, intitulado *Cartas do Exílio – a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*, (MESQUITA FILHO, R. 2006).

¹ Para a pesquisa fez-se uso da segunda edição desta obra, publicada em 1956.

Sobre a seleção dos artigos é importante destacar que, uma busca pelo termo “ensino superior” no banco de dados da hemeroteca digital do jornal retornou 1553 ocorrências só para o período entre 1920 a 1929. Como o sistema não permite filtrar por autor, uma nova busca foi realizada, agora pelos termos “ensino superior Júlio de Mesquita Filho”. Desta vez, para o mesmo período (1920 a 1929), foram encontradas 47 ocorrências, e 305 para a janela de tempo entre 1930 e 1939, somando-se 352 artigos no total. Uma leitura criteriosa permitiu uma melhor triagem, desses textos, selecionando assim 82 artigos para estudo mais aprofundado.

Destaque especial para o ensaio *A Crise Nacional – Reflexões em torno de uma data*, publicado num domingo (dia de maior circulação do jornal), 15 de novembro de 1925. O texto toma toda a página 2 daquela edição. As páginas pares têm menor valor que as ímpares em qualquer publicação impressa, mas o tamanho do texto – que ocupa toda a mancha gráfica de tamanho standard, 600 x 750 mm (23,5 pol. x 29,5 pol.) – impressiona. Esse mesmo texto foi publicado, *ipsis litteris*, ainda em 1925, num livro de 92 páginas. Para a presente pesquisa, os artigos publicados nas páginas do jornal foram confrontados com suas versões em livro, não sendo encontrada qualquer alteração de conteúdo de uma versão para a outra.

Em todas essas produções é possível identificar uma ideia contínua sobre o que deveria ser o processo de “urbanização” e “civilização” do Brasil. Mesquita Filho acreditava que era preciso criar uma elite bem instruída, capacitada a administrar a nação. Para isso, havia a necessidade de um centro de pesquisa universitário, nos moldes dos existentes na Europa. Essa primeira universidade deveria ser implantada em São Paulo e, com a formação das primeiras levas de professores, se expandiria para outras regiões do País. Tudo isso calcado no liberalismo spenceriano. Na leitura de suas obras é possível acompanhar a formação dessas suas linhas de pensamento. Essas produções serão analisadas no segundo capítulo. Vejamos o breve resumo de algumas delas.

A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data (1925) é o primeiro livro do jornalista. Composto por três artigos, publicados originalmente nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de 15 de novembro de 1925, em que o jornalista busca compreender o movimento político nacional, inserido internacionalmente e no contexto histórico. Preocupa-o “problema da adaptação definitiva da democracia no Brasil” (1925, p. 3), face à decadência política que se seguiu à implantação do regime republicano. Compara o momento com o panorama que antecedeu a instauração do novo regime e

observa melhoria nos meios de comunicação, “quase nulos no tempo do império” (1925, p. 4), na oferta de escolas primárias, centuplicadas no período, fatores insuficientes para a adesão de intelectuais à vida pública. Tampouco corroboraram para a lisura na seleção de representantes populares: “hoje oferecemos ao mundo o espetáculo degradante de costumes políticos” (1925, p. 4). A solução encontrada assenta-se no tripé: voto secreto, serviço militar obrigatório e educação média e superior de qualidade. Para a presente pesquisa foram analisados as versões em jornais em cotejamento com a edição em livro. Não houve mudanças significativa, no conteúdo, de um para o outro;

Ensaio Sul-americanos (1946), coletânea de ensaios em que defende a ideia de que o Império do Brasil foi pacifista e refuta as afirmações segundo as quais o País teria investido numa ação expansionista no continente sul-americano. Escrito em Buenos Aires durante o período em que Mesquita Filho conviveu com a família Paz e com a família Mitre, donas respectivamente dos jornais *La Prensa* e *La Nación*;

Política e Cultura (MESQUITA FILHO, J., 1969) – Publicação póstuma composta de artigos, palestras, ensaios e conferências de autoria de Mesquita Filho ao longo de sua carreira. O conteúdo do livro é disposto em quatro grandes partes: definições na política latino-americana, aspectos da política nacional e da promoção da nacionalidade, a crise na França e, o último, focos de renovação do pensamento paulista. Encontra-se na primeira parte do livro o histórico artigo do jornalista publicado na revista francesa *Esprit International* de abril de 1939, denominado “*A América do Sul em face do momento internacional*”, quando o jornalista estava em seu segundo exílio. Nesse texto, Mesquita Filho traça uma reflexão sobre o progresso do nazi-fascismo na Argentina e no Brasil;

Cartas do Exílio – a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho, (MESQUITA FILHO, R., 2006) - este livro traz as cartas trocadas entre Júlio e sua esposa Marina. Traz, ainda, artigos que Júlio escreveu para *O Estado de S. Paulo* antes de o jornal ser confiscado pela ditadura, em 1940, para publicações francesas, como *L'Esprit*, e argentinas, como o jornal *La Prensa*. Além disso, a transcrição do depoimento de Mesquita Filho à Ditadura Vargas.

Ainda entre os artigos de jornal, cabe ressaltar o ensaio *Esboço de uma autobiografia*, datado de 13 de julho de 1969, mesmo dia em que o jornal noticiava seu falecimento. O texto, publicado nas páginas 9 e 10 do diário, era, como o próprio nome

sugere, o rascunho da biografia que Mesquita Filho vinha escrevendo sobre si mesmo. Não houve tempo de terminar.

Em relação ao conteúdo publicado na imprensa periódica, faz-se necessário levar em consideração a contribuição de Luca (2005), no sentido de considerar esses periódicos não como “obras solitárias”, mas como “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos” (LUCA, 2005, p.140), com objetivos e valores em comum e que se utilizam da palavra escrita para difundir suas ideias.

A análise aponta então,

(...) para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (LUCA, 2005, p.141).

O objetivo desta pesquisa, portanto, é estudar e analisar a situação política e produção intelectual do Júlio de Mesquita Filho, naquilo que é referente ao seu projeto para a educação superior, culminando na criação da Universidade de São Paulo.

Contudo, para capturar essa vivência, é necessário considerar duas questões fundamentais: Em primeiro lugar, é preciso entender que a história como disciplina tem sua própria “lógica histórica” (THOMPSON, 1981, p.49), e em segundo, é preciso pensar nas possibilidades de Mesquita Filho, mesmo que sob certas circunstâncias², enquanto sujeito ativo na construção de sua história. Distanciando-se, portanto, de um entendimento histórico que anula o sujeito.

Thompson (1981), na obra *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*, propõe que a “lógica histórica” é um método lógico de investigação adequado a materiais históricos e destinados a testar as hipóteses quanto às noções de estrutura, de causação, de contradição, de mediação e de organização de vida social, política, econômica e intelectual. Deste modo, para Thompson,

o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceitos e evidências, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese..., o interrogado é a evidência. É, porém, (importante) dizer que essa lógica não se revela

² A inspiração teórica que melhor informa o uso da expressão “circunstância” neste projeto é aquela desenvolvida por Charle (2000).

involuntariamente, que a disciplina exige um preparo árduo (1981, p.49).

Também é possível se referenciar nas considerações de Ginzburg, em sua obra *Mitos, Emblemas, Sinais*, no capítulo intitulado “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, há uma breve análise sobre “o modo de fazer pesquisas históricas” (GINZBURG, 2014, p.7), ele justifica que produto da pesquisa histórica não pode ser comprovado por uma “equação galileana”, “matemática” (GINZBURG, 2014, p.156), pois o objeto a ser estudado sofre transformações constantes, e um mesmo acontecimento pode produzir diferentes interpretações devido às suas possibilidades históricas. Para Ginzburg

Disciplinas como estas, profundamente permeadas pela diacronia, não podiam deixar de se voltar para o paradigma indiciário ou divinatório (e Huxley falava explicitamente de adivinhação voltada para o passado), descartando o paradigma galileano. Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos (2014, p.169).

E por fim, mas não menos importante, esse corpo teórico-metodológico considerará a dimensão política no estudo dos intelectuais e das redes que os conectam. Nas palavras de René Rémond, citado por Sirinelli (1996), “o comportamento político dos intelectuais mereceria por si só um estudo” (SIRINELLI, 1996, p.231). E como falar de Júlio de Mesquita Filho e grupo *Estado* sem falar das redes? Seria impossível. Se existe um grupo, existe uma rede. Ou, como diria Charle,

La producción intelectual resulta, en mayor medida que todas las demás empresas de la época, una aventura con inciertos resultados. Incluso en el caso de las obras más conocidas, las grandes tiradas constituyen una rara excepción, pues los editores no disponen ni de los medios financieros necesarios ni de las también necesarias redes de distribución. Las grandes tiradas sólo pueden, en consecuencia, salir al mercado poco a poco (2000, p.11-12).

São esses os dois principais eixos sobre os quais se pauta esta pesquisa. Por um lado, a formação do intelectual, por outro, a atuação deste para com as suas redes.

Diante desse quadro é que se expõe a presente dissertação, cujo objetivo central é a problematização da atuação e produção política e intelectual de Júlio de Mesquita Filho – entre os anos de 1920 a 1938, período em que Mesquita Filho foi mais atuante, veiculou seus projetos e militou em função da reforma educacional –, não pode prescindir

de uma discussão sobre a obrigação, por parte do pesquisador, de ter uma série de habilidades para explorar características e fatos não percebidos em outras abordagens. Em especial, seus escritos e sua atuação no que toca a criação da Universidade de São Paulo e como ele deu continuidade ao seu “processo civilizatório”³ após essa execução.

Ou, como bem observou Sirinelli:

Não importa! A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. Aberturas conceituais e progressos do conhecimento custam esse preço, mesmo que nas últimas décadas, em certos setores da corporação historiadora, tenha sido considerado de bom-tom ridicularizar a “erudição” (SIRINELLI, 1996, p.245).

Essa seria uma das formas de mapear as transformações das ideias e das redes de sociabilidade que fomentaram a criação da Universidade de São Paulo.

Além disso, é preciso também definir o conceito de intelectual na leitura que o faz Antonio Gramsci. O marxista sardo possuía uma compreensão que se contrapunha às teorias que, na sua época, separavam a política da ciência (WEBER, 1993) ou que concebiam os intelectuais como uma camada social independente (MANNHEIM, 1986). Esses foram os motivos que fomentaram, em Gramsci, uma nova interpretação da categoria “intelectuais” como parte do organismo de formação de uma consciência crítica. Existe, nesta leitura, uma oposição dialética entre o indivíduo, classificado como intelectual, e a realidade ao seu redor. É desta forma que se desenvolve uma oposição à hegemonia consolidada. É possível assumir que o interesse de Gramsci, na elaboração dessa nova chave interpretativa, é o fortalecimento e a multiplicação do intelectual pertencente às classes menos favorecidas.

Na verdade, para Gramsci, “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p. 18). E é com base nessa estrutura interpretativa, que busca entender a atuação dos intelectuais nos procedimentos de conservação e/ou os de reforma da estrutura social vigente, que a leitura gramsciana servirá de ferramenta para a apreensão dos interesses em disputa.

³ Termo utilizado pelo próprio Júlio de Mesquita Filho no artigo *A crise nacional – reflexões em torno de uma data*, publicado na edição de 15 de novembro de 1923 do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro intitulado *Júlio de Mesquita Filho, sua trajetória e suas redes*, trata da questão biográfica, da formação acadêmica e profissional, além do desenvolvimento de suas redes de sociabilidade e de seu conflito com o governo de Getúlio Vargas. Dentro desse recorte temporal, que vai de 1920 a 1938, é possível identificar o nascimento do projeto que culminaria na Universidade de São Paulo, os dois exílios pelos quais Mesquita Filho passou, além da sua atuação como jornalista.

O segundo capítulo, intitulado *Civilização e projeto de nação*, analisa, dentro de algumas das suas obras, seus conceitos de nação e civilização, suas ideias sobre desenvolvimento, sua visão sobre o negro, sobre a democracia, sua atuação como signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, sua visão sobre a Monarquia, sua análise sobre o Nordeste brasileiro, além de sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932 e sua participação no nascimento da Universidade de São Paulo em 1934.

O terceiro capítulo, intitulado *Universidade como ferramenta Civilizatória*, resgata, dentro dos seus escritos, algumas categorias fundamentais para a compreensão de seu ideal de ensino superior; elucida parte de suas redes de sociabilidade que foram fundamentais para a criação da USP; aborda o processo que culminou na criação desta universidade e retoma conceitos do próprio Mesquita Filho pós criação institucional.

Capítulo 1 – Júlio de Mesquita Filho, sua trajetória e suas redes

Este primeiro capítulo analisa o contexto histórico e político dos anos de 1920 a 1938. Período esse em que Júlio de Mesquita Filho atuou como jornalista, militou politicamente – na maior parte do tempo se opondo ao varguismo⁴, mas algumas vezes flertando com ele –, e encabeçou a campanha pela criação da Universidade de São Paulo. São esses três campos – imprensa, política e universidade – que vão nortear a presente dissertação.

Para compreender a origem, formação e atuação de Mesquita Filho, este capítulo faz uso de cinco obras. A saber: *A educação na encruzilhada – Problemas e discussões*, texto do Inquérito de 1926, produzido por Fernando de Azevedo (1957) e publicado originalmente nas páginas de O Estado de S. Paulo; *“A luz dos olhos de um povo”: os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo, 1920-1934*, dissertação de mestrado, defendida por Doris Sathler de Souza Larizzatti (1999); *Júlio de Mesquita Filho – Formação e evolução de um liberal*, dissertação de mestrado desenvolvida por Renata Claudia Steuer (1982); *Julio de Mesquita Filho*, biografia escrita por José Alfredo Vidigal Pontes (2010); e *Nascidos para perder: História do Estadão, jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras e das armas*, escrito por Mylton Severiano (2012), além de diversos artigos de jornais e ensaios.

Júlio César Ferreira de Mesquita Filho nasceu em 14 de fevereiro de 1892, na cidade de São Paulo. Nessa época o seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, era presidente do Estado de São Paulo – o equivalente a governador nos dias atuais. A família Mesquita, que muitos creem ser quatrocentenária, é relativamente jovem.

O parente mais remoto que a família encontra é certo tenente Monteiro, português que veio na comitiva de João VI em 1807, quando o rei fugiu para o Brasil diante da iminente invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Lutando contra espanhóis na campanha Cisplatina, Monteiro é promovido a capitão. Casa com uma trasmontana de sobrenome Mesquita – “com fumaças de aristocracia”, garantem os descendentes. E volta a Portugal, por pouco tempo. Lutando ao lado de Dom Miguel, filho de João VI, é derrotado. Precisa fugir novamente. Mas os filhos se negam a acompanhá-lo. O capitão, ressentido, proíbe-os de usar o sobrenome paterno. Assim o primeiro Júlio, ao biografar o avô capitão,

⁴ Segundo Bastos (2011) Getulismo, ou **Varguismo**, consiste, basicamente, no culto à personalidade de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) e no seu estilo característico de governo.

justifica este fato, o da família Monteiro que virou Mesquita. O capitão não perdoou os filhos renegados mesmo quando, arrependidos, vieram encontrá-lo no Brasil. Um destes filhos será o pai do primeiro Júlio de nossa história. Chamava-se Francisco e sabe-se que veio para Campinas, a cem quilômetros da capital paulista. Lá montou uma loja de secos e molhados, das que vendiam de meias de seda a bacalhau. Em sua auto-história, os Mesquitas contam que o filho do capitão Monteiro prosperou; e casou com Maria da Conceição Ferreira, com quem teve o predestinado Júlio, nascido a 18 de agosto de 1862 (SEVERIANO, 2012, p.20).

Os herdeiros de Júlio de Mesquita, como bons filhos da burguesia, eram educados nas melhores escolas. Aos cinco anos de idade, Mesquita Filho foi matriculado no recém-criado Jardim de Infância do Instituto de Educação Caetano de Campos. Lá permaneceu até o ano de 1904, cursando o primário. Dali seguiu para a Escola Acadêmica de Lisboa, local em que terminou o curso primário. Ao que consta, essa experiência com o processo educacional português deixou marcas negativas em Mesquita Filho. “Em Portugal, as práticas disciplinares da bofetada e da palmatória revoltaram o estudante brasileiro” (PONTES, 2010, p.26).

Ao final de 1905 passou a estudar em Genebra, no Colégio de *La Chatelaine*⁵. Essa experiência foi mais agradável que a anterior.

Na Suíça, aluno da escola média, sua formação intelectual se expande. Ele leu muito, especialmente literatura, e adolescente fazia suas primeiras avaliações acerca da humanidade, influenciado por Rousseau e a ideia de “bondade natural”. Para isso havia contribuído muito o ambiente encontrado em ‘*La Chateleine*’, onde vivenciou uma experiência de cunho humanístico notável (PONTES, 2010, p.26).

Foi a partir deste ponto que Júlio de Mesquita Filho começou a se interessar pelo poder de transformação desempenhado pelo processo educacional, e isso “serviu-lhe de base para suas futuras ideias sobre educação e ensino” (STEUER, 1982, p.10).

⁵ O Instituto *Le Chateleine*, estabelecido em 1880, é o mais antigo internato particular da Suíça, essa instituição foi criada para educar jovens promissores, localizada em Rolle no Cantão de Vaud, é uma das instituições educacionais mais exclusivas do mundo. Oferece educação bilíngue e multicultural com estudos em francês ou em inglês a estudantes (com idade entre 9 a 19 anos) de diferentes países (MESQUITA FILHO, J., 1969).

Em seu *Um esboço de autobiografia* (1969), publicado nas páginas de *O Estado de S. Paulo* no mesmo dia da divulgação de sua morte, Júlio de Mesquita Filho afirma que não se lembrava de “nada” dos métodos de ensino do primário, mas fez questão de elogiar seu jardim de infância dizendo que

há evidente exagero ao me referir a aulas do jardim da infância. O que se dava era que as crianças nele matriculadas eram maternalmente distraídas por um grupo de professoras imbuídas do espírito que deve presidir um estabelecimento daquela natureza e superiormente orientadas por essa alma de eleição que era chamada em vida de Dona Mimi Varella, cuja lembrança constitui até hoje uma das mais agradáveis recordações para todos que tiveram a ventura de usufruir-lhe a vivificante influência. Respirávamos a seu lado a mesma sadia atmosfera que caracterizava a minha casa e a de meus avós. Frequentavam-no os filhos e filhas das mais antigas e ilustres famílias paulistas, ao lado dos filhos e filhas da gente mais humilde, sem que se notasse a mínima diferença no trato ou nas relações da miuçalha. Era aquilo uma perfeita miniatura da “gens paulista”, tão solidamente constituída e tão sadia na sua maneira de viver e de conceber a vida⁶ (MESQUITA FILHO, *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1969, p.9).

No entanto, o mesmo não ocorre com sua experiência na capital portuguesa. Aquela estadia marcou profundamente sua vida. Mais adiante afirma que foi

matriculado num dos melhores colégios de Lisboa, na famosa Escola Acadêmica, (...): os métodos de ensino e o corpo docente não sofriam confronto com o nosso, eram-lhes imensamente superiores. Tanto assim que desde logo alcancei progressos enormes. Passei a interessar-me pelas coisas do espírito e a sentir irresistível atração pelas coisas intelectuais [...]. Quanto ao mais, a educação propriamente dita, e o trato a petizada, era um horror: Aí as coisas se invertiam: o Brasil achava-se, em relação aos métodos educativos, com certeza 30 anos à frente de Portugal. Processos os mais brutais e a estupidez mais crassa vigorava como normas de educação. Basta dizer que era corrente, diária, a aplicação de palmatória e da bofetada. (...) Positivamente, meu primeiro contato com a Europa foi tremendo e só serviu para fazer crescer, desmedidamente, o meu amor, por este grande, este incomparável Brasil’ (MESQUITA FILHO, *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1969, p.9).

⁶ Outras informações sobre essa visão eugênica ver artigo: *A crise nacional – reflexões em torno de uma data*, escrito por Mesquita Filho e publicado no *Estado de S. Paulo*, na edição de 15 de novembro de 1925.

E ele vai muito além desse breve comentário. Chega ao ponto de fazer comparações entre a experiência que teve em Portugal com a da Suíça. O trauma deixado pela escola portuguesa vai ficando mais claro à medida em que nos aprofundamos na leitura de suas memórias.

Vivia-se, ali, plenamente, sem a humilhante disciplina a que estavam sujeitos os desgraçados alunos da Escola Acadêmica. Em contato constante com a família do diretor e professores, a atmosfera que nele se respirava em nada diferia da que caracterizava as famílias bem formadas do meu São Paulo. [...]. Os professores, todos universitários, assemelhavam-se muito mais a amigos mais velhos do que superiores hierárquicos. [...]. O processo português havia feito de mim um revoltado, sempre pronto a revidar às brutalidades de professores e vigilantes pela violência. [...]. Ao chegar à Suíça era ainda essa a minha atitude diante de meus superiores. A lealdade absoluta com que me tratavam, a ilimitada confiança que em mim depositavam não tardaram, porém, a desarmar-me. Vi-me, repentinamente, diante de um outro eu mesmo, vencido e desejoso de inspirar, por minha vez, a confiança que em mim depositavam. A mudança se verificara à minha revelia, transformando o rebelde e insubmisso num colaborador e entusiasta de seus superiores (MESQUITA FILHO, *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1969, p.9).

O pai de Mesquita Filho queria que ele continuasse seus estudos na Europa, que cursasse medicina, mas ele preferiu retornar ao seu país de origem.

Em 1910, regressa em definitivo ao Brasil, presta exame de Madureza em Jaú e recebe o certificado no Ginásio Jorge Tibiriçá. No ano seguinte, ingressa nas Arcadas, a Faculdade de Direito que muito o decepcionaria (STEUER, 1982, p.12).

Foi ali que ele iniciou suas leituras extracurriculares que ajudariam a formar sua cosmovisão. Atirou-se “com voracidade ao Stuart Mill e ao Spencer, sobretudo a este, cujas teorias se achavam na época em pleno apogeu. Seduziu-me desde logo a teoria da evolução, que me proporcionava uma visão total do mundo, como natureza – *strictu sensu* – e como sociedade” (MESQUITA FILHO, 13 jul. 1969, p.10). Salone (2009) chama a atenção para o fato de que ficou registrado no prontuário do aluno “Júlio de Mesquita Júnior”. Ele especula que,

a despeito de constar na certidão de nascimento do estudante o nome “Júlio de Mesquita Filho”, a dualidade entre “Filho” e “Júnior”,

presente nos primeiros anos do regresso de JMF ao Brasil, possa dever-se aos resquícios da tentativa do aluno brasileiro em conferir sentido, em terras europeias, ao real significado da palavra “filho”, presente em seu sobrenome. “Júnior”, adjetivo de origem latina, abrangeria com mais acuidade (pelo menos em relação ao português, idioma de alcance restrito) a noção de que determinada pessoa possuía igual nome a de seu pai (SALONE, 2009, p.77).

Foi nesse período que, segundo Salone, ele descobriu em que estado estava a educação no Brasil.

Seja como for, assim que ingressou na Velha Academia, aos 19 anos, JMF pôde descobrir, decepcionado, em que estado se encontrava o dito ensino superior no Brasil. O desapontamento o levou a estudar, paralelamente, sociologia, ciência política e história (2009, p. 77).

O próprio Mesquita Filho escreveu sobre essa decepção alguns anos depois:

Entrara para a Faculdade de Direito, onde me esperavam as maiores decepções pelo que ali presenciaria em relação aos estudos. A mais completa falta de cumprimento do dever profissional caracterizava, naquele tempo, como hoje, a quase totalidade dos professores. Com uma ou outra magnífica exceção, o quadro geral que se deparava era desolador! Salvavam os ecos do triunfo de outrora, os tesouros da glória passada que faziam dela, então como hoje, o ‘Pantheon’ civil da nacionalidade. (...) A mocidade acadêmica vivia totalmente alheada do mundo, à espera de um emprego público e a uma distância astronômica do que se preparava na Europa. Chocava-me profundamente o contraste com o que me havia sido dado observar no Velho Continente (MESQUITA FILHO, *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1969, p.10).

E foi logo depois desse período que o jornalista começou as suas atividades na versão noturna do jornal *O Estado de S. Paulo* – que ficou conhecido como *Estadinho* – e, um pouco depois, na *Revista do Brasil*.

1.1– O jornal nas primeiras décadas do século XX

A origem do jornal *O Estado de S. Paulo* acontece num momento de mudanças. A escravidão está em seus últimos anos, a República ainda não havia sido proclamada. O primeiro Júlio, o pai, ainda ia fazer 13 anos quando foi lançado o jornal *A Província de*

São Paulo. Numa segunda feira, dia 4 de janeiro de 1875, saiu a primeira edição, com quatro páginas e 2.000 exemplares (LARIZZATTI, 1999).

Steuer (1982) destaca que Cerqueira César

fundou [o jornal] *A Província de São Paulo* juntamente com 10 fazendeiros, 5 advogados, 4 capitalistas, um negociante e um jornalista, tendo Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos como seus redatores e José Maria Lisboa como administrador (1982, p.5).

No entanto, apesar do periódico ter sido criado como um empreendimento coletivo,

há um nome que convém destacar: José Alves de Cerqueira César, advogado e futuro senador. Este político rico e poderoso verá com bons olhos um jovem campineiro, filho de comerciante português, que se encaminha também para a carreira de advogado; e a este jovem, “apesar de não ter fortuna”, dará em casamento sua filha Lucila (SEVERIANO, 2012, p.20).

Júlio de Mesquita, o pai, se formou em 1883, aos 21 anos, pela Faculdade de Direito. Procurando algo em que pudesse investir, se arrisca no “grande negócio do momento: transporte de mulas do Rio Grande do Sul para São Paulo. A chegada da primeira tropa basta-lhe: não é tão compensador” (SEVERIANO, 2012, p.22). Abriu escritório na cidade de Campinas, mas não seguiu carreira: “A advocacia não o entusiasma” (*ibid*). Trabalhou durante um curto período no jornal *Gazeta de Campinas*⁷ e foi, em 1888 escrever no periódico *A Província de S. Paulo*, a pedido do sogro. Em homenagem ao aniversário de 80 anos da sua morte, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo que dizia:

O cargo era o segundo mais importante. Num tempo em que a especialização era pequena, ele deveria cuidar da administração do empreendimento, mas com participação ativa na redação. As credenciais para sua contratação vinham de uma combinação de artigos feitos como colaborador com militância nos setores mais radicais do republicanismo. No momento de sua chegada, ambos os quesitos valiam bastante, num periódico fundado por pessoas ligadas ao Partido Republicano Paulista. O gerente estreava como jornalista de um órgão destinado a servir um grupo de leitores com interesses políticos afins. Tratava-se de um jornal partidário, como eram os jornais dos primeiros dois terços do século 19 em todo o mundo. O tamanho da mudança produzida por Julio Mesquita pode ser medido em números. Quando começou, o jornal tirava em torno de 4 mil exemplares, o bastante para

⁷ A *Gazeta de Campinas* era de propriedade de Quirino dos Santos. Em sua redação, Júlio Mesquita trabalhou com Alberto Sales, irmão de Manuel Ferraz de Campos Sales (LAPA, 1996).

disputar a liderança do mercado local (CALDEIRA, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2007, p. A20).

Um ano depois o jornal mudaria de nome.

A década de 1890 começa sob o impacto de nova ordem. A 15 de novembro de 1889, um militar alagoano, marechal Deodoro da Fonseca, proclamou a República. Vias públicas mudam de nome. A Rua da Imperatriz, onde funcionam as oficinas da *Província*, passa a Rua 15 de Novembro. O jornal segue a nova nomenclatura: não há mais Províncias, mas Estados. Daí o novo nome de *O Estado de S. Paulo* (SEVERIANO, 2012, p. 25).

No século XIX, a imprensa ainda era um instrumento destinado a influenciar opiniões e fazer circular ideias políticas, mas uma compreensão dos jornais como empreendimentos comerciais já estava surgindo. A publicação de notícias diárias já era encarada, por alguns, como um produto destinado a gerar lucros. A partir daí é possível afirmar que seu público alvo não era mais somente a elite. Era preciso atingir um número bem mais expressivo de leitores. E essa estratégia, como afirma Gentilli (2005), colaborou para que a imprensa ajudasse a criar uma opinião favorável para os mercados de expansão.

Já no século XX, os interesses econômicos passam a ter maior peso, evoluindo o jornal em um empreendimento capitalista que acaba por influenciar a empresa jornalística (GENTILLI, 2005). O início do jornal *O Estado de S. Paulo* foi turbulento. O periódico teve dificuldades para se firmar.

O jornal a “*Província de São Paulo*” teve um começo difícil. O objetivo inicial do periódico era o de servir de instrumento de propaganda das ideias republicanas, abolicionistas e positivistas, enfim era meio de divulgação do ideário contido no Manifesto de Itu de cinco anos antes. Um dos maiores entusiastas foi Campos Salles, que tudo fez para incentivar seus pares a se cotizarem para formar a nova empresa e dar início à publicação. Afinal reunida a sociedade comanditária o problema foi mantê-la a salvo dos problemas financeiros, por um lado, e, ao mesmo tempo do excesso de cabeças pensantes, pois as nuances de interpretações entre si acabavam por deixar o jornal acéfalo e sem uma orientação definida. A manifestação concreta desse fato é o número de mudanças havidas na sociedade comanditária e o número de vezes que a firma mudou de nome (STEUER, 1982, p.9).

Nada parecia funcionar. Vários donos diferentes, mudanças de nome, investimentos os mais diversos, e a estabilidade só chegou depois de quase 20 anos, quando Júlio Mesquita passou a dividir a chefia da redação com Rangel Pestana.

Tal como o novo regime, o jornal vai de crise em crise. Em 20 anos, já mudou de mãos meia dúzia de vezes e, três anos antes do fim do século 19, passa a pertencer a dois sócios: o ex-gerente José Filinto da Silva; e um abastado comerciante português, Francisco Ferreira de Mesquita, pai do primeiro Júlio de nossa história. Os biógrafos não contam como é que, em janeiro de 1902, três anos após a morte do pai, Júlio de Mesquita torna-se o único dono do Estado. Há um caso de amor aí. Genro de um dos fundadores e herdeiro de um entre dois sócios, Júlio tinha garantida sua parte. Aconteceu que o sócio José Filinto apaixonou-se por uma atriz, famosa naquele princípio de século 20, a bela Luísa Satanella. A atriz precisava viajar com urgência para a Itália. A memória de seu drama quase se apaga nos testemunhos, consta que lhe morria a mãe. Ou quem sabe Satanella fosse dessas mulheres de virar a cabeça dos homens. Com ela se mandou para a Europa o sócio apaixonado, levando na bagagem uma fortuna: 600 contos de réis. Dinheiro do jornal! Um funcionário descobriu o desfalque, ia levar o caso à polícia. Júlio preferiu resolver “como amigo”. E terá sido assim que Satanella, a bela, pôs o jornal inteiro nas mãos do sócio de seu amado (SEVERIANO, 2012, p 25-26).

Cinco anos mais tarde, a empresa passa nominalmente, à condição de sociedade anônima, embora as ações permaneçam exclusivamente na família próxima. “Notícias internacionais e dos Estados passam a ter mais espaço, sua apresentação gráfica toma corpo, se define e tecnicamente se moderniza” (STEUER, 1982, p.11).

1.2- Criação do Estadinho e da Revista do Brasil

D. Lucila, mãe de Mesquita Filho, morre em julho de 1915. Neste mesmo ano, Júlio de Mesquita, o pai, cria uma edição noturna do jornal *O Estado de S. Paulo*, esse periódico é logo apelidado de Estadinho. Por causa disso a edição matutina passou a se chamar Estadão. Segundo Severiano (2012) essa edição noturna foi criada para treinar os herdeiros, Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita.

Nesse ano de 1915, Bilac com seu discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, dá início ao movimento de “reerguimento nacional, através do serviço militar obrigatório” que tomará corpo na Liga Nacional em

São Paulo. Esta por sua vez inspirará a Liga da Defesa Nacional. A fundação do primeiro centro da Liga Nacionalista dá-se no mês de outubro desse mesmo ano. O recém-fundado Estadinho dá cobertura total ao movimento. Este ano é dedicado quase que inteiramente à “causa nacionalista”. Em maio do ano seguinte, uma comissão de estudantes estabelece um imposto de honra para pagamento da dívida externa, fato que é comentado largamente pela edição noturna (STEUER, 1982, p.12).

Como afirma Miceli (2001), a Primeira Guerra Mundial resultou em alterações não só no cenário internacional como no Brasil, influenciando na maneira de pensar o país diante da crise de valores então originada. Alguns intelectuais brasileiros passaram a se defrontar com problemas como a amplidão do território, o vazio demográfico e o aumento no número de imigrantes, que deixavam evidente a fragilidade de nossa situação no panorama internacional. Esses intelectuais passaram então a pregar a necessidade de uma campanha cívica destinada a criar a “nação brasileira”. Para eles era urgente encaminhar o processo de organização e de descoberta de uma identidade nacional específica.

Em 1916, os Mesquitas começam a publicar a *Revista do Brasil*, idealizada como órgão de propaganda nacionalista. Essa revista era um periódico mensal estritamente literário que refletia esse debate, propondo-se realizar um reexame da identidade nacional e constituir-se enquanto núcleo da propaganda nacionalista. O conteúdo publicado pela revista adequava-se à ideia corrente de que o intelectual deveria direcionar suas reflexões para os destinos do país, pois o momento era de luta e engajamento em defesa da nação e não admitia mais o escapismo e o intimismo. O intelectual deveria deixar de falar de si mesmo para falar da nação brasileira, cabendo-lhe, portanto, o dever cívico de assumir integralmente a defesa e a construção do patriotismo.

Juntamente com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a *Revista do Brasil* esteve entre as principais ferramentas que auxiliaram na divulgação das ideias, atividades, campanhas, documentos e textos dos membros da Liga Nacionalista de São Paulo. Júlio Mesquita, o pai, foi quem teve a ideia de criar a magazine. Ele havia se filiado à Liga Nacionalista em 1917. Sobre o lançamento da *Revista do Brasil*, Luca afirma que:

Quando do seu lançamento, a *Revista do Brasil* tinha como diretores Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol e Luís Pereira Barreto; a chefia da redação estava a cargo de Plínio Barreto, enquanto Pinheiro Júnior acumulou, a partir do quarto número, a secretaria geral e a gerência. Já a diretoria da sociedade anônima compunha-se de Ricardo Severo, presidente; Pinheiro Júnior, tesoureiro; substituído por Luiz Wanderley

em abril de 1916;6 Mário Pinto Serva, secretário; Oscar Thompson, Rui de Paula Souza e Armando Prado no conselho fiscal. Até maio de 1918, quando a sociedade foi desfeita e o periódico vendido para Monteiro Lobato, não houve alteração significativa nos quadros dirigentes (1998, p.46).

Sodré (1966) afirma que, apesar de manter um alto padrão editorial e de ter adquirido reputação excepcional, a *Revista do Brasil* não era um sucesso comercial e, por essa razão, seus proprietários foram facilmente persuadidos a vendê-la a Monteiro Lobato, que em 1918 tornou-se seu único proprietário. Lobato manteve a revista nos sete anos seguintes, até a falência de seus negócios em 1925. A revista foi então adquirida por Assis Chateaubriand, que a relançou em três oportunidades: de 1926 a 1927, período considerado sua segunda fase, na qual foram publicados nove números; de 1938 a 1943, terceira fase, em que foram publicados 56 números; e em 1944, quarta fase, na qual foram lançados três números. Acrescente-se, ainda, o ressurgimento proposto por Darci Ribeiro entre os anos de 1984 e 1990, a quinta fase, na qual foram publicados 12 números.

1.3 – Júlio de Mesquita Filho e a Bucha (*Burschenschaft*)

Pontes (2010) esclarece que, por mais que as leituras em humanidades tenham sido importantes para a formação de Mesquita Filho, as atividades políticas estudantis também tiveram papel fundamental. Seguindo os passos de seu pai, Júlio de Mesquita Filho também integrou uma sociedade secreta na faculdade, a ‘Bucha’.

Afinal, segundo ele, a “Bucha (*Burschenschaft*) era a organização mais influente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Foi fundada por Julius Frank” (PONTES, 2010, p. 29), um estudante universitário que fugiu da Alemanha para o Brasil. Depois de ter se envolvido em brigas e dívidas durante seu curso na *Universidade de Göttingen*, chegou à cidade do Rio de Janeiro em 1831, pouco depois da abdicação de d. Pedro I.

No dia 14 de julho daquele mesmo ano, Julius Frank partiu para São Paulo. Segundo Rezzutti (2011), Frank foi parar na colônia alemã da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, atual Iperó, de lá seguiu para Sorocaba. Era caixeiro, mas passou a dar aulas particulares aos jovens que iriam prestar concurso para o Curso Anexo da Academia de Direito de São Paulo, espécie de preparatório para a faculdade. Protegido por Rafael Tobias de Aguiar, influente político liberal sorocabano (1795-1857), mudou-se para a

Capital Paulista. Lecionou em repúblicas estudantis até ser contratado em 1834 pelo próprio protetor, presidente da Província, como professor de História e Geografia no Curso Anexo.

A vida diária com os alunos influenciou a formação da sociedade secreta estudantil Burschenschaft (Sociedade de Camaradas). Com base nos ideais liberais e antiabsolutistas, com os quais Frank se inteirou em seu tempo de estudante, a Bucha, inicialmente, auxiliava estudantes sem recursos, mas com potencial e vontade de estudar, de modo velado, sem que soubessem quem eram seus padrinhos. Depois de algum tempo, a organização foi para além daquele ambiente original: À medida em que se formavam e atingiam cargos importantes, os ex-alunos iam ajudando àqueles que estavam terminando o curso.

Os discípulos de Frank criaram uma estrutura dividida em graus e assim organizaram a Bucha dentro e fora da São Francisco: na faculdade, ela era constituída por Catecúmenos, Crentes e Doze Apóstolos; fora, por Chefes Supremos e o Conselho dos Divinos. Seus membros eram escolhidos entre os estudantes que se destacassem por sua firmeza de caráter, espírito filantrópico, amor à liberdade e aos estudos. Durante a República Velha, acredita-se, não havia ministro, juiz, ou mesmo candidato à presidência da República, que tomasse posse, ou fosse indicado, sem prévia deliberação pelo Conselho dos Divinos. O líder estudantil da Bucha era o chaveiro, um estudante do quinto ano. Próximo ao final do período letivo, uma velha chave era pendurada, a cada dia, em um pilar das Arcadas. No último, acontecia uma grande festa, que durante a República Velha contava com a presença do presidente da República, do presidente da Província, do prefeito, de ministros e juízes do Supremo. O jornal *O Estado de São Paulo*, cujo diretor, Júlio Mesquita Filho (1892-1962), foi um chaveiro, dava ampla cobertura. A banda da polícia tocava, havia banquete, e nessa ocasião a chave era passada do estudante que estava se formando para um do quarto ano (REZZUTTI, 2011, p.42).

E, como anuncia a citação acima, Mesquita Filho, em seu último ano de faculdade, 1916, foi o chaveiro. A Festa da Chave daquele ano era especialmente anunciada em *O Estado de S. Paulo*:

Realiza-se hoje, às 10 horas em ponto, com excepcional brilho, na Faculdade de Direito de S. Paulo, a tradicional ‘Festa da Chave’. Foram convidados para solenidade acadêmica, os exmos. srs. presidente e vice presidente do estado, secretários do Interior, Fazenda, Justiça e Agricultura; senadores, deputados, juízes e outras pessoas graduadas. No salão da Faculdade, tocará uma seção da banda da Força Pública. O Salão Nobre acha-se ornamentado de flores. Receberá os convidados à

porta, uma comissão de acadêmicos, compostas dos srs. Lysippo Fraga, Affonso Paes de Barros, Cid Prado, Jair Góes, Cyro de Freitas Valle e Francisco Alves dos Santos. Em nome da congregação falará o exmo. Sr. Frederico Vergueiro Steidel. Em seguida o bacharelado Julio de Mesquita Filho entregará a chave ao quartanista Abelardo Vergueiro César. Em nome do 5º ano falará o bacharelado Marcelo B. da Silva Telles; em nome do 4º ano, o quartanista Pereira Lima (NOTÍCIAS, 2 dez. 1916, p.2).

Em 12 de setembro de 1917 foi publicado, no *Estadinho*, o primeiro artigo assinado por Mesquita Filho, a transcrição do discurso sobre a formação da nacionalidade brasileira, proferido no dia 07 de setembro, no Colégio Dante Alighieri. Neste texto, Mesquita Filho esboça as ideias que depois desenvolveria nos três artigos intitulados “A comunhão Nacional”, de 1921, no jornal *O Estado de S. Paulo*. São ideias sobre a evolução social e política do Brasil, tinha como foco o estado paulista, que ele via como o ponto de partida de todo o desenvolvimento nacional. Considera o grito do Ipiranga como “a síntese e a expressão de um longo e paciente trabalho de integração em que se empenharam de um lado, toda uma raça em formação (...); e de outro, a diminuta elite intelectual do país”. Essas ideias serão melhor analisadas no segundo capítulo da presente dissertação.

O *Estadinho* durou quatro anos. A partir de 1920, os dois irmãos, Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita (Julinho e Chiquinho, como eram chamados), foram transferidos para a edição matutina, depois que a noturna foi fechada. Mas, por que o *Estadinho* fechou? Mylton Severiano responde:

O segundo Júlio da história não tinha 25 anos, e o diretor era Nestor Rangel Pestana – o sobrenome batizou a principal via de acesso da zona leste ao centro de São Paulo. Um dia, estando o pai em viagem a Portugal, Doutor Julinho escreve artigo violento contra um político do PR, partido em que o jornal tinha muitos amigos. Nestor escreve ao velho Júlio: *Julinho não pode mais continuar no Estadinho...* Por telegrama, o velho dá ordens para demitir o filho, e Julinho precisou baixar a crista, mas furioso. Para não criar uma crise familiar, Júlio pai sacrificou o *Estadinho*. Alegou “falta de papel” (2012, p.30).

Em abril de 1919, Ruy Barbosa iniciaria sua campanha presidencial e Júlio de Mesquita Filho o acompanhou como repórter de *O Estado de S. Paulo* pelo interior da Bahia. A série de reportagens começa no dia 7 e termina no dia 15 de abril daquele ano.

Apresenta uma detalhada descrição da viagem do senador, da recepção e da receptividade popular da candidatura e do clima político local. A série termina dois meses depois com um editorial em que é feito um balanço geral da situação de miséria e abandono em que se encontra a população da Bahia, como consequência do descaso e desleixo das autoridades locais, cuja única preocupação parece ser a de manter-se no poder a qualquer preço. As manifestações de apoio a Ruy Barbosa aparecem como uma reação a esse abandono a que o estado baiano foi condenado pela República (STEUER, 1982, p.12).

Essa experiência “pode ser considerada determinante para sua formação” (SALONE, 2009, p.88). No entanto, para melhor compreensão de como essa vivência o influenciou, é preciso conhecer o contexto histórico.

1.4 – A campanha Civilista

A expressão “Campanha Civilista” foi cunhada para conceitualizar a participação de Rui Barbosa nas eleições presidenciais de 1909/1910. Era uma forma de indicar que Barbosa representava a opção civil, já que o outro candidato era um militar, o marechal Hermes.

Como explica Carone (1978), no ano de 1908, o presidente Afonso Pena indicou David Campista, seu ministro da Fazenda, como candidato à sua sucessão na disputa eleitoral de 1909/1910. Afonso Pena não encontrou respaldo, apesar de ter sido, ele mesmo, indicado por seu antecessor. As diversas facções que atuavam na cena política da Primeira República entraram então em choque, entrincheirando-os nos dois maiores partidos da época, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), ou continuaram articulando em torno de líderes até certo ponto independentes, como o senador gaúcho Pinheiro Machado. Após alguns meses de incerteza, foi lançada a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, na esperança de um consenso jamais atingido. A candidatura de Rui Barbosa só foi confirmada no dia 22 de agosto de 1909, quando ocorre, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a convenção que a formaliza. “Os 350 delegados que comparecem são eleitos pelos municípios, fato que se contrapõe à forma de escolha dos delegados da Convenção hermista, que composta de políticos estaduais” (CARONE, 1978, p.258).

O PRM decidiu que apoiaria o marechal Hermes, enquanto o PRP deu apoio ao nome de Rui Barbosa. Houve um rompimento entre os dois partidos, algo que não ocorria desde 1894.

Já nesse primeiro momento, Rui Barbosa contava com o apoio de Júlio de Mesquita, o pai, que havia colocado seu jornal, *O Estado de S. Paulo*, na defesa dessa campanha.

A defesa de Rui era justificada pela rejeição à escalada do militarismo na vida política brasileira – e mais: em virtude da aversão à continuidade das velhas oligarquias em seu ilimitado apego ao poder. Mais do que simplesmente votar no candidato Rui, Júlio Mesquita definia a atitude de São Paulo na Convenção Nacional da candidatura do jurista baiano: “Votar pela República Civil”. Pela primeira vez em nossas campanhas presidenciais, o povo passava a participar, a contar. Rui visitou inúmeros Estados, proferiu incontáveis conferências e participou de um sem-número de comícios. Tratava-se de uma novidade, ainda mais num sistema em que os candidatos do PRP, ungidos pela cúpula do partido, apenas aguardavam em casa ao resultado das eleições fraudadas. Embora tenha vencido nos grandes centros urbanos, a miraculosa multiplicação dos votos pró-Hermes, nos grotões, levou à derrota dos civilistas (SALONE, 2009, p.88).

Até esse momento, o temor de um retorno à turbulência das duas décadas anteriores havia levado os partidos a buscarem uma conciliação nacional, de modo a afastar das campanhas presidenciais a disputa política exacerbada e o despertar de paixões. Segundo Carone (1978), estavam bem vivos na memória os embates de rua, as revoltas, o perigo da restauração monárquica, os fanáticos religiosos e jacobinos, tudo, enfim, que se opunha ao ideal positivista de racionalidade política. Todavia, a política dos governadores – modelo no qual as duas principais oligarquias, paulista e mineira, se alternavam no poder – acabou por se mostrar insustentável. Entre a fratura que se abriu com a crise, o nome de Rui Barbosa, cujo prestígio político era indiscutível, surgiu quase como alternativa natural. O próprio marechal Hermes chegou a cogitar condicionar sua candidatura a um consenso em que houvesse a adesão de Rui Barbosa e do Barão do Rio Branco, também ele sondado para a sucessão.

Em 1910, portanto, a campanha eleitoral para presidente estava centrada, de um lado, no marechal Hermes da Fonseca, que era Ministro da Guerra, do outro, em Rui Barbosa, o jurista baiano. Este último aproveitou para explorar ao máximo a polarização

que as duas campanhas sugeriam, ciente de que sua candidatura não contava com o apoio da maioria dos presidentes de estado e dependia apenas de São Paulo e Bahia. Para o jurista baiano, o País atravessava uma crise política, mas de conteúdo eminentemente civil (CARONE, 1978). Era o risco de um retorno àquela indesejada turbulência nos negócios públicos que marcara a passagem dos militares pelo comando da República recém-inaugurada.

O conjunto de propostas reformadoras amparava os interesses da classe média urbanizada, no entanto, não agradava aos grupos políticos dominantes. A grande questão é que esses grupos se beneficiavam da estrutura do sistema de então. Clientelismo e voto aberto eram a base de sua política. Mesmo com um número significativos de votos, o marechal Hermes da Fonseca venceu Rui Barbosa na eleição de 1910.

Mas o nome de Rui Barbosa voltou a ser lembrado durante o processo de sucessão presidencial em 1919. O falecimento de Rodrigues Alves, escolhido para o seu segundo mandato, antes mesmo de que tomasse posse, desencadeia uma crise política. Alves havia se eleito por meio de coordenação desenvolvida no congresso entre as oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo. Era uma tentativa de retomar o domínio do executivo federal. Foi Delfim Moreira, seu vice, quem assumiu em 1918, porque Alves já estava doente. Em janeiro de 1919 Rodrigues Alves faleceu.

Em “A constituição em Ruínas”, uma das palestras que Rui Barbosa não chegou a proferir⁸ em função da eliminação de sua candidatura em 1914, está registrada a perspectiva do autor para a situação constitucional do País:

A Constituição está em destroços; e o que nos ameaça agora, não é uma revolução liberal; é, com a última ruína das nossas liberdades, a perda total de nós mesmos. Não é a Constituição que se acha em perigo: é a pátria, o Brasil, a nossa integridade, a nossa coletividade, tudo o que somos, tudo o que éramos, tudo o que aspirávamos a ser, a nossa existência mesma nos seus elementos materiais, como nos seus elementos morais, em todas as condições da sua realidade e do seu valor, da sua atualidade e do seu futuro, da sua duração e da sua honra, do seu préstimo e do seu destino. Se não nos erguermos num grande movimento de reabilitação, a falência da nossa nacionalidade estará declarada (BARBOSA, 1931, p.128-129).

⁸ Segundo nota no livro referenciado, as articulações para inviabilizar a candidatura de Rui Barbosa, na eleição de 1914, o impediram de proferir esse e outros discursos.

Segundo Carone (1978), aí está posto o resumo do pensamento de Rui Barbosa a respeito da necessidade de reformas na Constituição. E são estas ideias que provocam o seu desgaste junto ao Congresso e que fazem com que o seu nome não seja o escolhido na Convenção situacionista ocorrida em fevereiro de 1919. O próprio Rui Barbosa não vai à Convenção porque não concorda com a forma de indicação que está sendo executada. Epiácio Pessoa é o nome escolhido na Convenção.

Rui Barbosa, preterido na Convenção do partido oficial, é lançado candidato da oposição pouco tempo depois. A sua campanha em 1919 “é, historicamente, a continuação da campanha civilista de 1910; sua intensidade é menor, maior a amplitude dos temas, bem como realce sobre a questão social” (CARONE, 1978, p.333).

Durante a campanha de 1919, Rui Barbosa deu início às contestações ao pacto oligárquico. Contestações essas que seguirão na década de 1920. Carone (1978) afirma que Rui Barbosa não pregava uma ação revolucionária, mas que as suas ideias acabaram por traduzir as aspirações de parte da população brasileira, alfabetizada, urbana, afastada das decisões políticas e alheia ao pacto oligárquico. Com as alterações decorrentes da crescente urbanização, do desenvolvimento industrial e das crises sucessivas pelas quais passava o setor cafeeiro, as reivindicações desse segmento da população crescem e acabam por ser incorporadas ao discurso político de Rui Barbosa, especialmente naquele que se refere à revisão constitucional como solução.

E foi diante desse quadro que Mesquita Filho iniciou sua participação na última Campanha Civilista.

Sua primeira grande reportagem será, precisamente, a cobertura da campanha de Rui pelo País. Seu contato como “Águia de Haia” havia se iniciado anteriormente, num episódio pouco conhecido. Finda a Primeira Guerra, Rui, então convidado pelo Itamaraty para representar o Brasil na Conferência de Paz, em Versalhes, enviou carta a JMF, a fim de convidá-lo para integrar, na qualidade de secretário, a delegação brasileira da qual o baiano seria chefe (SALONE, 2009, p. 90).

Júlio de Mesquita Filho atuou como repórter, acompanhando Rui Barbosa pelo interior do Brasil. Foi durante esse período que, ao cobrir um comício de Rui na cidade de Salvador, testemunhou um tiroteio iniciado no meio da praça com a intenção de afugentar a multidão. “Era o batismo de fogo do jornalista” (SALONE, 2009, p.90).

Em 1918, Mesquita Filho publica, na Revista do Brasil, o ensaio *Carlyle e a guerra*. Em 1919 foi eleito para o Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista. “Em maio de 1920, assume a secretaria de *O Estado de S. Paulo* com Amadeu Amaral. Nestor Pestana é o Redator Chefe” (STEUER, 1982, p.14).

1.5 – Criação da Liga de Defesa Nacional

A bandeira da educação foi um valor construído gradativamente. Durante o Curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, Júlio de Mesquita Filho cultivou amizade com o renomado poeta Olavo Bilac. Em 1915, ao retornar da Europa, Bilac, influenciado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, lançou um apelo à “mocidade brasileira” (SALONE, 2009). Ele já vinha trocando missivas com Mesquita Filho havia algumas semanas. Queria que este fosse o orador a recebe-lo na Faculdade de Direito, onde Bilac daria início à sua campanha. Júlio não aceitou. Não queria causar discórdia entre os colegas. Um dos pontos principais do discurso de Olavo Bilac era o da introdução do serviço militar obrigatório, “não com o objetivo militarista, segundo Bilac, mas tendo propósito de aperfeiçoar as instituições políticas e a sociedade brasileira” (SALONE, 2009, p. 64) daquele período.

Mesquita Filho – que apoiava a campanha de Bilac –, querendo demonstrar que havia completa relação entre suas ideias e seus atos, entrou para o serviço militar. Alistou-se no 2º Regimento de Infantaria, em São Paulo. Olavo Bilac continuou com sua campanha por vários estados. E, em 25 de janeiro de 1917, a Liga Nacionalista foi fundada em São Paulo.

Para presidir a primeira reunião preparatória e elaborar os estatutos da organização, era escolhido, por aclamação, o jovem Júlio de Mesquita Filho. Definiu-se, na mesma reunião, que a liga seria presidida pelo professor Frederico Vergueiro Steidel, da Faculdade de Direito de São Paulo (SALONE, 2009, p. 85).

Dentre os objetivos da Liga, registrados em seus estatutos de 30 de maio de 1917, é importante destacar

O trabalho pelo desenvolvimento do ensino primário, secundário, superior e profissional; a difusão, em todas as classes sociais, da educação cívica e do culto ao patriotismo; o combate à abstenção eleitoral, bem como a todas as fraudes que corrompam e viciem o exercício do voto; o aconselhamento e o provimento à fundação de linhas de tiro, associações de escoteiros e batalhões patrióticos; e a efetivação em todas as escolas estrangeiras do ensino do português e da História do Brasil (SALONE, 2009, p. 85).

A Liga realizou campanhas na Tribuna e na imprensa, distribuiu folhetos e livros com mensagens sobre o amor da “Pátria, da Lei, da Liberdade e das Tradições Nacionais”, fundou escolas primárias e profissionais e combateu a abstenção e a fraude no voto. Além disso,

A Liga Nacionalista deu grande assistência aos paulistas abatidos pela devastadora epidemia de gripe espanhola, em 1918, e, por meio de sua Comissão de Instrução Popular, foram criadas escolas noturnas de alfabetização. Em fins de 1923, já haviam sido alfabetizados mais de 10 mil adultos e crianças de ambos os sexos. A trajetória da Liga Nacionalista foi prematuramente encerrada diante da eclosão do movimento revolucionário, deflagrado em 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo (SALONE, 2009, p. 86).

Está aí registrado o início dos trabalhos de Júlio de Mesquita Filho com a educação. Mas essa atuação foi também política. Sobre esse movimento revolucionário, Salone afirma que,

Durante as três semanas em que as forças rebeldes ocuparam a capital paulista, tanto Júlio de Mesquita [o pai] quanto José Carlos de Macedo Soares, da Associação Comercial de São Paulo, foram convidados pelo general Isidório Dias Lopes, líder da revolta, para entendimentos, a fim de formar uma junta de governo, diante da fuga do governador Carlos Campos. Júlio de Mesquita Filho, emissário do pai, informou ao general que apesar do programa reformista, seu pai não poderia concordar com um movimento que repousava no poder das armas, “Ele é civilista”, disse JMF (SALONE, 2009, p.86).

Júlio Mesquita, o pai, foi preso e transferido para o Rio de Janeiro, onde ficou detido por cerca de um mês. O jornal *O Estado de S. Paulo* teve suspensa sua circulação durante esse período. Em 7 de agosto de 1924, a Liga Nacionalista teve suas atividades encerradas por meio do Decreto nº 16.543. As escolas mantidas e dirigidas por ela foram fechadas.

1.6 – O repórter sendo forjado

Durante o segundo semestre de 1921, visita o Mato Grosso e como resultado publica uma série de sete artigos assinados, entre 14 e 27 de dezembro, em que apresenta seus pontos de vista sobre a integração do Mato Grosso aos demais Estados da Federação (STEUER, 1982, p.15), por meio da intensificação de sua produção econômica e das ferrovias que ligavam as diferentes regiões.

Foi neste mesmo ano que Mesquita Filho publicou em *O Estado de S. Paulo*, três artigos intitulados “*A Comunhão Nacional*”. Neles, o jornalista expunha suas ideias sobre a evolução política e social do Brasil. Tinha em mente que São Paulo fora o ponto de partida para todo o desenvolvimento do País. Esses três artigos foram, posteriormente, condensados em um único texto ao qual foi publicado na *Revista do Brasil* com o nome “*A Comunhão Paulista*”.

Para o jornalista, o desenvolvimento da nação carecia da formação de uma elite bem instruída, que pudesse direcioná-la rumo ao progresso. Para formar essa elite intelectual era preciso criar um grande centro de pesquisa nos moldes daqueles existentes na Europa.

O desejo de ter uma instituição de ensino superior paulista, que congregasse vários cursos universitários, sempre esteve presente nas conversas de Júlio de Mesquita Filho com seus interlocutores, como Fernando de Azevedo (1894-1974). Seu livro de 1925, *A Crise Nacional*, já abordava a deficiência do ensino em todos os níveis.

Casa-se, em 14 de março de 1922, com Marina Vieira de Carvalho, filha do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. Em 07 de novembro aparece pela primeira vez o nome do Júlio de Mesquita Filho como redator chefe do jornal, ao lado do de Nestor Pestana.

Júlio de Mesquita Filho publica um longo ensaio assinado: “*A Crise Nacional: Reflexões sobre Uma Data*”. Nele o autor faz um exame crítico da República. Examina as suas condições de nascimento, o momento de crise política e social pela qual passava o país e como esses fatores teriam influências negativas no seu desenvolvimento futuro. Neste trabalho, demonstra simpatia pelo regime monárquico e sua descrença na viabilidade de República no Brasil, dado o atraso sócio-cultural de grande parte da nossa população. Defende ainda um federalismo do tipo americano que daria autonomia única e tão somente aos estados mais adiantados, capazes de independência econômica. (STEUER, 1982, p.17)

Em 1926 o jornal *O Estado de S. Paulo* promove a segunda enquete de sua história. A primeira havia ocorrido em 1914. Os tópicos integrantes do primeiro inquérito abrangiam:

lacunas e defeitos do ensino, a questão dos programas, horários de atendimento escolar, métodos de ensino, grupos escolares e escolas isoladas, escolas rurais e ambulantes, ensino rural, ensino moral e cívico, provimento das escolas, seleção do professorado, ordenados e recompensas do professorado, organização de ensino, orientação pedagógica, direção do ensino, escolha de livros didáticos e, finalmente, um tópico reservado para a sugestão de reformas a serem empreendidas na instrução pública do estado. (BONTEMPI JR., 2006, p. 4).

Sob pedido de Mesquita Filho e organização de Fernando Azevedo, o segundo *Inquérito, sobre a Instrução Pública* foi publicado ao longo do segundo semestre de 1926.

Primeiramente, vale ressaltar que o inquérito está sendo visto com um instrumento de exercício de poder, que se concretiza a partir de um modo de analisar a realidade e formular saberes e meios de adequá-la a determinadas necessidades sociais. Em segundo lugar, a forma de saber exercida, historicamente, pelo inquérito permite escrever as práticas de “reforma social” das décadas de 20 e 30, em São Paulo, procuravam observar e remontar, nesse exercício, os elementos necessários para reorganizar e determinar as práticas sociais dispersas, padronizando-as de acordo com finalidades “nacionais”, relacionadas a um certo tipo de “ordem e progresso”. Portanto, este procedimento sociológico foi amplamente defendido e adotado pelo “grupo do *Estado*”, desde aquele realizado em 1914, passando pelos recenseamentos escolares das reformas, até outras iniciativas (...) (LARIZZATTI, 1999, p.155).

Mesquita Filho compreendia a importância de reunir opiniões de forma organizada e abrangente. Após doze anos do primeiro levantamento, ele próprio veio propor um inquérito sobre a instrução pública, agora, tendo como foco o ensino universitário em articulação aos demais graus.

Foi Azevedo quem preparou o questionário e coligiu as opiniões, além de elaborar artigos introdutórios ao inquérito. No ano de 1926, Fernando de Azevedo já havia sido professor substituto de psicologia na Escola Normal de Minas Gerais, seu estado natal. Concluiu o curso de bacharel em direito em São Paulo em 1915, foi contemporâneo de Mesquita Filho. Mas depois de formado regressou a Minas e escreveu uma tese pioneira no campo da educação física, “Poesia do Corpo: defesa de uma moral austera”, que lhe deu ingresso ao magistério da Escola Normal (PONTES, 2010).

Nos anos de 1920, ele já havia retornado a São Paulo, onde exerceu o magistério e o jornalismo, trabalhando de início para o *Correio da Manhã* e posteriormente para *O Estado de S. Paulo*. De qualquer modo, o jovem intelectual logo abraçaria a carreira de educador, tendo se destacado tanto como professor universitário na USP, instituição na qual foi professor orientador de Florestan Fernandes, Antônio Candido, entre outros importantes sociólogos. Em sua atuação como dirigente político, exerceu cargo de secretário da educação em diferentes ocasiões no antigo Distrito Federal e em São Paulo, entre outras ações de grande importância para a cultura e a educação nacionais (PONTES, 2010).

Voltemos, no entanto, ao período de publicação do *Inquérito*. Fernando de Azevedo expõe o seguinte dilema, que teria sido pronunciado por Francisco Venâncio Filho, “ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo” (apud AZEVEDO, 1957, p.34). E mais adiante ele deixa claro a preferência pela criação de uma “colmeia ativa de educadores e homens públicos – de homens novos para tempos novos”. Em resumo, para o grupo do *Estado*, era mais prático “formar elites”.

Publicado originalmente em três partes, o *Inquérito* foi veiculado, nas palavras do próprio Fernando de Azevedo, ao longo de “quatro meses a fio” (1957, p. 25) no jornal *O Estado de S. Paulo*. No entanto, uma minuciosas consultas às edições deste mesmo jornal, daquele período, demonstram que as publicações foram espaçadas. O *Inquérito* teve o seguinte ritmo de publicação: o primeiro artigo de introdução à primeira parte (Ensino Primário e Normal) foi publicado no dia 11 de junho de 1926, na página 03. O texto ocupava cinco colunas incompletas da página do jornal⁹. Os depoimentos seguiram-se normalmente em dias alternados (a primeira resposta já saiu no dia 12 de junho), tendo a segunda conclusão dessa primeira parte a data de 30 de junho.

A segunda parte (Ensino Técnico Profissional), impressa em três colunas da página 02, saiu em sequência parecida, iniciando dia 7 de setembro e terminando dia 10 de outubro.

A última parte, a do Ensino Secundário e Superior, teve início no dia 16 de novembro, com um primeiro artigo de Fernando de Azevedo, publicado em cinco colunas incompletas na página 03, e terminou, após a publicação de oito depoimentos, com um

⁹ Lembrando que, neste período, cada página era composta por nove colunas.

segundo artigo de conclusão do orientador do *Inquérito* no dia 15 de dezembro de 1926, na página 03, em quatro colunas.

Esse projeto fazia parte da divulgação de uma série de publicações que, desde pelo menos a década anterior, o jornal vinha empreendendo com críticas à educação existente, divulgando iniciativas que visassem uma modernização da educação e fazendo coro às ideias da educação como motor da transformação social, política e econômica do país.

Todo esse material foi republicado posteriormente, *ipsis litteris*, em formato livro, com o nome *A educação pública em São Paulo*, em 1937 e, em 1957, sai a segunda edição com novo título: *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*. Para a presente dissertação, foi analisada a edição de 1957. A preferência pelo referenciamento em livro se dá pela comodidade de ter todos os textos organizados num único volume, com o acréscimo dos prefácios à primeira e segunda edições. As páginas de jornal serão referenciadas quando houver necessidade de citar algum texto que não esteja na compilação encadernada.

Cada uma das partes do *Inquérito* é composta de um questionário específico e foi respondida por depoentes previamente escolhidos.

Soares (1978) salienta que Fernando de Azevedo critica, ao longo do *Inquérito*, duas reformas do ensino, uma estadual e outra outra, as duas promulgadas no ano de 1925. A primeira, Reforma João Luiz Alves - Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925), foi a última reforma federal do ensino promulgada na vigência da Constituição de 1891. Contendo dispositivos que interessam ao ensino primário, secundário e superior, além de outros que se referem à administração escolar, essa reforma consistiu numa “ampla estruturação do sistema nacional de educação” (SILVA, 1969, p.283). Com relação ao ensino secundário, por exemplo, diz a exposição de motivos desta reforma:

O ensino secundário, com sua dupla organização de ensino ginásial e de ensino preparatório, não poderia permanecer. Neste ensino, o que se observa é o desejo de um preparo rápido e cada vez mais superficial nas matérias que habilitam para matrícula nos cursos superiores. Esse não deve ser o objetivo do ensino secundário. Base indispensável para matrícula nos cursos superiores, o ensino secundário deve ser encarado como um preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicar o indivíduo. Sem grandes inovações na sua

organização, o ensino secundário, segundo o projeto, - será obrigatoriamente seriado (SILVA, 1969, p. 283).

Soares (1978) destaca que, apesar de toda a crítica elaborada por Fernando de Azevedo, essa reforma foi precedida de uma extensa discussão que veio a resultar na fusão de vários projetos (um primeiro projeto foi preparado - e publicado para receber sugestões - por Ramiz Galvão, então presidente do Conselho Superior de Ensino, e por uma comissão) e de sugestões de professores, corporações docentes e associações científicas e de educação.

Rocha Vaz foi quem deu o formato final ao projeto, e a reforma foi tornada lei pelo decreto supracitado, promulgado pelo Presidente Artur Bernardes e referendado por João Luiz Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que, na exposição de motivos que acompanhou o projeto, diz, entre outras coisas, o seguinte, apresentando a reforma como resultado de um "amplo *Inquérito*", em que foram ouvidos os "doutos e os práticos na matéria" ele confessa que,

diante do formidável arquivo de relatórios, pareceres, alvitres e sugestões que recebi, e diante do desencontro, em pontos essenciais, de opiniões doutas, me senti tomado de uma espécie de temor sagrado para ousar tocar nas pedras do edifício e procurar repará-lo, embora, de princípio, disposto a não lhe mudar a tradicional arquitetura (...) várias eram as questões a resolver e muitas ficaram para soluções futuras e mais oportunas (SILVA, 1969, p.284).

Para o presidente Artur Bernardes eram os fins essenciais da reforma: “a eficiência e a moralização do ensino secundário e superior” (SILVA, 1969, p. 283).

Em relação à reforma estadual (Decreto nº 3.853, de 11 de junho de 1925), é Soares (1978) quem chama a atenção para o fato de que, as poucas informações que foram possíveis coletar provêm do texto do decreto e das “frequentes e severas críticas que sobre ela desfecham Fernando de Azevedo e seus depoentes ao longo do *Inquérito* (SOARES, 1978, p. 5). Esse decreto propõe mudanças na administração do ensino no Estado de São Paulo e se opõe aos dispositivos da reforma Sampaio Dória, de 1920, sobre os vários ramos do ensino público.

Os pontos mais criticados por Fernando de Azevedo no decreto são os que dizem respeito ao ensino primário e ao técnico-profissional. Encerrando a primeira parte do

Inquérito - e depois de tachar essa reforma de “retrógrada”, “volta ao passado”, etc. - escreve Fernando de Azevedo:

Encerrada esta primeira fase do debate que teve a mais ampla repercussão dentro e fora do Estado, enfrentaremos brevemente a questão do ensino técnico-profissional a que se seguirá larga investigação crítica e construtiva sobre o ensino secundário e superior. Quanto ao ensino primário e normal provavelmente voltaremos à carga, quando for decretado e publicado o regulamento da lei que o reformou ultimamente. Estamos, a respeito desse regulamento, como é natural, numa atitude de expectativa simpática, e teremos muito prazer em aplaudi-lo com o mesmo calor com que atacamos de passagem a lei, em tantos pontos disparatada, que ele se propõe esclarecer e interpretar (AZEVEDO, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01, jul., 1926, p.4).

Por força daquilo que já foi explicado anteriormente, o autor do *Inquérito* aponta as lacunas fundamentais de que se ressentia o sistema de ensino então em vigor: falta de uma política de educação, “norteadas não por homens, mas por princípios... que denuncie um grande ideal orientador formado no sentimento profundo das realidades e necessidades nacionais e vivificado ao sopro das ideias científicas de educação” (AZEVEDO, 1957, p. 8); falta de um espírito de finalidade e de um sistema de ideias; falta de regionalização e organização adequada do ensino (particularmente da escola primária e do ensino profissional), asfixiado pelo dogmatismo oficial; falta de cooperação entre família e escola, como condição necessária à obra educativa (“nossas escolas não educam; instruem apenas, quando instruem”); falta de compreensão por parte dos homens públicos e dos cidadãos em geral de que a iniciativa privada é “elemento indispensável” à obra de instrução e educação.

É evidente que uma nação não pode contar, para assegurar o seu futuro, nem com a tutela das repartições, qualquer que seja o valor individual dos funcionários, nem com as combinações legislativas dos políticos que são às mais das vezes inspiradas pelas preocupações mais estranhas ao interesse público ou carregadas dos erros mais grosseiros... Para conseguirmos um aparelhamento de ensino e educação, de uma precisão rigorosa nas suas engrenagens e de uma perfeita eficiência na realização de objetivos assentados, os governos não somente terão de reduzir ao mínimo a interferência política nos departamentos técnicos, como deverão procurar, fomentando-a por todas as vias, a colaboração imprescindível das iniciativas particulares (AZEVEDO, 1957, p. 34)

Para Azevedo (1957), havia uma lacuna a respeito da direção, do caminho e dos princípios que a educação deveria seguir. Faltava o principal, alegava ele: uma política de educação dirigida não por homens, mas por princípios. Na sua visão, eram esses os motivos que faziam com que, a cada novo governo, diferentes planos para a educação substituíssem os anteriores. O problema é que todas, em sua leitura, eram elaboradas sem um plano norteador. Ele concluía então que o aparelho de ensino deveria crescer “[...] não por via de **evolução orgânica**, mas por meio de enxertos, retoques e achegas” (AZEVEDO, 1957, p. 32, grifo do autor). Além disso, refletiu, inexistia uma elite que orientasse as formulações de política educacional, daí o personalismo das proposições.

Como já foi explicado anteriormente, cada uma das três partes do Inquérito era composta por um questionário específico. Visto que a presente pesquisa investiga o projeto de ensino superior, transcreve-se a baixo o questionário relacionado à terceira parte, Ensino Secundário e Superior, para fins de esclarecimento:

- 1) Qual, a seu ver, a causa fundamental do insucesso quase completo das repetidas reformas que têm reorganizado o ensino secundário e superior da República, sem conseguirem fazer do ensino um verdadeiro aparelho de educação integrado no ambiente nacional um instrumento posto a serviço da cultura do país?
- 2) Qual a atitude que assumiu e deve assumir o estado em face deste problema, quer cooperando pelos seus representantes federais na sua solução, quer tomando iniciativas para incrementar o ensino secundário e superior, dentro dos seus limites?
- 3) Podia apresentar-nos os principais erros desta última reforma federal (decreto 17.782-A, de 13 Janeiro de 1925) relativamente ao ensino secundário e à organização dos cursos profissionais superiores (médico, jurídico, politécnico etc.), na especialidade de que tem maior conhecimento?
- 4) Não lhe parece que a questão do ensino secundário, hoje reduzido a uma função puramente preparatória para os cursos superiores, ainda não se resolveu satisfatoriamente, entre nós, por termos perdido a consciência de sua “verdadeira finalidade” no plano geral da educação?
- 5) É favorável ao ensino secundário largamente baseado nas humanidades clássicas, ou, sem desprezo destas, baseado nas línguas modernas e nas ciências?
- 6) Nas escolas de ensino secundário cuja orientação se deve dirigir antes no sentido da “universidade” de conhecimentos (ideias gerais), deve-se, e, na hipótese afirmativa – por que meios e em que altura favorecer a especialização?
- 7) Até que ponto se tomar, no ensino secundário, como uma reivindicação legítima, a aspiração incluída no princípio inovador: “uma escola nova” para necessidades novas?
- 8) Não acha que nossos ginásios, antes organizados para instruir do que para educar, pouco têm contribuído e pouco podem contribuir, dentro de sua organização atual, para a formação da sua organização atual, para

a formação da cultura média do país e, sobretudo, da mentalidade e do caráter nacional?

9) Se é um problema capital, em uma democracia, a formação das elites intelectuais, não lhe parece urgente tratar da fundação de estabelecimentos de pesquisa científica e de cultura livre e desinteressada, que tenham por objetivo menos a organização de um ensino geral do que a contribuição, para o progresso do saber humanos?

10) Que pensa, pois, da criação de uma universidade em São Paulo organizada dentro do espírito universitário moderno?

a) de maneira que se integrem, num sistema único, mas sob a direção autônoma, as faculdades profissionais (de medicina, de engenharia e de direito), institutos técnicos de especialização (farmácia, farmácia) e institutos de altos estudos (faculdades de filosofia e letras; de ciências naturais e matemáticas; de ciências econômicas e sociais; de educação etc.);

b) e de maneira que, sem perder o seu caráter de “universidade”, se possa desenvolver, como uma instituição orgânica e viva, posta pelo seu espírito científico, pelo nível dos estudos e pela largueza e eficácia de sua ação, a serviço da formação e desenvolvimento da cultura nacional?

11) Por onde se deveria atacar logo, de maneira prática, no estado, esse problema complexo de cuja solução depende a organização de verdadeiros núcleos de pensamento original e fecundo, de pesquisa e de disciplina mental, capazes de abrir caminho ao desenvolvimento da ciência e cultura nacionais?

12) Não reconhece que é de toda a necessidade, em São Paulo, a criação de uma secretaria autônoma, e, no governo federal, de um ministério de Saúde e Instrução Pública, sob cuja direção, única, respectivamente no estado e na República, fique todo o aparelhamento do ensino de qualquer natureza e em todos os graus? (AZEVEDO, 1957, p. 192-193).

Fernando de Azevedo (1957) afirma, nos textos que compõem o *Inquérito*, que os principais envolvidos – Sampaio Dória e Júlio de Mesquita Filho –, bem como os depoentes, tinham o propósito de elaborar um projeto de *Plano Nacional* para o ensino público, que abrangesse desde o ensino primário até a construção de universidades. Foram depoentes da terceira parte: Rui Paula Souza, Mário de Souza Lima, Amadeu Amaral, Ovídio Pres de Campos, Raul Briquet, Teodoro Ramos, Reinaldo Porchat e Arthur Neiva.

O autor do *Inquérito* defendia que era preciso muito rigor para o desenvolvimento de uma “[...] política de cultura, de bases sólidas, de espírito marcadamente nacional e de objetivos precisos” (AZEVEDO, 1957, p. 32). Se fazia necessário identificar todas as deficiências da estrutura de ensino, para, a partir daí, planejar uma reforma. O processo, segundo o autor, seria composto de diagnóstico, planejamento, implantação e fiscalização.

No tocante ao ensino superior, Azevedo (1957) focava em dois pontos principais: era preciso reformular, mas também era preciso descentralizar. Para ele, o

ensino superior deveria ser o local de formação dos professores que atuariam no ensino secundário e na fomentação de uma “elite intelectual”. Azevedo considerava cursos como os de Direito, Medicina e Engenharia, insuficientes para a fomentação de um espírito científico voltado para a pesquisa desinteressada.

Em sua concepção, essa nova estrutura deveria ser montada a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, afinal, seria o caminho mais rápido para o incentivo da pesquisa científica desinteressada. Além disso, formaríamos melhor os professores do primário e secundário por meio do *Instituto de Educação*. Desta forma seria mais fácil manter certa uniformidade no processo de formação desses professores.

Essa reformulação e a nova função do ensino superior, reclamada por Fernando de Azevedo, não prejudicariam, segundo o próprio educador, a “[...] função superior e inalienável que é a formação, isto é, o preparo e o aperfeiçoamento das classes dirigentes” (AZEVEDO, 1957, p. 191). Neste aspecto, ressaltava que a universidade fomentaria a universalidade do ensino e formaria quadros mais aptos a lidar com os problemas enfrentados pela administração pública.

No entanto, quando ele fala em descentralização, refere-se à defesa da criação de uma universidade do Estado de São Paulo, tendo este mesmo Estado como polo administrativo e irradiador. O projeto de universidade, apresentado no *Inquérito*, estava focado na construção de uma instituição formadora das elites, não bastava a formação profissional efetivada nas tradicionais escolas de ensino superior – Medicina, Politécnica e Direito. Segundo o próprio Azevedo (1957), era preciso fomentar uma cultura geral, calcada nas humanidades, nas artes literárias e nas ciências. Além disso, era preciso fomentar e escolas de alta cultura, capazes de formar a elite cultural e intelectual no Brasil. Só assim, em sua leitura, seria possível pensar no progresso científico e na melhoria cultural do País.

1.7- O grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*

Fausto (1978) destaca que, durante a década de 1920, as disputas existentes dentro do grupo que administrava o poder estadual foram muito importantes para o processo de transformação da sociedade. Os subgrupos que compunham esse bloco hegemônico, muitas vezes, demonstravam interesse em assumir novos compromissos e

reestruturar toda a conjuntura. Essas variações de rota forçavam, constantemente, um rearranjo nas relações estabelecidas e permitiam, gradativamente, transformações na configuração da sociedade.

Tomemos como exemplo as mudanças no campo econômico: estas se articularam com o campo ideológico e político. Ao mesmo tempo, estes reagiram às mudanças da base. De acordo com Soares (1978), no caso específico brasileiro, as relações produtivas foram sofrendo variadas mudanças, até o ponto de se perceber uma transformação substancial de sua base econômica. No final do processo, a economia nacional passou a se firmar em uma base industrial e a estrutura do Estado respondeu aos interesses de acumulação da classe burguesa industrial. Para Azevedo (1957), em 1920 já era possível observar movimentações de grupos políticos, intelectuais, sociais, culturais e educacionais articulados a este processo e à nova configuração do social que se delineava.

Soares (1978) esclarece que o *Partido Republicano Paulista* foi consagrado pela historiografia como representante dos interesses cafeeiros e, em alguns momentos, interpretado como representante exclusivo das frações conservadoras paulistas, isto é, das frações ligadas exclusivamente à produção do café. Na realidade, este partido reuniu, não sem contradições, também frações mais modernas e urbanas da economia, como a burguesia comercial e industrial.

Fausto (1978) explica ainda que as ligações entre os setores industriais e o *Partido Republicano Paulista* (PRP), e não foram acordos ocasionais, ao contrário disso, foram marcados por uma permanente aliança. Ele assegura, que já na década de 1920, o setor industrial, fazendo uso de suas organizações de classe, mobilizou fundos políticos para a agremiação maiores que a Sociedade Rural Brasileira.

Sendo assim, é possível compreender que, naquele período, existiam fortes divergências no interior do grupo dominante. Parte significativa das oligarquias rurais se mostravam em dúvida sobre os rumos da política nacional. Além disso, é preciso destacar que os setores industriais tinham representantes dentro do Partido Republicano Paulista, como, por exemplo, “o senador Franco, um proprietário de fábrica têxtil, comerciante, diretor de banco e fundador da Companhia Telefônica de São Paulo e presidente da Companhia Paulista” (FAUSTO, 1978, p. 101).

Decca (1981), faz coro com Fausto (1978) ao ressaltar que, já em meados da década de 1920, era possível perceber fortes conflitos de interesses dentro do próprio PRP. A criação de um outro partido – o *Partido Democrático* (PD) –, por uma ala dissidente em 1926, foi o momento mais expressivo dos conflitos político-econômicos que se acirravam e ameaçavam o equilíbrio não apenas do partido, mas, sobretudo, do bloco no poder. Tempos de grandes mudanças. A *Aliança Liberal* havia surgido logo após a ruptura entre as oligarquias paulista e mineira e a eleição de 1930 estava se aproximando.

O processo de industrialização começava a acontecer. Era a transição do modelo agroexportador para o modelo de base industrial, urbana. A efervescência dos interesses em disputa demonstra a complexidade do que acontecia, além de evidenciar um avanço do processo de transformação do caráter do poder (DECCA, 1981). As elites paulistas começaram a sentir o abalo estrutural de tantas mudanças. Sua hegemonia começava a se comprometer.

Fausto (1978) observa que, entre os membros dessas elites existiam frações mais progressistas, e foram essas frações que aventaram uma reestruturação social e política que tivesse base no desenvolvimento industrial, baseado numa premissa mais liberal. “O moderno apareceu, no pensamento dominante do período, entrelaçado ao ideário do liberalismo” (FAUSTO, 1978, p. 37). O grupo que tinha como pauta a defesa da democracia como caminho para o desenvolvimento da civilização em terras brasileiras e para o progresso econômico do país fundara seus projetos de construção de uma sociedade nova e de construção de um homem novo para essa sociedade nas teorias e concepções liberais (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Aqui é importante destacar que, o grupo que veio a se formar em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* era representativo dessa fração de classe mais progressista. As sociedades e projetos que surgiram em seu seio demonstravam a intencionalidade de fomento de uma nova estrutura cultural e social para o Brasil, encabeçado pelo processo de industrialização que vinha se desenvolvendo no Estado. Os jornais da época, incluindo o grupo Folha e

O Estado de S. Paulo, pautavam sua ação pública pela defesa da importância de se formar elites intelectuais capazes de governar o país. Nos dois casos, modernização, progresso e ciência eram conteúdos

necessários ao Brasil que se pretendia construir e para os quais a educação tinha papel fundamental (NEMI, 2008, p.116).

Com uma análise atenta é possível detectar, no projeto político destes grupos, interesses semelhantes àqueles que Edgar de Decca (1981) identificou nos projetos de sociedades formadas, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 1920. Segundo o autor, a partir deste período, qualquer teoria que versasse sobre as soluções político-institucionais para os problemas vivenciados no contexto passava pelo pressuposto axiomático de ver a fábrica como o ideal civilizatório. “O que estava latente”, segue o historiador, “era a questão da organização do processo de trabalho” (1981, p.36).

As análises do cenário brasileiro, elaboradas por esses grupos, destacaram que os problemas políticos, econômicos e sociais – todos fomentados pelo conflito entre trabalho e capital –, eram os mais importantes pontos a serem resolvidos (CERQUEIRA FILHO, 1982). Eram problemas que pertenciam, em sua grande maioria, ao âmbito da consolidação do capitalismo e da precarização das condições de trabalho, conhecidos desde o início do século XIX (BENEVIDES, 1991). O desemprego, a favelização, a fome, o analfabetismo, eram sintomas explícitos do que estava acontecendo.

Para Cerqueira Filho (1982), as ferramentas que existiam, até então, para conservar o *status quo*, já não eram mais o suficiente. As agitações políticas exigiam novos modos de conter as inquietações. Não era mais possível equacionar todas as revoltas como caso de polícia. Além disso, uma breve leitura da história dos países republicanos, demonstra o quanto o problema social urgia de solução. “A constituição de um Estado que se pretende *res pública* (coisa pública) leva, inevitavelmente, a uma concepção diferente de povo e a uma relação particular entre este e o Estado” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 48).

Como explica Benevides (1991), pode-se argumentar que a questão social sempre esteve presente no pensamento republicano brasileiro, no entanto, nos últimos anos da década de 1920, em meio ao enfraquecimento da hegemonia e de uma crise econômica que desestruturou a nação e o mundo – queda da bolsa em 1929, crise da economia cafeeira – aquela passou a ser a questão decisiva para a manutenção do que havia sobrado.

Para que fique mais clara a relação entre a *Liga Nacionalista* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, é preciso entender que os líderes do periódico, como analisa Soares (1978),

estavam envolvidos direta ou indiretamente na direção da *Liga*. Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho, além de Fernando de Azevedo e muitos outros escreviam e assinavam constantemente artigos sobre a instituição. Parafraseando Medeiros (2006), trata-se de uma rede de relações que se bifurcava e unia os dois espaços. Mas, de acordo com a autora, as ramificações dessa rede penetravam outros espaços educacionais, políticos, econômicos, sociais, culturais. A *Faculdade de Direito de São Paulo* é um bom exemplo do quão longe poderiam ir essas relações e do quão importante elas eram para os destinos do Estado e da nação.

Ainda sob o prisma de Medeiros (2006), é possível afirmar que todos esses ambientes serviam de pontos de encontro para as pessoas que compunham o chamado grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* –, que “[...] colaborou na produção e divulgação de um projeto de nação, no qual as causas educacionais tinham papel privilegiado” (MEDEIROS, 2006, p. 315). Uma rede que ocupava os espaços para melhor exercer sua hegemonia.

Diante desse quadro geral fica mais fácil entender a escolha das personalidades selecionadas para responder ao *Inquérito* de 1926. É óbvio que eram todos envolvidos com o universo da educação, no entanto, esse era apenas um dos preceitos. Era preciso muito mais para conseguir o privilégio de ter suas opiniões publicadas no, então, maior jornal do País. No mínimo, se fazia necessário pertencer à elite econômica e política do Estado. Medeiros (2006) afirma que,

Não nos parece coincidência que os vários nomes que foram convidados para responder às questões formuladas por Fernando de Azevedo pertencessem ao mesmo ambiente intelectual. Estavam presentes na Liga Nacionalista, em *O Estado de S. Paulo*, na Faculdade de Direito de São Paulo e mesmo nos corredores dos órgãos oficiais estaduais de ensino. E menos ainda a de se crer na neutralidade dos diretores do periódico, propondo matérias contrárias às suas concepções e que não seriam apreciadas por seu público leitor. E vice-versa, não houve neutralidade do público leitor ao escolher seu jornal diário (p.316).

O jornal estava, segundo essa interpretação, tentando moldar a opinião pública para que coadunasse com seus próprios interesses. E é preciso lembrar que, Fernando de Azevedo, o mesmo homem que organizou o *Inquérito*, foi, segundo a autora, considerado como candidato a ocupar um cargo de poder dentro desse projeto educacional que visava

reestruturar a hegemonia que aos poucos ia se perdendo. Seguindo essa interpretação, é possível afirmar que o plano para a criação da Universidade de São Paulo era bem anterior ao próprio *Inquérito*.

Alguns historiadores da educação têm registrado a difícil possibilidade de ler as disputas no campo educacional operadas nos anos 1920 como luta entre tradicionalistas e renovadores. Dentre estes, pode-se citar José Murilo Carvalho (1998), que assinala que a leitura desses eventos nestes termos apaga a relação com os embates político-ideológicos do período.

O *Inquérito* é aqui abordado como um documento de divulgação, em que se delinearam os direcionamentos para a política educacional que foram, posteriormente, oficializados pelas legislações elaboradas por Fernando de Azevedo.

Sendo assim, é preciso problematizar o documento tomando-o como ferramenta de apoio aos interesses do *grupo do Estado*. É preciso compreendê-lo como um instrumento usado para preparar a opinião pública e os anseios políticos, visando uma futura reforma no sistema educacional, bem como para consolidar a candidatura de Fernando de Azevedo como representante do já citado grupo.

Foi o próprio Azevedo quem assumiu o caráter político dessa empreitada e o quanto ela foi benéfica para a sua trajetória:

[...] foi, assim, a escola em que me preparara para tão alta função pública e somente ao ser promovido no cargo [refere-se ao cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal] é que avaliei, em todo o seu alcance, os serviços inestimáveis desse contato [...] (AZEVEDO, 1957, p. 26).

O plano em si era ambicioso. A proposta de reforma trazida pelo *Inquérito* de 1926 sugeria a criação de um sistema de ensino que abrangesse todos os níveis educacionais, em todas as instituições educativas desde a escola primária até a universidade, que constituíssem uma “unidade graduada e ininterrupta” (AZEVEDO, 1957, p. 184). Em resumo, era a proposta de regular os diferentes níveis educacionais por um único conjunto de leis ou regulamentos que permitisse certa organicidade entre os diferentes níveis.

Existia também o debate sobre a autonomia no campo educacional, outro pilar do *Inquérito*. E esse acabou sendo o concatenador de outras questões que surgiram durante o período: a reiterada defesa da necessidade de diminuir a intervenção política nas decisões educacionais; a divulgada constatação de que os técnicos em educação eram os mais aptos para formularem políticas educacionais e para dirigirem o sistema público de ensino. As soluções eram sempre um tanto platônicas, semelhantes à proposta do “rei filósofo”: uma elite intelectual deveria indicar os encaminhamentos na área educacional; a iniciativa privada teria melhores condições para conduzir as transformações desejadas para o ensino público. Em outras palavras, eles queriam criar meios para que a chamada “elite intelectual” tivesse maior controle sobre o novo sistema educacional, influenciando sempre que julgassem necessário.

No entanto, os processos históricos são dinâmicos. Em 15 de março de 1927 falece Júlio de Mesquita, o pai, vítima de problemas pulmonares. No dia seguinte, a edição do *Estado de S. Paulo* traz a notícia na primeira página, em tom elogioso, com uma grande fotografia do falecido, na primeira dobra. “Morto Júlio I, reorganiza-se a Sociedade Anônima. Um genro, Armando de Salles Oliveira, passa a presidir. Na diretoria, com Doutor Julinho e Doutor Chiquinho, mais três genros: Carolino da Mota e Silva, Antônio Mendonça e Carlos Vieira de Carvalho” (SEVERIANO, 2012, p.31). Doutor Julinho era uma referência ao Júlio de Mesquita Filho, e Doutor Chiquinho era Francisco de Mesquita, ambos herdeiros do jornal.

É preciso lembrar que foi na década de 1920 que eclodiram diversas revoltas pelo Brasil.

As revoltas de 22, 23 e 24 têm grande repercussão por todo o país. Em São Paulo a revolução de 24, em especial, cavara fundos abismos entre as correntes políticas existentes no Estado. Isidoro Dias Lopes saía dela com uma aura de popularidade quase mística. ‘O Estado de São Paulo’, como reconhecido porta-voz da Dissidência, apontava este fato com bastante receio nas suas páginas e acusava a política oficial, sob o controle exclusivo do PRP, seus erros e seus desmandos pelo aumento do ‘messianismo’ que envolvia a figura do velho general (STEUER, 1982, p.18).

Quando o patriarca da família Mesquita se vai, o Brasil já se encontrava bem diferente dos primórdios do jornal *A Província*. “Quase 7.000 chaminés já apontam para

os céus da Pauliceia, metrópole de 600.000 habitantes, um quarto trabalhando nas fábricas” (SEVERIANO, 2012, p.33).

Em diversos textos autobiográficos Mesquita Filho destaca a figura paterna como seu ideal de profissional, seria no mínimo incoerente agir de maneira muito diversa do que seu pai agia. No entanto, aos poucos, a conduta política administrativa de Mesquita Filho vai se distanciando daquela que vinha sendo empregada pelo seu genitor. É a partir deste ponto que sua atuação política se intensifica.

De acordo com Lima (2008), usando o apoio do Partido Democrático¹⁰, Getúlio Vargas, torna-se candidato oficial à Presidência da República, tendo como vice João Pessoa. O objetivo era restaurar de forma democrática a política do país. No entanto, a vitória do candidato do PRP, Júlio Prestes, jogou por terra as chances de que tal reforma realmente acontecesse. Em dois de outubro de 1930, tem início aquela que ficou conhecida como a Revolução de 30, que possuía como líder principal a figura de Vargas e o apoio militar dos tenentes, da *Aliança Liberal*, da família Mesquita e do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre outros.

Uma vez vitoriosos, instala-se o governo provisório e, em seguida, a presidência é entregue a Getúlio Vargas. No poder, fica claro que o programa da véspera não seria cumprido, especialmente no que se referia a São Paulo, isto é, o apoio ao café e a entrega do poder aos membros da Aliança Liberal. Os que haviam sido aliados até então são alijados do poder e, em lugar daqueles civis, jovens militares de confiança ocupam os postos executivos. Os revolucionários locais se articulam e nesse momento Júlio de Mesquita Filho tem um importante papel de liderança política, articulatória e panfletária (STEUER, 1982, p.26).

Lima (2008) reflete que o Estado de São Paulo começou, a partir de então, a se distanciar do governo federal. E observa ainda que esse mesmo distanciamento acontece com relação a Júlio de Mesquita Filho. Quando o jornalista percebe que Vargas não tem a menor preocupação em ajudar São Paulo nas vertentes política, econômica e social, ele começa a esboçar uma resposta decisiva ao autoritarismo do presidente da República.

¹⁰ O Partido Democrático (PD) era uma dissidência do antigo Partido Republicano Paulista (PRP). Este era o partido que estava diretamente envolvido com a fundação do jornal *O Estado de S. Paulo*. Júlio de Mesquita Filho não se filiou a esse partido, apesar de simpatizar com seus ideais (LIMA, 2008).

Mas as articulações políticas de Júlio de Mesquita Filho resultariam na Revolução de 32, um movimento tão violento quanto.

No entanto, é importante ressaltar que, antes disso, os Mesquitas estiveram diretamente envolvidos com a revolução 1930.

Em janeiro de 1930, Júlio de Mesquita Filho pede a Oscar Pedrosa Horta que abrigue em sua casa, Siqueira Campos, um dos revoltosos do Forte e herói da Coluna e ao qual, além de tudo, estava ligado por uma antiga amizade: haviam crescido juntos na Liberdade. Pois, Siqueira Campos havia varado o cerco efetuado pelo Delegado Laudelino de abreu do DOPS de São Paulo no Cambuci. Presos três companheiros seus, fora, em seguida, pedir ajuda na redação do jornal, onde teria, por certo, cobertura (STEUER, 1982, p.26-27)¹¹.

Alguns traços dessa articulação política ficam evidentes em diversos eventos. Um fato que pode ilustrar essa questão foi a participação de Mesquita Filho na redação da carta de renúncia ao cargo de interventor do estado de São Paulo escrita por Plínio Barreto a Oswaldo Aranha, uma vez que Barreto não desejava ser o estopim de uma guerra civil. Outro episódio foi a sua viagem ao estado do Rio Grande do Sul, em novembro de 1931. Lá ele concedeu diversas entrevistas a impressos locais. Essas entrevistas tinham como pauta assuntos como a economia paulista, a política cafeeira, a defesa da livre produção, da policultura, a importância da imigração, bem como apontava seu desejo em ver São Paulo com um interventor civil e paulista (LIMA, 2008).

Mesquita Filho aproveitou para usar os jornais daquele estado como instrumento de divulgação de suas ideias, no entanto, como aponta Lima (2008), o motivo real de sua viagem era a necessidade de formar parcerias com as lideranças políticas daquela região, no que foi bem-sucedido. Terminou sua viagem num encontro com o líder político do PRP, o jornalista Borges Medeiros.

Ainda segundo Lima (2008), Mesquita Filho restituiu o hábito das reuniões dentro da redação do jornal. Dessas reuniões é que surgiu a Frente Única Paulista (FUP). E esse foi só o começo do levante. O clima de insatisfação com o Governo Federal era visível na capital paulista. O ponto máximo dessa insatisfação se deu no aniversário da

¹¹ Para maiores informações sobre o envolvimento da família Mesquita na Revolução de 1930, consultar Severiano (2012).

cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1932. Durante a missa de comemoração milhares de pessoas encheram a Praça da Sé. Seus interesses não eram necessariamente religiosos, havia a necessidade do protesto. Muitos carregavam panfletos, faixas ou cartazes.

Terminada a missa, a multidão percorreu a cidade em direção à sede do jornal *O Estado de S. Paulo*. Lá chegando, as pessoas ouviram a um discurso de Júlio de Mesquita Filho que proferia, entre outros temas, a figura do Bandeirante, bem como de sua missão; os direitos dos paulistas; ataca o governo federal pela falta de respeito à importância do estado de São Paulo para o país e por ter nomeado interventores de outros estados para São Paulo.

Júlio de Mesquita Filho foi um dos grandes idealizadores de Revolução de 32 (LIMA, 2008). Isso porque ele foi um grande líder civil do movimento. Percebendo o quanto o governo Vargas estava se distanciando dos propósitos defendidos na Revolução de 30, o jornalista iniciou suas articulações políticas para encontrar aliados igualmente insatisfeitos com o então governo federal.

Utilizava sobretudo as redações de seu jornal como palco de inúmeros encontros conspiratórios. Suas ações iam além de manifestos explícitos em seu jornal. Ele fazia questão de participar ativamente de organizações secretas, como a MMDC, da qual seu irmão Francisco Mesquita também fazia parte. Tamanho engajamento rendeu a Julinho Mesquita sua escolha para ser um dos primeiros membros do Comitê Executivo da Revolução e transformou seu jornal em um reflexo dos ideais constitucionalistas (LIMA, 2008, p.17).

Este e muitos outros eventos acabaram por colocar Mesquita Filho numa posição delicada frente ao governo Vargas. Este foi o marco de ruptura com a tradicional atuação política desenvolvida pelo pai de Mesquita Filho. Seu genitor sempre foi contrário a resolver questões políticas pelas armas, ou pela intervenção direta das Forças Armadas.

O protesto surte efeito e, em maio do mesmo ano, Pedro Toledo, conceituado político, ao lado de um secretariado integralmente paulista, formado por membros do PRP e do PD, é nomeado interventor de São Paulo. Mas era tarde. A Revolução de 32 já estava acertada, bastando apenas os últimos retoques para eclodir.

E ela teve início em nove de julho. Para diminuir o Movimento Constitucionalista, o governo federal utiliza a imprensa e o rádio para mostrar à população

do resto do país que a insurreição era um movimento separatista e reacionário. Ofensas são proferidas de ambos os lados e batalhas são travadas nos quatro cantos do estado de São Paulo (LIMA, 2008).

Após três meses de longas batalhas, é assinado o armistício. Júlio de Mesquita Filho, ao lado dos principais líderes do movimento, foi preso. De dentro da cadeia ele escreve para sua esposa, Marina:

Sala de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932

Minha filha

Uma fatalidade quer que as minhas cartas cruzem em viagem com as suas, dando a você a impressão de que eu nunca tenho pressa em enviar-lhe notícias minhas.

Foi assim durante o tempo em que estive na frente e agora com a primeira carta que lhe escrevi da Sala da Capela. Felizmente soube, hoje, pelo Vizê, que você já está de posse dela e, portanto, a par do que me tem acontecido desde o momento em que deixei São Paulo.

A nossa vida continua na monotonia do presídio, onde à medida que o tempo passa vai penetrando o tédio e crescendo as saudades.

Não fossem os amigos que vieram juntar-se a nós – eles agora aqui se acham quase ao *grand complet*, com a chegada de Tito Pacheco e do Paulo Duarte – e eu temeria cair numa prostração.

Hoje, com grande surpresa para todos nós, transpôs estes fatídicos umbrais o Mendonça, cujo bom humor veio trazer um pouco de alegria à atmosfera carregada e tristonha da imensa sala em que nos meteram os senhores da situação.

Já começaram os depoimentos e, com eles, o desmascaramento das diversas individualidades, que um destino perverso para aqui atirou. Um dos primeiros a depor se portou com um bom poltrão que é. Negou qualquer participação no movimento e, não contente com isso, declarou mais, que, se soubesse do que se tramava, ter-se-ia declarado inteiramente contrário à revolução. Outro disse o estrito necessário para não sair com a dignidade ferida, mas tantas lágrimas derramou e tanto fez, que afinal conseguiu ser removido para uma casa de saúde. Está certo de que o espera um fim trágico.

É verdade que a maioria se portou como paulistas, assumindo corajosamente as responsabilidades, que lhes cabiam. Inútil é dizer que entre estes estavam o Cesário, o Paulo Duarte, o Tito, o Guilherme, o Pereira etc. Quanto a mim, pautei o meu depoimento pelo que presumi que a ditadura sabe dos meus feitos e gestos, desde que me determinei a tudo fazer para pôr para fora das nossas fronteiras os que desejavam transformar-nos em povo escravizado.

De breca vamos passando bem, com a ajuda das pessoas caridosas e amigos – e estes se contam pelo número de habitantes desta terra – que nos enviam diariamente grande quantidade de coisas gostosas. Vamos, assim, disfarçando a bóia resina que, como toda a bóia oficial, é detestável. Quem me tem valido muito é a Baby, mulher do Guilherme, a qual nunca deixa de mandar-me tudo quanto manda ao marido: roupa de cama, chocolate, doces etc.

Não são poucas as visitas que tenho recebido: velhos amigos daqui, a colônia paulista quase que em peso, políticos etc.
Julinho (MESQUITA FILHO, R., 2006, p.42).

Como fica claro, Mesquita Filho associa a hombridade às características paulistas. Se algum dos prisioneiros não se portou como deveria é porque, na sua opinião, este indivíduo não merece tal adjetivo pátrio. Em seu depoimento à polícia da ditadura de Getúlio Vargas, Mesquita Filho assume que

estive envolvido no movimento deflagrado a 9 de julho, em São Paulo; que esse movimento se originou, naturalmente, de diversas reuniões preparatórias, tendo tomado parte em quase todas elas; que se achando mobilizada a opinião pública do Estado, diante dos atos inequívocos da ditadura contra os direitos do povo paulista, o declarante, como um dos líderes dessa opinião que lhe conferira o fato de ser diretor de *O Estado de S. Paulo*, não hesitou em se colocar à frente dela para melhor coordenar o movimento; [...] que, por meio do seu jornal, procurou canalizar a corrente de opinião, dando-lhe um objetivo único: a conquista da sua autonomia; que, dias depois de deflagrado o movimento, foi para as linhas de frente, achando-se adido junto ao coronel Euclides de Figueiredo, o qual, aliás, assumiu o comando das forças paulistas a convite do declarante; [...] (MESQUITA FILHO, R., 2006, p.42).

É de se notar o fato de Júlio de Mesquita Filho não se distanciar do exercício intelectual e do seu interesse pela educação, mesmo estando preso. Em uma outra carta para Marina, ele pede à sua esposa que lhe envie um livro do Durkheim:

IV Esquadrão de Cavalaria Ibirapuera, São Paulo (sem data)

Marina

A coisa está apertando. Agora mesmo chegou mais um hóspede: o Narciso Pieroni. Quer dizer que está dando peixe de outra espécie. Creio que dentro de pouco teremos o Sílvio por aqui.

Que notícias há dos nossos gringos?

Traga-me, amanhã, um livro de Bouglé intitulado *Les idées égalitaires*, e peça a Chiquinho um outro do Durkheim sobre educação. Foi lhe apresentado pelo Fauconnet.

Queira bem o seu

Julinho

P.S. O tenente Ávila está reclamando a carabininha 22 do Júlio. Veja se manda pelo Virgílio. O tenente quer, com ela, matar umas galinhas (MESQUITA FILHO, R., 2006, p.33).

Mais adiante, em outra carta, ele reclama da falta de água na prisão:

IV Esquadrão de Cavalaria Ibirapuera, São Paulo (sem data)

Marina

Dia abafado! Amanhecemos sem água para banho. Sabe você o que é cadeia sem água? Não queira saber.

À tarde chegou-nos a notícia de que o Deschamps passou o comando da região. Satisfação geral! Com a posse do Firm volto a ter umas leves esperanças de ver quebrado o meu galho!

Isto aqui, pejado como está de integralistas, vai se tornando insuportável.

E por aí, como vão as coisas?

Recado do seu

Julinho

P.S. Os pequenos que estejam amanhã, às onze da manhã, aqui, para visitarem o quartel (MESQUITA FILHO, R., 2006, p.35).

Depois de breve período atrás das grades, Júlio de Mesquita Filho e outros líderes da Revolução são mandados para um exílio em Portugal. Essa foi a primeira vez que Mesquita Filho foi obrigado a viver longe de sua terra natal. Steuer (1982) sentencia:

Mas a aventura findara e com ele todos os companheiros de luta seguiam para Portugal. Em Lisboa ficaria até que o governo brasileiro lhe desse permissão para voltar, o que só viria a acontecer em novembro de 1933, isto é, mais de um ano depois de lhe ter sido imposto o exílio (1982, p.32).

Sua esposa, Marina, chegou a Portugal no início de 1933. Seus filhos, sua cunhada e seus sobrinhos estavam juntos. Alugaram uma casa na freguesia do Estoril. Sua intenção, como relata Steuer (1982), era criar uma sensação de normalidade. Mesquita Filho tentou entrar no ramo do café. Buscou novos mercados na Europa, mas não obteve sucesso.

Passados quase dois anos, Mesquita Filho recebe a notícia de que Getúlio não se opunha à sua volta ao Brasil. Resolveu os problemas pendentes na Europa e embarcou junto a Pedro de Toledo. Chegou ao Brasil em 22 de novembro de 1933, desembarcando no Porto de Santos. Foi recebido pelo presidente da *Associação Paulista de Imprensa*, uma comissão do jornal *O Estado de S. Paulo* e outra do Partido Democrático (PD).

Assim, voltando ao país, Júlio de Mesquita Filho reingressa imediatamente ao seu posto, frente ao jornal que deixara como órgão de oposição feroz. Retoma-o na ambígua posição de elemento da grei do Interventor e inimigo pessoal do Presidente da República. É óbvio que o jornal passa a dar cobertura total aos projetos e realizações da área municipal e estadual, então nas mãos de correligionários íntimos. Mas isso não impede Júlio de Mesquita Filho de exercer uma atividade conspiratória, clandestina, constante. (STEUER, 1982, p.39)

Nesse primeiro momento, as críticas a Vargas foram quase eliminadas. Alguns de seus críticos chamam a atenção para o fato do jornal ter passado alguns meses adjetivando de forma positiva o Presidente. “Por um ano, de 1933 a 1934, Getúlio deixa de ser ditador nos editoriais. Passa a presidente provisório. Então, em julho de 1934, sob o patrocínio do governo, o Brasil ganha sua terceira Constituição” (SEVERIANO, 2012, p.46).

Enquanto Mesquita Filho retornava do exílio, Armando Salles Oliveira, seu cunhado, era nomeado interventor. Fernando de Azevedo (1957) relata que, em dezembro daquele ano, Mesquita Filho o havia procurado com a intenção de que ele elaborasse o projeto do decreto de lei que instituiria a primeira universidade de São Paulo. “Desejava o governo baixar este decreto no dia em que se comemora a fundação da cidade” (1957, p.220).

Feitas algumas alterações, o anteprojeto passou para as mãos de Cristiano Altenfelder Silva, Secretário da Educação, e pelas mãos do seu consultor jurídico, Sampaio Dória. Depois de assinado o decreto-lei n. 6.283, em 25 de janeiro de 1934, Teodoro Ramos foi enviado para a Europa com a missão de contratar professores. Enquanto isso, Almeida Júnior, Fernando de Azevedo e Sampaio Dória elaboraram os Estatutos da Universidade.

Limongi levanta uma hipótese sobre a campanha feita no jornal o *Estado de S. Paulo* para a elaboração da USP:

Desconhecendo qual a posição de Mesquita Filho ante o novo quadro político, admitamos, para fins de argumentação, que o irridento revolucionário de 1932 se convence que o melhor meio de recuperar a posição perdida por São Paulo passasse a ser, como nos anos 20, a reforma educacional. Assumindo esta “conversão” poderíamos tomar a criação da USP como a substituta do apelo às armas. Para que a hipótese apresente o mínimo de plausibilidade, seria necessário encontrar qualquer manifestação de Mesquita Filho, ou mesmo antes da criação da universidade. Não há, ao menos publicamente, qualquer manifestação com teor que se aproxime disto. A questão educacional, em que pesem os acirrados debates que provocava na disputa entre os adeptos da escola leiga e da católica, não merece destaques nas páginas de *OESP* no período que vai do retorno de Mesquita Filho em 21/11/33, ao encerramento dos trabalhos da Constituinte (LIMONGI, 1988, p.176-177).

Dois dias após a criação da Universidade de São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou em seu editorial:

O governo de São Paulo assinalou a data de anteontem com duas leis de alto alcance – uma de caráter administrativo e outra de caráter cultural: a que providenciou para se estabelecerem nas repartições públicas do Estado os princípios da racionalização do trabalho e a que criou, com sede nesta capital, a USP. A primeira, cuja importância a qualquer que conheça os surpreendentes resultados da racionalização do trabalho nas empresas particulares, não interessará talvez a generalidade do povo. Mas a segunda irá, com certeza provocar, em todas as camadas sociais, um largo movimento de aplauso (NOTAS, 27 jan.1934, p.3).

O processo educacional, em todos os seus níveis, servia como estratégia política. Muitas vezes pensado para manter o sistema social tal como estava, outras vezes visava atender às necessidades de crescimento e organização, sendo também um modo de renovação e manutenção das elites. Mesquita Filho estava realizando sua ambição de criar uma universidade brasileira nos padrões do que ele conhecia da Europa.

Examinemos por um instante as Constituições até aquele momento. A primeira serviu para estruturar o Império, em 1824; a segunda veio para estruturar a República Velha, em 1891; a terceira era a mais democrática¹². Foi a partir dessa constituição que se estabeleceu o salário mínimo, a desapropriação por interesse coletivo, a Justiça do Trabalho. Mas a história teve uma grande reviravolta:

A 10 de novembro de 1937, o povo ouviu pelo rádio que havia outra “nova” Constituição. Era uma ditadura constitucional. Os poderes dados ao presidente é que o tornavam ditador de fato. O povo ouviu um discurso. E o ditador foi encontrar-se com a mulher, para uma recepção diplomática. Getúlio deu o golpe também porque enxergou que, em vésperas de entregar o poder, tinha chances de continuar. Contra Armando [Salles, cunhado de Mesquita Filho], candidato da oposição, havia lançado o paraibano José Américo de Almeida. (...) Em vez de eleições, prisões. Armando é detido em sua casa no Rio. Passará dez dias no Fort de Copacabana e será confinado em Morro Velho, Minas. Mais que nunca, Getúlio é inimigo. Doutor Julinho é preso, mandado para o Rio, depois confinado em sua fazenda de Louveira. Volta e meia, há um Mesquita preso (SEVERIANO, 2012, p.47-48).

¹² Para maiores informações a esse respeito, ver Carvalho (2002) e Fausto (2009).

Em 27 de abril de 1938, Adhemar de Barros é nomeado Interventor por Getúlio Vargas. Logo depois de assumir Adhemar propõe a Getúlio que liberte Armando Salles de seu confinamento em Morro Velho. No dia 10 de maio Armando Salles chega à cidade do Rio de Janeiro, no meio do Putsch Integralista. Era um golpe arquitetado para tomar o Ministério da Marinha e o Palácio da Guanabara. Os Mesquitas foram presos mais uma vez. Foram libertados da prisão logo depois. A Constituição do Estado Novo os confinava ao interior do País, mas intimava aos principais arquitetos desta revolta – Mesquita Filho incluso – a abandonar o Brasil.

No dia 10 de novembro de 1938, no porto de Santos, Armando Salles e Júlio de Mesquita Filho seguem para o exílio.

Júlio foi exilado com vários correligionários, entre eles seu cunhado Armando Salles Oliveira, com quem permaneceu na França até abril de 1939, onde manteve encontros com vários políticos, entre os quais o general Pétain, herói da Primeira Guerra, que lhe disse que, apesar de a Alemanha ter o melhor exército da época, ainda preferia a cavalaria montada à mecanizada. Às vésperas da eclosão da Segunda Guerra, Júlio seguiu para os Estados Unidos, onde foi recebido por várias autoridades e tentou obter o apoio dos norte-americanos na luta contra a ditadura Vargas. Dos Estados Unidos, seguiu de navio pelo Pacífico até o Chile, e de lá por terra a Buenos Aires, onde viveu até sua volta ao Brasil, em 1943. Foi na capital argentina que começou outro martírio, a expropriação do jornal *O Estado de S. Paulo* pela ditadura. A Carta de 10 de novembro de 1937 estabelecia a censura prévia e Getúlio, por meio de seu interventor em São Paulo, Adhemar de Barros, decidiu silenciar o *Estado*; em 25 de março de 1940, o jornal foi ocupado pela polícia. Em 1943, sem condições financeiras de manter-se no exílio, Júlio decide voltar ao Brasil, onde é preso ao chegar e libertado dois meses depois. Em seguida, em 9 de novembro, estudantes de Direito promovem uma passeata contra Getúlio Vargas e Júlio é novamente preso, embora não tivesse participado da manifestação. Getúlio quer exilá-lo mais uma vez. Ele declara que permanecerá no Brasil, ainda que na prisão. A ditadura, então decide confiná-lo na Fazenda Louveira, de propriedade da família, onde permanece até a queda do Estado Novo e a deposição de Getúlio em 29 de outubro de 1945. Pouco depois, em dezembro, o *Estado* voltaria às mãos de seus legítimos donos (MESQUITA FILHO, R., 2006, p.63).

O jornalista tinha uma ideia de nação que começava com o desenvolvimento e o preparo de uma elite altamente escolarizada formada em São Paulo. Seria essa elite a precursora de um processo, na visão de Mesquita Filho, civilizatório/industrial. O destino do País carecia de direcionamento, e São Paulo seria o carro chefe.

O próximo capítulo apresenta análises sobre alguns dos conceitos que norteavam as ações de Mesquita Filho. Conceitos esses que estão expostos em seus escritos, seus discursos e suas entrevistas. Além disso, será abordada a influência que ele sofreu de Spencer e como isso moldou sua concepção de civilização. Entendendo que todos esses fatores se somaram na trajetória do personagem estudado, e contribuíram na gestação daquilo que viria a ser a Universidade de São Paulo.

Capítulo 2 – Civilização e projeto de nação

Este segundo capítulo analisa alguns conceitos presentes na obra de Júlio de Mesquita filho, tais como, civilização, nação, raça, Monarquia e República. Para tanto, serão examinados seus argumentos em defesa do tratado de Tordesilhas (visto por ele como o ponto inicial da civilização moderna), do bandeirismo, da participação do Brasil na Guerra do Paraguai, do processo de miscigenação entre o branco e o índio (que, segundo sua concepção, teria originado o bandeirante paulista), além da comparação de nações europeias (mais “civilizadas”, na concepção do personagem investigado) com o Brasil. As questões referentes à educação, e em especial à educação de nível superior, serão analisadas no próximo capítulo.

Foram usadas três produções de autoria do próprio Júlio de Mesquita Filho. A primeira é a série de três artigos intitulada *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data*, que foi publicada a partir de 15 de novembro de 1925 nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*; a segunda obra são os *Ensaio Sul-Americanos*, lançado em 1946¹³ e escrito logo ao final do seu segundo exílio na fazenda de Louveira; em seguida, temos a conferência *A Democracia e o Fenômeno Brasileiro*, realizada em 1964 pelo Fórum Roberto Simonsen, o órgão que promovia os debates culturais da *Federação e do Centro das Indústrias*¹⁴ do Estado de São Paulo, e publicada no formato livro de bolso no mesmo ano.

Como descrito pelo próprio Fernando de Azevedo (1957), Júlio de Mesquita Filho foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e fundador da maior universidade brasileira, bem como de uma extensa obra jornalística, ainda a ser explorada pela historiografia. Este segundo capítulo faz o levantamento de alguns conceitos chave dentro da obra de Mesquita Filho. São esses mesmos conceitos que permitirão compreender a visão de mundo defendida pelo intelectual em questão.

Começamos por tentar situar Mesquita Filho no espectro de suas concepções políticas e daquilo que ele entendia por civilização. Ao contrário do seu pai e do seu avô, Cerqueira César, Mesquita Filho não tinha em alta conta a República. Para ele, a

¹³ Para esta pesquisa foi consultada a segunda edição de 1956.

¹⁴ Além do texto de Mesquita Filho, foram publicados neste mesmo livreto a transcrição das conferências de Miguel Reale, Cândido Motta Filho e Vicente Rao.

Monarquia era o regime que melhor se adaptava à realidade brasileira, mas a propaganda republicana construiu um simulacro de progresso.

Já nas primeiras linhas do seu artigo, *A Crise Nacional – Reflexões em torno de uma data*, publicado em 15 de novembro de 1925, Mesquita Filho demonstra certo ceticismo sobre o dito progresso republicano:

Procurando peneirar os motivos da decadência política que entre nós se seguiu à implantação do regimen republicano, depara desde logo o estudioso com um phenômeno ainda envolto em densa bruma. Se é incontestável a melhoria operada nas condições ethnicas da nação; se os meios de comunicação, quasi nullos no tempo do Império, se alargaram de maneira imprevista, permitindo que a acção das elites se tornasse muita mais eficaz no seio das massas esparsas pela vastidão territorial do paíz; se o número de escolas primárias centuplicou, de então para cá: como explicar a brusca deserção dos elementos intellectuais da vida pública nacional? (MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

Em sua leitura, a República havia chegado antes do tempo. Seu apego a Spencer o levava a crer num modelo evolucionista de desenvolvimento histórico. Como, em sua concepção, o Brasil havia pulado uma etapa essencial do seu desenvolvimento, a identidade nacional começou a se perder.

Herbert Spencer (1820-1903) foi um dos pensadores que mais influenciou as ideias e conduta de Júlio de Mesquita Filho, por isso se faz importante apresentar alguns aspectos relativos à trajetória desse filósofo. Spencer, de acordo com Timasheff (1955), foi um filósofo, nascido em Derby, Inglaterra. Era filho de professor, mas não frequentou escola. Sua concepção educacional é vista como avançada para o século XIX, dado que destaca a importância da observação dos fatos e não a abstração e o ensino de princípios como ponto de partida para a construção do conhecimento. Spencer colocou em relevo os problemas da educação intelectual, moral e física¹⁵, da mesma maneira que considera a superficialidade da formação familiar e a consequência para a educação escolar, ao

¹⁵ A obra de Herbert Spencer é muito vasta. A marca de seus escritos é filosófica e o que justifica esta posição é a preocupação dele com os princípios educacionais. A obra *Premiers principes* explicita o roteiro das demais reflexões sobre princípios para os campos da biologia, da psicologia, da sociologia e da moral. (SPENCER, 1907a).

afirmar que: “os pais educam o espírito dos filhos precisamente como os vestem, segundo a moda da ocasião”.¹⁶

A concepção educacional de Spencer se fundamenta no contexto da ciência, dado que o século XIX produziu muitas teorias científicas (TIMASHEFF, 1955).

Para Spencer, a educação espontânea, aquela que não depende de livros ou de orientação sistematizada, é mais importante, para os primeiros anos das crianças, do que uma forma sistematizada de apresentar os conhecimentos.

Ignorando a verdade de que a função dos livros é uma função suplementar – que os livros constituem um meio indireto de adquirir conhecimentos para quando faltam os meios diretos – a maneira de se ver segundo a opinião dos outros aquilo que não podemos ver pelos nossos próprios olhos, os mestres empenham-se em ensinar apenas os fatos de segunda ordem, em vez dos de primeira ordem (SPENCER, 1929, p. 27).¹⁷

Herbert Spencer (1864), desenvolve uma teoria sobre como os aspectos biológicos da espécie influem na educação. Seu argumento é o de que a raça e a inteligência, de certo modo, obedecem ao mesmo padrão de desenvolvimento, logo, a busca da harmonia na educação das crianças não significa ausência de conflito, mas, acompanhamento junto ao desenvolvimento da espécie. Como se pode observar, é forte a marca do cientificismo na obra do pensador inglês e, seguramente, esta é a base comum que acabou por influenciar Mesquita Filho.

Júlio de Mesquita Filho, como bem colocou Steuer (1982) “é, por formação, um homem do século dezanove. Como vimos, estudou na Europa durante sua adolescência e aí teve basicamente uma educação francesa” (1982, p.48). Foi influenciado por Comte e Durkheim. No entanto, só conheceria autores como Freud, Weber e Marx, mais tarde. Segundo Steuer (1982), ele só viria a ter contato com a teoria psicanalítica por meio dos trabalhos de Franco da Rocha.

Franco da Rocha havia lançado, em 1920, o livro intitulado *O pansexualismo na doutrina de Freud*. Essa publicação foi uma das que colocou em evidência a teoria

¹⁶ No original se lê: “Men dress their children’s minds as they do their bodies, in the prevailing fashion”. (SPENCER, 1929, p. 2); (SPENCER, 1901, p. 3).

¹⁷ No original: “Not recognizing the truth that the function of books is supplementary – that they form and indirect means to knowledge when direct means fail – a means of seeing through other men what you cannot see for yourself; teachers are eager to give second-hand facts in place of first-hand facts”.

psicanalítica para o público brasileiro, ressaltando que a teoria poderia auxiliar principalmente na explicação acerca da “psicologia humana”.

O trabalho enfatiza o tratamento dado pela psicanálise às questões sexuais, a sexualidade infantil e suas relações com as doenças mentais. O autor apresentava as fases examinadas por Freud a respeito da sexualidade infantil, tomando como referência principalmente os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 1905). Assim, Franco da Rocha ressaltava as diferentes fases do desenvolvimento infantil, os modos de excitação sexual e as zonas erógenas correspondentes que surgiam a cada etapa, e os “riscos” de não se atentar para o “desenvolvimento saudável” de tais fases da vida infantil (Rocha, 1920).

Nenhuma dessas ideias, no entanto, chegou ao conhecimento de Mesquita Filho antes da referida publicação. Talvez por isso sua cosmovisão parecesse um tanto anacrônica. Ele admitia que a sociedade brasileira foi “fundada nos alicerces da escravatura”. Mas argumentava que uma separação étnica era necessária.

De um lado, mantida à distância a fracção semibárbara da população tornou-se possível a formação de uma opinião pública esclarecida, a cuja sombra propícia floresceram aquelles talentos parlamentares que tanto relevo imprimiram à mentoria política do segundo reinado. Por outro lado, a presença de Pedro II, espírito liberal e culto, no supremo posto do executivo, neutralizou os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inherentes à tendência autocrática do brasileiro, herdada de Portugal e transmitida, de geração em geração, pelo trato diário e scular com o escravo. A seleção natural das massas eleitoraes, a que equivalia o regimen da escravidão, e o papel altamente moderador representado pela figura serena do soberano, proporcionando ao Brasil, ainda que artificialmente, condições idênticas às de todos os paizes onde vigorava cheio de prestígio, o parlamentarismo, permittiram aquella estabilidade política, que por dilatados tempos fizeram de nós um caso a parte no conjunto dos paizes sul-americanos. Essas condições instáveis por sua natureza própria, deixaram entretanto de existir, desde que, promulgado o decreto de 13 de Maio, entrou a circular no systema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de 2 milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais (MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

Mesquita Filho continua sua análise, afirmando que o nível moral da nação se retraiu tão logo aboliu-se a escravatura:

Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assignada e os seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões das senzalas, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psychica indispensável ás vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes político a que até hoje estamos sujeitos MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

Além disso, o fim da monarquia teria quebrado a unidade nacional e repartido o País em pequenas regiões oligárquicas.

A autoridade da opinião pública, em crise lithurgica resultante do traumatismo sofrido, via-se assim, substituída pela autoridade das famílias de mais prestígio nas diferentes regiões da República. A política se pautaria dahi por diante, não mais pela orientação que lhe imprimia a vontade popular livremente manifestada, mas pelos caprichos de um número limitado de indivíduos, sob cuja potecção se acolhiam todos quantos pretendessem um lugar nos congressos estaduais ou federeas. Era o advento da olygarchia, única forma de governo compatível com o estado geral da nação, que, por um prazo indeterminado, se integrara na categoria daqueles povos que “preferem um governo qualquer a se governarem por si mesmos” (MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

No entanto, é importante destacar que Mesquita Filho via o processo de imigração de europeus para o Brasil, iniciado logo depois da Abolição, como fator negativo para a formação da civilidade brasileira. Ainda em A Crise Nacional, ele argumenta que:

Outro elemento de capital importância para o esclarecimento do problema actual, é a influência exercida pela corrente immigratoria, que para aqui se canalizou logo após a libertação do elemento negro. A sua primeira consequência foi a de retardar ainda mais o despertar da opinião pública. Movido por interesses puramente materieas, o estrangeiro penetrava em nosso meio no proposito inabalável de fazer fortuna sem preocupação alguma de ordem cívica. Á medida que o seu número augmentava e que o meio lhe proporcionava maiores lucros, maior era a indiferença que manifestava pela vida publica e, portanto, mais nefasta a sua influencia sobre o brasileiro nato. Este, por sua vez, impellido pelo surto econômico e pela concorrência do braço vindo de fóra, voltava a sua atenção para os novos e promissores horizontes, que lhe deparavam, pautando a sua attitude pelo exemplo que lhe oferecia o esforço bem succedido do immigrante ((MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

Mas, em sua leitura, mesmo essa “perniciosa” influencia era preferível a continuar proliferando o elemento negro. Afinal, segundo Mesquita Filho,

se a acção do elemento branco, oriundo do ultramar, se tornava perniciosa enquanto se não dava a sua integração na nacionalidade, a sua presença em determinadas regiões ia afastando a toxina africana, de todo em todo incapaz de participar da nova phase de atividade em que entramos. Factor de primeira importância do período estático por que passou a nacionalidade, elle se mostrava incompatível com o ciclo dynamicamente recentemente inaugurado (MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

Sendo assim, por causa de sua homogeneidade étnica, o Rio Grande do Sul não teria passado por toda essa crise apresentada no resto do País. Ali, segundo Mesquita Filho, foi o único lugar em que se manteve “uma organização política digna desse nome: - o Partido Federalista, encarnação republicana do partido liberal da monarchia” (MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

E Mesquita Filho não deixa de comparar nosso estado de desenvolvimento político e social, do Brasil de então, com o período de formação dos Estados Unidos da América como nação independente. Destaca, no entanto, as diferenças que, em sua leitura, permitiram aos EUA se tornarem uma nação desenvolvida, enquanto nós, brasileiros, ainda nos encontrávamos em “estágio primitivo”. Mas ele afirma que,

Guardadas as devidas proporções e as diferenças impostas pela época e pelo meio, a simples adopção dos princípios que tão grandes resultados conseguiram na maior república do universo, nos levará á solução do caso brasileiro. Basta, para tanto, que procedamos agora, após trinta annos de regimen mais ou menos constitucional, como procederam os autores do pacto de Philadelphia no dia seguinte á emancipação “yankee” ((MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1925, p.2).

Todas essas ideias, que aparecem bem no começo de sua vida como jornalista e como intelectual – no sentido gramsciano – o acompanharam ao longo de sua trajetória. Como já explicado na Introdução deste trabalho, o fio condutor da análise gramsciana sobre os intelectuais reside no papel que estes desempenham na disputa pela hegemonia entre as classes de uma determinada formação econômica e social. Nesse sentido,

na abordagem gramsciana, a questão dos intelectuais dizia respeito às formas de exercício das funções de direção e dominação dos grupos sociais antagonistas e, por essa via, à formação do pessoal encarregado ou especializado (BIANCHI, 2008, p. 74).

Para Gramsci, o conceito de intelectual não se define pelas diferentes posições que os indivíduos ocupam no mundo produtivo, estejam eles desempenhando um “trabalho manual” ou “não-manual”. Diz ele que

O erro metodológico mais difundido [...] é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário [...] não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais [...] E já se observou que o empresário, pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam efetivamente a posição do empresário na indústria. (GRAMSCI, 2000, p. 18)

Um bom exemplo disso pode ser percebido no desenvolvimento da argumentação do próprio Mesquita Filho, que tenta se adequar – ao menos na aparência – ao espírito do tempo. Tomemos como exemplo o prefácio à segunda edição de *Ensaio Sul-Americanos*, Mesquita Filho (1956) se mostra atento à evolução do conhecimento no campo das ciências humanas. Ele diz que

Hoje tudo mudou. Passou-se a exigir dos que se atrevem a tratar dos problemas atinentes à evolução da sociedade que os portugueses constituíram às margens do Atlântico Sul um mínimo de cultura especializada, que os habilite a interpretar a evolução dessa coletividade com a isenção e objetividade de que nos fala o sociólogo e que em substância se resume em manter o estudioso do problema pôsto pela adaptação do luso-brasileiro ao território por êle conquistado à natureza e a coroa espanhola, a impassibilidade emocional com que o físico se coloca ante o comportamento dos prótons e nêutrons, por exemplo, no interior do núcleo atômico. Em outras palavras: deixou a História de ser entre nós um ramo da literatura propriamente dita para integrar-se, uma vez por todas, no grupo das chamadas ciências sociais... (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 3 – 4).

Há aí uma observação de que os tempos são outros, que o conhecimento humano progrediu e que – subtende-se – certas posições não podem mais ser defendidas. Além

disso, o velho liberal justifica que esse estágio só foi possível – aqui no Brasil – graças a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Ora, a que atribuir-se essa verdadeira mutação brusca por que vem passando os estudos da realidade brasileira? Se tivéssemos que apontar as causas de tal mudança seríamos tentados a chamar a atenção dos estudiosos principalmente para duas delas: a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em primeiro lugar, e, em seguida, a divulgação no país das teorias referentes ao materialismo histórico (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 4).

Isso pode dar a impressão de que houve mudança na linha de pensamento do autor. Entretanto, Mesquita Filho conservou esses valores durante toda a sua vida. Em 1964, cinco anos antes de sua morte, o jornalista proferiu uma conferência para a *Federação e Centro das Indústrias e do Estado de São Paulo*, intitulada *A Democracia e o Fenômeno Brasileiro*¹⁸. Nesta conferência, ele argumenta que a República rompeu com o único aglutinador que nos permitiu existir sem a fragmentação típica da América Espanhola, e agora tínhamos destruído a única “estrutura que havia permitido ao país evitar à antiga colônia portuguesa o fracionamento do seu imenso território em republiquetas sem a menor condição de viabilidade” (*Forum Roberto Simonsen, Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo*, 1964, p. 25). Mas tudo isso foi feito por falta de consciência daquilo que seria realmente o Brasil.

Já na propaganda republicana se patenteara uma ausência total de conhecimentos do meio brasileiro por parte de seus líderes. Eram republicanos, segundo afirmavam, porque sendo a América toda constituída por republicanos, não se podiam conceber que o Brasil se mantivesse fiel à Monarquia. Não tomaram a elementar precaução de verificar se não era na realidade esta forma de governo a que melhor correspondia ao estado amorfo e indiferenciado que então caracterizava a nacionalidade (FRS, 1964, p.10 – 11)¹⁹.

Em resumo, aquilo que os republicanos, incluindo seu pai e seu avô, viam como sendo um novo degrau na escala evolutiva, para Mesquita Filho, não passava de atraso e retrocesso.

Derrubando a Monarquia, supunham fazer-nos dar um passo à frente no sentido de que acreditavam ser um progresso, quando, na realidade, o

¹⁸ Essa conferência foi publicada posteriormente em livreto, e é este que será referenciado aqui.

¹⁹ Doravante referenciado como FRS.

que resultaria dessa maneira de conceber o que melhor convinha à nossa Pátria era a destruição [...] da única forma de governo democrática que até então vigorara na América do Sul (FRS, 1964, p. 25).

Teria então, seu pai e seu avô, se enganado? Por que eles defenderam durante tanto tempo a ideia republicana. Será que a experiência não foi o suficiente para fazê-los entender que aquela era uma ideia sem chances de se desenvolver por essas bandas? Para Mesquita Filho, os primeiros presidentes republicanos, formados no regime anterior, fizeram um trabalho vigoroso por serem frutos de uma outra situação política.

O primeiro deles, Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) - Alagoano, exerceu dois mandatos, sendo um provisório (de 15 de novembro de 1889 a 24 de fevereiro de 1891) e um constitucional (de 25 de fevereiro de 1891 a 23 de novembro de 1891). Foi eleito indiretamente. A Constituição de 1891 determinava que o presidente seria eleito pelo voto direto; mas estabelecia que, após a promulgação da Carta Magna, o primeiro presidente seria escolhido excepcionalmente pelo Congresso Nacional.

O segundo, Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) - Alagoano, veterano da Guerra do Paraguai, havia sido eleito pelo Congresso vice-presidente do Brasil. Nove meses depois, com a renúncia forçada de Deodoro da Fonseca, ele seria o presidente efetivo. Restabeleceu o Congresso e suspendeu o estado de sítio. Foi considerado como o "consolidador da república" e lançou as bases de uma ditadura de "salvação nacional".

Pudente de Moraes (1894-1898), o terceiro, - Paulista, advogado, reatou as relações diplomáticas com Portugal, rompidas com o auxílio dos portugueses aos marinheiros da Revolta da Armada; conseguiu a paz no Rio Grande do Sul, em 1895; e enfrentou a Campanha de Canudos, entre 1896 e 1897.

A respeito desse quadro, Mesquita Filho argumenta que,

Os três primeiros quadriênios da República, que tanto fulgor deram àquele período da vida republicana, só foram possíveis porque os seus três presidentes haviam formado a respectiva personalidade no seio do único regime político compatível com o estado embrionário em que até hoje se acha a nacionalidade. E, à medida que as figuras que nos vinham do Império iam desaparecendo, elas seriam, por um determinismo inexorável substituídos por homens cada vez mais representativos daquele "monarca com mil cabeças" de que fala Aristóteles e que acabou por dominar o Brasil. Esse o fruto inevitável da prematura implantação da República entre nós (FRS, 1964, p. 25- 26).

Foi por isso, na sua leitura, que a ideia de avanço perdurou durante as primeiras duas décadas republicanas. Buscou-se implantar no Brasil aquilo que havia dado certo nos Estados Unidos, mas a conjuntura brasileira era completamente diferente. Não tínhamos aqui a ideia de nação já definida e inculcada, diferentemente de lá.

Eram os norte-americanos de 1776 um grupo social perfeitamente definido que já havia atingido aquele grau de heterogeneidade definida e coerente de que nos fala o evolucionismo spenceriano, enquanto o Brasil de [18]91 – como aliás a maior parte do Brasil de nossos dias – permanecia numa fase embrionária, naquela homogeneidade indefinida e incoerente que caracteriza todo o ser vivo no seu período inicial de evolução. E isso foi de consequências catastróficas, para o futuro da República. Conceder autonomia a regiões onde vegetavam populações cujo estado de atraso até hoje horroriza todos quantos os visitam, já em [18]91, era um despropósito cujos frutos não poderiam ser senão aqueles que todos conhecemos (FRS, 1964, p. 27 – 28).

Aos americanos não recaiu a tarefa de construir um país com predominância de negros que, na concepção de Mesquita Filho, aqui possuíam, pelo menos em alguns aspectos, os mesmos direitos que os brancos. O jornalista desenvolve um argumento que lembra, em alguns pontos, *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, de 1835. Tocqueville argumenta que o indígena norte americano, ao contrário do escravo negro, era orgulhoso ao ponto de se considerar superior aos brancos, de maneira que nunca esteve disposto a se integrar na sociedade americana e a adotar os meios de produção dos invasores, como a agricultura, a organização religiosa e a indústria. Os negros fizeram exatamente o oposto dos indígenas, porque desde o início adotaram as práticas das populações europeias, mas sempre sofreram porque mesmo tentando ser como os europeus, nunca foram vistos como iguais (TOCQUEVILLE, 2014).

Mesquita Filho argumenta que

Se percorrermos os anais da Constituinte de [18]91 dar-nos-emos conta de que nela os debates se processavam quase sempre em torno do aspecto formal do problema, com total despreocupação pelo fenômeno brasileiro em si. A consequência disso foi a impossibilidade prática, verificada no decorrer da primeira República, da adaptação da Carta Magna de [18]93 ao Brasil real, ao Brasil fato social da mais alta complexidade e sem nenhuma afinidade com a nação norte-americana. Esta nada apresentava de comum com a nossa, uma vez que era constituída, pelo menos se nos ativermos ao aspecto jurídico da questão, apenas pelo elemento branco, com exclusão total da sua vida política dos milhões de negros que dentro dos limites nacionais se vinham multiplicando. Aqui, ao contrário, concomitantemente com a transformação dos trabalhos constituintes na Carta Presidencialista,

eram concedidas ao elemento africano as mesmas franquias que nos cabiam a nós, brasileiros de origem europeia (FRS, 1964, p. 11).

Sendo assim, é necessário perguntar o que, afinal de contas, ele entendia como nação? A resposta se mostra um tanto elástica e, ao mesmo tempo, limitante. Para ele, nação é

[...] uma categoria do pensamento de que se podia lançar mão para definir qualquer comunidade homogênea, constituída por determinada maneira de ser dos seus habitantes, falando uma ou mais línguas mas obedecendo sempre a certo número de princípios gerais que a maioria dos seus membros, tacitamente, aceitava. (FRS, 1964, p. 13).

Curiosamente, sua ideia para o desenvolvimento do Brasil ia muito além da simples ideia de nação. Mesquita Filho falava primeiro em império. Talvez, por estar pautado na extensão continental do País, ele pensasse o Brasil em sua grande vastidão. Sendo assim, a monarquia talvez nos servisse melhor, ao menos até que nos tornássemos mais organizados.

É a palavra **Império** e não termo **Nação** que nos impõe recorrermos para darmos do Brasil uma ideia capaz de nos trazer ao espírito a imagem que melhor o define se nos ativermos à sua singular complexidade. É ao Império Francês e mais propriamente ao Império Inglês a que a nomenclatura política se referia até há poucos anos atrás, que devemos ir buscar a figura de uma organização de natureza política que nos proporcione uma visão, embora vaga e longínqua do que é o Brasil (FRS, 1964, p. 15 – 16, grifos do autor).

Ao Brasil faltaria essa homogeneidade para que fosse enquadrado como uma nação. Sua vastidão territorial contribuía para que a “civilização” se mostrasse em diferentes estágios nas distintas regiões.

Sociologicamente, o Brasil nada tem de comum com uma Nação, no sentido preciso do termo, pois em seu seio coexistem grupos sociais cujas estruturas profundas aberram fundamentalmente umas das outras. Haja vista, por exemplo, o que se passa no Norte do País onde, numa área de alguns quilômetros quadrados, coabitam tribos autóctones naquele estado de pureza primitiva que a ciência moderna define como inerente a populações de mentalidade mística, com uma psique que nada, absolutamente nada, tem de comum com a dos povos evoluídos (FRS, 1964, p.21 – 22).

Também nos estados do Nordeste, o analfabetismo e a falta de infraestrutura demonstrava, dentro da sua leitura, que não existia um único Brasil, mas vários.

Ao lado dessas comunidades neolíticas, alguns milhares de homens vivem esparsos em territórios imensos. Quase todos analfabetos, são eles portadores de uma mentalidade resultante do choque entre três grupos de culturas – a indígena, a africana e a branca – de cujo contacto são o produto. Outro não é o estado que caracteriza na sua quase totalidade os 22 milhões de brasileiros que arrastam a existência miserável de todos conhecido no chamado Poligno das Secas. É o Nordeste, no seu aspecto tristemente humano. Ali, numa proporção de analfabetos que o otimismo das estatísticas oficiais avalia em cerca de 70%, mas que no Estado de Pernambuco, por exemplo, atinge na realidade os 80%, reina uma mentalidade das mais estranhas e que foge a qualquer das classificações que a sociologia nos oferece. Oriundos do cruzamento de três grupos de culturas e psiques antagônicas, nelas se misturam, em indescritível confusão, resquícios de catolicismo com credences africanas e um longínquo totemismo (FRS, 1964, p. 22).

É claro que grandes lideranças e personalidades surgiam do Norte e Nordeste do País, mas estes eram as exceções que comprovavam a regra. As diferenças culturais eram tão grandes que, na sua opinião, impossibilitariam uma unidade nacional.

Certo, daquelas longínquas regiões do Norte nos vieram alguns dos grandes espíritos da nacionalidade. Isso entretanto não nos impede de reconhecer a existência de uma incompatibilidade visceral entre aqueles grupos humanos – onde impera o sincretismo religioso o mais confuso e o analfabetismo numa proporção de 80% - e a homogeneidade psíquica que apresentavam a Atenas de Péricles e Aristóteles e a República Norte-americana dos constituintes de 1776. Os países do Ocidente Europeu há mais de um século atingiram aquela fase da evolução social em que a democracia é hoje um imperativo orgânico. Mas, enquanto não haviam alcançado ainda tal fase, passaram primeiro pela Monarquia absoluta e depois por uma monarquia em que o absolutismo se foi paulatinamente atenuado até apresentar as características de uma democracia real (FRS, 1964, p. 28).

Atingimos o status de democracia muito antes de termos condições para tal.

Democracia, é **essencialmente uma determinada fase da evolução social não de todos mas de certos povos apenas**. É intencionalmente que nos referimos a **determinada fase e a certos povos**, porque é realmente no decorrer da evolução de algumas sociedades humanas que se verificam aquelas características que se enquadram nas definições que da Democracia nos dão Péricles, Aristóteles e Lincoln e que se nos deparam hoje em países como a Inglaterra, a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica, a Suécia ou a Noruega (FRS, 1964, p. 19 – 20, grifos do autor).

No entanto, os estados mais ao Sul, que demonstravam melhor desenvolvimento social, político e de infraestrutura, também padecia dessa falta de harmonia. Aqui e ali,

principalmente nos aglomerados periféricos, era possível perceber situações análogas às daquelas do Norte e Nordeste.

Em direção ao Centro e ao Sul, as coisas modificam-se, mas nas famosas favelas da ex-capital da República amontoam-se seres humanos quase idênticos, socialmente falando, aos moradores dos mocambos do Recife e de Fortaleza. Espantoso paradoxo: num aglomerado humano de grandes proporções coabitam os primitivos dos morros com as frações ultracivilizadas de uma grande cidade, o que não o impede de ser o verdadeiro centro da política do País, onde ainda são inúmeros os monumentos culturais que nos legou essa fase aurea da evolução político-social do nacionalismo que foi o II Reinado. E se descermos mais um pouco em direção ao Sul, depararemos com São Paulo e os seus 14 milhões de habitantes, todos eles representantes de uma fase cultural praticamente homogênea e muito próxima do estado superior de evolução a que tendem as sociedades do grupo de nações a que pertencemos (FRS, 1964, p. 23).

Na apresentação do livro *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*, de Roberto Salone (2009), Ruy Mesquita Filho escreve que teve

o privilégio de ser procurado, há cerca de dois anos, pelo jovem diplomata Roberto Salone. Queria conversar sobre uma tese de mestrado que estava fazendo sobre meu avô. Na verdade, ele já possuía muita informação, mas queria mais. Algumas de suas perguntas me incomodaram. Uma delas, sobre o pretenso racismo do meu avô, me desconcertou (SALONE, 2009, p. 15)

Então, vejamos: ao seu modo, Júlio de Mesquita Filho era monarquista, acreditava na supremacia do branco sobre o negro, com uma visão de sociedade pautada em Spencer; com uma concepção de desenvolvimento com foco na industrialização e crédulo de que a educação poderia ser a ferramenta de unificação do “império brasileiro”.

Em suma, dito isso, é preciso esclarecer seu papel propulsor no debate de fundamentos de políticas públicas que nos dias atuais ainda mantêm sua importância, principalmente o estatuto da qualidade do ensino básico vinculado à formação de professores que atendem a escola básica. Foi ele quem colocou o jornal a serviço da Campanha de defesa da escola pública, já no fim da década de 1950,

cujas convenções a 5 de maio de 1960 teve Mesquita Filho à mesa, ladeado pelo líder operário Luiz Tenório de Lima, político atuante do

Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em defesa da educação, ele superava as colorações ideológicas ou partidárias. Interessava-se, sobretudo, por educação pública de qualidade, a partir da qual lideranças políticas legítimas e esclarecidas pudessem ser formadas (PONTES, 2010, p.16)

Em 1946, logo após o retorno do seu segundo exílio, Mesquita Filho publica os *Ensaio Sul-Americanos*, uma coletânea de textos que ele vinha desenvolvendo durante sua estadia em Buenos Aires. Esse livro é composto por um conjunto de quatro ensaios, a saber: Guerra do Paraguai (Carta ao Embaixador Carcano), A Passagem de Humaitá; O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra; Índios, Jesuítas e Bandeirantes. Em 1956, dez anos depois, foi publicada a segunda edição, e é essa que foi examinada para a presente pesquisa. A dedicatória na folha de rosto diz: “A Marina e a todos aqueles que a iniquidade humana banuiu da terra em que nasceram” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.1).

Os *Ensaio Sul-Americanos* começam com uma advertência. O autor justifica que aquele não é propriamente um livro, mas um conjunto de ensaios realizados para compor uma obra que seria intitulada “Nós e a bacia do Prata”. Essa obra pretendia contar a história dos confrontos entre portugueses e espanhóis desde o Tratado de Tordesilhas até “a vitória das armas do Império liberal brasileiro contra as forças ditatoriais de Solano Lopes em 1864” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 9).

O jornalista justifica sua motivação inicial para escrever os *Ensaio Sul-Americanos*:

Como o título está a indicar, pretendíamos, na obra esboçada, apresentar ao público curioso de nossa história uma síntese dos acontecimentos que, tendo origem no Tratado de Tordesilhas, e desdobrando-se nas margens orientais do Atlântico Sul, nos relatam as vicissitudes e peripécias principais da luta secular que entre si, sustentaram portugueses e espanhóis, desde o dia em que, pela primeira vez, ambos se defrontaram em terras banhadas pelo sistema hidrográfico do Paraná, até a vitória das armas do Império liberal brasileiro contra as forças ditatoriais de Solano Lopes em 1864 (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 9).

E logo mais a baixo explica a urgência em publicar aqueles textos ainda num formato incompleto:

Havíamos, praticamente, concluído esses estudos, quando as livrarias portenhas punham à venda a “Guerra del Paraguay, causas e origenes”, da autoria do ilustre historiador argentino Ramon J. Carcano. E ao

mesmo tempo em que a imprensa assinalava o aparecimento de mais essa produção daquele notável escritor, recebíamos nós, juntamente com um exemplar de “Guerra del Paraguay”, uma carta em que o antigo embaixador da Argentina em nosso País nos dizia ser do seu desejo “interessar la atención sobre este trabajo de um espírito tan sereno y alto como el suyo”. Essa extraordinária gentileza de uma das mais assinaladas figuras da cultura americana obrigava-nos a um grande esforço, para o qual felizmente nos achávamos, na medida dos nossos recursos pessoais, bastante preparados, pois, por coincidência, “Guerra del Paraguay”, que o embaixador Ramon, J. Carcano acabava de oferecer ao público sul-americano, era, nada mais nada menos, que a análise dos fatos que constituíam a razão de ser do trabalho por nós delineado, vistos através de uma das mais forte inteligências do mundo cultural argentino de todos os tempos. (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 9 - 10).

Em resumo, o jornalista se viu compelido a dar uma resposta à publicação de Carcano. O prefácio dos *Ensaios Sul-Americanos*, escrito por Plínio Barreto, em agosto de 1945, traz uma reflexão sobre a passagem de Mesquita Filho da escrita jornalística para o ensaio:

Filho de um dos mais nobres e fulgurantes jornalistas que, ainda, horaram a imprensa brasileira, vivendo, desde a meninice, em rodas de jornalistas, crescendo e educando-se em um ambiente genuinamente jornalístico, exercendo, durante muitos anos, as funções de diretor de jornal, Júlio Mesquita Filho acabou transformando-se, a pouco e pouco, em um legítimo ensaísta. A transformação operou-se sem que, entretanto, deixasse o jornal, contrariando, assim, a observação de que o jornalismo leva a tudo com a condição de que seja abandonado (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.17).

Um pouco mais adiante, no mesmo texto, Plínio Barreto diz que o

ensaísta é, numa palavra, um jornalista que não quer morrer logo nem ser esquecido depressa. É um jornalista que deita os olhos para muito além do horizonte habitual e que procura, através dos acontecimentos atuais, ou dos fatos históricos do passado, divisar alguma cousa do futuro (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.18).

E ele segue com breves análises de cada um dos ensaios. Sobre a abordagem que Mesquita Filho faz dos jesuítas, Barreto escreve:

Se os jesuítas não tivessem explorado economicamente o índio e, abandonado as idéias do fundador da Ordem, não se houvessem convertido, por êste ou por aquêlo motivo, em mercadores poderosos,

escapariam à crítica da posteridade. Seriam criaturas entronizadas definitivamente na admiração de todos os povos (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.23).

Barreto termina falando de sua amizade com Júlio de Mesquita Filho. Logo em seguida, tem início o primeiro grande ensaio de livro, uma análise sobre a Guerra do Paraguai em que Mesquita Filho responde à carta que lhe foi enviada pelo embaixador Carcano, quando da publicação do livro deste último, *Guerra del Paraguay, causas e origenes*.

2.1 - “Guerra do Paraguai” (Carta ao embaixador Carcano)

Mesquita Filho inicia seu ensaio com uma carta redigida em Buenos Aires, em julho de 1942 (1956, p. 29). Como a leitura que Carcano faz sobre a Guerra do Paraguai vai de encontro aos ideais de Mesquita Filho, este último se vê na obrigação de expor alguns questionamentos ao historiador argentino:

Atente-se, por exemplo, para o trecho em que V. Exa. Opõe a um “império anacrônico, desconfiado e suspicaz, uma “república heróica e libertadora”.

Qual o fundo real do seu pensamento? Seria o Império simplesmente um organismo anacrônico, desconfiado e suspicaz e, ao contrário a República um modelo de heroísmo e liberdade? O fato de ser o Brasil de então a única monarquia na América justificaria o emprêgo daqueles qualificativos na sua acepção pejorativa? Até onde as nossas vistas possam alcançar, estamos em que o estudo objetivo do fenômeno da adaptação dos povos do ocidente europeu esta parte do Continente, sobretudo através dos resultados alcançados, de um lado pelas nações hispano-americanas e, de outro, pelo Brasil, dificilmente poderia concluir em favor da sua tese (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 31-32).

Mas, as divergências de interpretação histórica entre o Embaixador Ramon J. Carcano e Júlio de Mesquita Filho não estão restritas ao período Imperial. Logo nas primeiras páginas do seu ensaio, Mesquita Filho se vê compelido a defender o direito de os portugueses colonizarem e explorarem a região a que hoje chamamos de Brasil. O Tratado de Tordesilhas é defendido, bem como as viagens de descobertas e exploração realizadas pelos lusitanos.

Para emprestar maior poder de convicção à tese portuguesa concorria poderosamente a singular coincidência de se deverem a almirantes

portuguêses tôdas as descobertas e explorações verificadas ao sul do ponto extremo da costa reconhecida pelo tratado de Tordesilhas como pertencente a Portugal, e isso apesar de, na maioria dos casos, arvorarem as esquadras as insígnias de Espanha. Efetivamente, Nuno Gonçalves e Christóvam Haro, Solis e Fernão de Magalhães, pelo sangue e pela técnica, pertencem à grande linhagem dos discípulos de Sagres, constituindo portanto outros tantos marcos luminosos da história dos descobrimentos de Portugal. Mas o que tornava a posição portuguesa extraordinariamente sólida, era o tato da expedição de Christóvam Haro e Nuno Manuel haver, sem contestação possível, precedido a de Soli na descoberta do Rio do Prata (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 36).

Ainda sobre as disputas territoriais causadas pelo tratado de Tordesilhas, Mesquita Filho responde ao embaixador Carcano:

V. Exa. Não se propôs estudar a luta de portuguêses e espanhóis pela posse da margem esquerda do Prata, nem a invasão pelos luso-brasileiros da zona ao sul dos limites extremos definidos pelo Tratado de Tordesilhas. A análise que faz dessa sucessão de episódios é um elemento meramente subsidiário à demonstração maior, das causas e origens da sangrenta luta em que se veriam empenhados, três séculos mais tarde, a Argentina e o Uruguai e o Brasil, de um lado, e o Paraguai de Solano Lopez, do outro (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 40).

A argumentação de Mesquita Filho em defesa da monarquia brasileira passa por demonstrar que houve uma ruptura entre o Império nacional e a continuidade administrativa da Coroa Portuguesa. O jornalista afirma que:

A nação brasileira se mantivera deliberadamente estranha à conquista da Cisplatina, pois ninguém melhor do que ela compreendera o anacronismo brutal da decisão de D. João VI. A sua argúcia entendia não ter a campanha de 1817 “o menor elo com a tradição realmente nacional da conquista dos bandeirantes” (Calógeras). Repugnava-lhe ademais a sua natureza violentamente imperialista (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 41).

E mais adiante, ele se contrapõe ao argumento de que seguiríamos, aqui no Brasil, esse legado português.

O novo império aceita em tôda a sua integridade a disputada herança do velho reino de Portugal, afirma V. Exa., procurando negar o sentido essencial da luta travada entre o povo e o imperador, entre o espírito da nacionalidade e o imperialismo dinástico, tudo enfim quanto havia de irredutivelmente americano no sentimento que levava o país a arrostar as consequências de sua oposição franca e desassombrada aos desígnios

autoritários do executivo imperial em relação à Cisplatina [grifos do autor] (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.42).

Mesquita Filho ressalta ainda as exigências do Império brasileiro ao Paraguai, logo depois da guerra. Em sua leitura o Brasil foi justo, não tirando nenhum benefício direto de todo o ocorrido.

Com insuperável autoridade e numa síntese de que orgulharia um Barão do Penedo, um Joaquim Nabuco ou um Rio Branco, é V. Exa. Quem nos assegura, primeiro, que em pleno apogeu de seu prestígio e ao dia seguinte da vitória de seus exércitos, o Império pede ao Paraguai apenas aquilo a que lhe pareciam dar-lhe direito os tratados de Madrid e de Santo Ildefonso; segundo, que a pequena diferença existente entre as linhas primitivamente solicitadas e as que acabaram por prevalecer, redundava numa complacência de seu representante a favor do Paraguai. O Brasil, proclama-o V. Exa., pode afirmar que não exige depois da guerra mais do que pretendia antes dela (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 44 - 45).

Além disso, o jornalista defende D. Pedro II alegando que este não foi o causador da Guerra do Paraguai. Ele teria apenas reagido a uma provocação de Solano López, este sim com aspirações imperialistas.

Pobre D. Pedro! O mais pacífico dos monarcas de todos os tempos, o mais decidido partidário da hegemonia do poder civil, tanto na política interna como nas relações exteriores, o monarca que não trepidou em pôr em jogo o futuro da dinastia para não criar uma força armada hipertrofiada dentro da Nação – responsabilizado pela explosão, no Continente, do maior conflito que em seus limites jamais se verificou, conflito justamente provocado pelo perigosíssimo militarismo que desde 1810 nunca deixou de grassar nas repúblicas tributárias no Prata! Como acusa-lo a êle só, se a sua personalidade de chefe de Estado constitucional o inibia de forçar a vontade do parlamento? (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 116 – 117).

Sendo assim, de quem seria a culpa, então? Mesquita Filho responde:

Certo, o Brasil também concorreu para que sobre êste Continente se desencadeasse a espantosa tormenta. – Mas, na parte insignificante que lhe tocou nos acontecimentos que determinaram a eclosão da gravíssima crise, como no imenso sacrifício por êle consentido para que a civilização pudesse por fim dominar para sempre essa barbárie caudilhesca, simbolizada desta vez na figura de Lopez, as responsabilidades como as glórias se repartem, equilibradamente, entre a opinião pública, o parlamento e D. Pedro. Todos estes elementos,

partes integrantes da nacionalidade, concorreram hamônicamente para determinar a conduta do Brasil em face dos fatos que de 1863 a 1868 se desenrolaram na Bacia do Prata (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.118 – 119).

No entanto, Mesquita Filho demonstra estar ciente de que a sua é apenas mais umas das interpretações sobre os fatos. Já ao final do seu ensaio, ele comenta que é preciso ter em mente que,

Em matéria histórica, como em qualquer outra manifestação do espírito humano, não há uma verdade, senão verdades, expusemos com a isenção e franqueza de que somos capazes, a versão brasileira quanto às reações provocadas nesta parte do Continente pela partilha “a priori” do hemisfério ocidental entre espanhóis e portugueses pelo convênio de Tordesilhas, e as razões que nos levaram a divergir da opinião de V. Exa. sôbre êsse ainda hoje palpitante problema. E procurando acompanhar a lógica cerrada de sua argumentação, explanamos, a seguir, o nosso modo de interpretar as lutas travadas entre as diferentes frações do antigo Vice-Reinado, as tentativas de reconstrução dêste, e as reações que êsse estado de ebulição constante não podia deixar de provocar no organismo brasileiro (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.120 -121).

Essa polidez, no entanto, nem sempre está presente durante a argumentação ao longo de todo o texto. Em alguns pontos, como ficou demonstrado em algumas citações, o jornalista torna-se um tanto ríspido para defender posições que, hoje, no parecem pueris.

2.2 - O Brasil e a revolução industrial da Inglaterra

No terceiro capítulo do livro, uma nota de rodapé anuncia que este texto foi escrito para o jornal *La Nación*, de Buenos Aires, onde foi originalmente publicado. Júlio de Mesquita Filho começa este ensaio falando dum estudo realizado por Vannorden Shaw, um historiador norte-americano, sobre a influência que as minas de ouro brasileiras – descobertas pelos bandeirantes paulistas – tiveram na revolução industrial inglesa, no século XVIII.

Mas, se a tese – como, aliás, tôdas as teses – não se beneficiava de uma perfeita originalidade, nem por isso deixava de ter o maior alcance, pois

rompia com a crença amplamente generalizada de que a nenhuma das nações latino-americanas do período colonial coubera influir de modo sensível nos acontecimentos que determinaram a chamada fase moderna da civilização ocidental. Denunciando êsse velho preconceito da história clássica, dessa história que “consistiu sempre na submissão de todos os valores sociais aos de riqueza e poder de seus representantes”, aquele distinto publicista vibrava, além do mais, profundo golpe no postulado básico que animou e justificou até hoje a ação expansionista dos povos ocidentais no século XIX. Referimo-nos ao princípio, durante tanto tempo tido por indiscutível, da superioridade dos países de raça branca e sem mescla sôbre todos os demais (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.151).

Mais adiante, Mesquita Filho correlaciona o desenvolvimento da nacionalidade brasileira com a Revolução Francesa. Citando Shaw, o autor da tese, Mesquita Filho diz que:

um dos fenômenos básicos da formação da nacionalidade brasileira “alterou profundamente a evolução da América do Sul e da Grã-Bretanha, justamente quando esta se achava prestes a entrar na revolução industrial da qual saiu a filosofia de Adam Smith, que, por sua vez, contribuiu, indiretamente, para a revolução francesa” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.152).

Aqui é preciso lembrar que, na Revolução Industrial, o funcionamento da economia industrial baseava-se em ideias que constituíram um sistema filosófico chamado de liberalismo. Na economia, um dos principais teóricos do liberalismo foi Adam Smith, citado por Mesquita Filho, que defendia a não intervenção do Estado na economia (tal como acontecera no Mercantilismo).

Segundo Smith, o jogo econômico era regido pela lei da oferta e da procura. Dentro dessa lógica, ninguém – particularmente o Estado – deve interferir no mercado, onde vigora uma competição, em que os mais capazes obterão melhores resultados.

Dentro dessa sua leitura, Mesquita Filho aponta os bandeirantes como sendo os representantes desses “mais capazes”. Sem esse movimento, a Revolução Industrial não teria acontecido, nem tampouco a Revolução Francesa. Bandeirismo, em suas palavras, esse é o nome

pelo qual é universalmente conhecido o movimento de expansão territorial levado a cabo pelos habitantes da Província de São Paulo,

sem interrupção, da segunda metade do século XVI às duas primeiras décadas do século XVIII; movimento que, tendo por epicentro a capital da Província e as vilas circunvizinhas de S. Vicente, Taubaté, Paranaíba, Itu e Sorocaba, acabou não só por impor ao império colonial português as fronteiras que a Espanha lhe reconheceria pelo Tratado de 1750, mas ainda, por descobrir as reservas auríferas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, as quais, transportadas à outra margem do Atlântico, não tardariam em alterar a “vida total do mundo, determinando prosperidades e depressões, crises e altos e baixos de que ainda não nos emancipamos” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.152).

O bandeirismo, em sua concepção, era uma característica tipicamente brasileiro, com sua “origem em condições exclusivas do meio e nas características que no território americano adquiriu pelo cruzamento com o elemento indígena o homem vindo do extremo ocidental do continente europeu” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.153). De qualquer modo, devíamos tudo isso – na leitura feita pelo jornalista – ao movimento expansionista português, aos

acontecimentos que se escalonam de 1419 a 1497 através dos descobrimentos da Madeira, Cabo Verde, e Açores, e da exploração sistematizada da costa africana, inclusive o Cabo da Boa Esperança, e da viagem de Vasco da Gama à Índia – a conquista do território brasileiro para além do meridiano de Tordesilhas constituía um elo apenas na cadeia de façanhas pelas quais a gente lusa, abrindo os continentes africano, asiático e americano à influência dos povos europeus, dava início, no dizer de um pensador contemporâneo, à supremacia da raça branca no mundo (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.154).

Sendo o bandeirante, dentro dessa leitura, alguém que se deve admirar, justifica-se que ele escravize aqui o nativo, como outros portugueses faziam no continente africano. Afinal, se não se encontrava aqui as riquezas imaginadas, algo deveria ser feito para que o reino continuasse se expandindo.

Na falta das riquezas que imaginava sepultadas no seio das montanhas e no recesso da espessa mataria, fazia o português larga colheita de negros, tal qual no hemisfério ocidental se dava com o aborígene. A corrida às minas e empós do braço escravo, na África como no Brasil, redundara, em última análise, na ocupação sistemática do incomensurável império que o arrôjo, a ousadia e o espírito de aventura dos exploradores acrescentavam aos já dilatados domínios do pequenino reino ocidental (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.157).

Foi em território brasileiro que a força portuguesa pôde desenvolver todo o seu potencial e criando uma nacionalidade muito específica. Aqui estariam livres das amarras existentes na Europa, com uma densidade populacional menor:

Livre de obstáculos que o oprimiam no extremo ocidental da Europa, ao abrigo dos efeitos aniquiladores consequentes do contacto com populações extremamente densas e de civilizações sólidamente estratificadas, da Ásia, o lusíada encontrava afinal o campo propício para que pudessem livre e harmoniosamente atuar “aquêles desejos de fuga, de evasão, de regressão, sem deixar essa como pátria maior, que é a unidade cultural formada pelas várias expressões do esforço português espalhado sobre o mundo e a tão grandes distâncias uma das outras”. Daí o bandeirismo propriamente dito: Rapôso Tavares, Fernão Dias, Bartolomeu Bueno e Borba Gato. Daí também a nacionalidade brasileira (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.160).

O ideal eugênico estava presente na obra e no pensamento de Júlio de Mesquita Filho. Além das constantes citações a Spencer, ele desenvolve argumentos para justificar a criação do bandeirante paulista. Segundo sua linha de raciocínio, os portugueses que chegaram, em 1532, com Martin Afonso de Souza, e que aqui ficaram, eram homens rudes como a situação exigia. Essas eram as pessoas “que, cruzando o seu com o sangue indígena, formariam a estirpe mameluca do paulista” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.161). Para ele, a elite paulista não possuía ascendência, mesmo que remota, com negros ou mulatos. Pois, em suas palavras, até aquele momento, “não figura o mulato entre os documentos comprobatórios de boa ascendência, pela simples razão de que êle, como o negro, não existiam ainda em S. Paulo” (*ibid*). Essa era uma ideia que estava presente no pensamento de outros autores da época como, Afonso d’Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Tito Lívio Ferreira, Guilherme de Almeida.

Curiosamente, quando Paulo Bomfim, poeta de São Paulo, lançou, em 1960, a ideia da criação do “Dia do Bandeirante”, Mesquita Filho escreveu um artigo para celebrar a ideia.

Atendendo ao apelo de um poeta, um governador resolve criar condições para que São Paulo se debruce sobre seu passado. Por decreto do governo do Estado [do Governador Carvalho Pinto], foi instituído em São Paulo o “Dia do Bandeirante”, destinado a marcar o início da “Semana do Bandeirante” que é comemorada nos principais núcleos de bandeirantismo do Estado, tem por fim acentuar “a importância do bandeirismo na formação da nacionalidade brasileira, notadamente o sentido histórico, geográfico e humano do movimento sertanista de São

Paulo (...) Essa pois, é uma notícia que escapa inteiramente à rotina do jornalismo cotidiano. Que nasceu do apelo de um poeta, e que se transformou em decreto pela compreensão de um chefe de Estado (MESQUITA FILHO, J., *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16 nov. 1960).

Além da já citada influência de Herbert Spencer, Mesquita Filho estava envolto numa atmosfera que via a eugenia como uma ciência séria. Havia correntes de pensamento que apostava no melhoramento da “raça” para que se criasse uma melhor civilização. Como o assunto se mostra um tanto complexo, cabe aqui um resgate, mesmo que sucinto, da história da eugenia.

De acordo com Valdeir Del Cont (2008), teria sido Francis Galton que em 1883 desenvolveu uma ideologia que pretendia o refinamento da raça humana por meio de técnica científicas. A humanidade já desenvolvia esse processo com animais e plantas há muito tempo. Basta atentar para os cães e gatos, entre os animais domésticos, e o milho, entre as plantas domésticas. Essas ideias foram, no entanto, impulsionadas pela publicação de *A origem das espécies*, por Charles Darwin, em 1859. A ideia de “seleção natural” parecia casar bem com a nova ideologia. A nova “ciência” foi então chamada de eugenia que significa “bem-nascido”. Mas, apesar da questão eugênica ter ganhado corpo a partir de Galton, é necessário esclarecer que essa discussão já era muito forte naquele período.

A eugenia passou a indicar as pretensões galtonianas de desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros - como se fazia com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal - portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução, bem como encontrar os que representavam características degenerativas e, da mesma forma, evitar que se reproduzissem (STEPAN apud DEL CONT, 2008, p.32).

Além disso, Del Cont (2008) assevera que Galton buscou explicações científicas para a sua argumentação na teoria da pangênese, aceita no universo científico daquele período. Foi desta forma que ele buscou encontrar a argumentação necessária para explicar sua hipótese de que as características dos progenitores eram transmitidas à prole. A teoria da pangênese darwiniana especificava que havia “a existência de uma unidade fisiológica responsável pela transmissão das características dos progenitores à prole: as gêmulas” (CARLSON apud DEL CONT, 2008, p. 33). As gêmulas eram definidas como

partículas das partes do corpo que eram inseridas nas células germinativas que eram, assim, passadas para os descendentes. Dessa forma, Galton pôde aplicar tratamento estatístico nas suas análises, estabelecendo correlações entre as características de diversas gerações de indivíduos.

A eugenia nasce como a pretensão de ser uma ciência que melhora as qualidades inatas da raça e as desenvolve ao máximo, acreditando que os traços favoráveis são sempre inatos. Assim a eugenia entendida como ciência na época, surge manipulando o dúbio e complexo conceito de raça e projetando uma perspectiva determinista e fechada para as gerações vindouras. (SANCHES, 2007, p. 73).

Ainda de acordo com Del Cont (2008), Darwin, ao apresentar o seu livro “A origem das espécies”, definiu como sobreviventes os mais bem adaptados e os mais bem “equipados” biologicamente. Usando essas concepções da teoria darwinista foi que se desenvolveu aquilo que foi chamado de darwinismo social. Essa ideia era resultante da junção do darwinismo convencional com outras áreas do conhecimento, e tinha como meta contribuir para o desenvolvimento das sociedades. Nem é preciso dizer que esse tipo de argumentação reforçou o racismo e o etnocentrismo. O homem caucasiano era visto, portanto, como sendo o mais evoluído representante da espécie.

Segundo Pietra Diwan (2007) foi nos EUA e Alemanha que as conferências e palestras realizadas por Galton foram melhor aceitas. E foi nesses locais que a “nova ciência” começou a ser colocada em prática. Como já demonstrado anteriormente, Júlio de Mesquita Filho tinha como exemplo de civilização exemplar, que deveríamos copiar, os EUA²⁰. Some-se a isso a influência de Spencer e as ideias positivistas, muito em voga no Brasil daquele período.

Na leitura de Gramsci (2001, p. 241), “o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática” marcada por diversos problemas que refletiam a ultrapassagem do velho individualismo econômico. Tais “problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução” (2001, p. 241).

²⁰ Em Americanismo e Fordismo, Gramsci (2001) chama a atenção para o deslocamento do eixo dinâmico da economia mundial da Europa para os Estados Unidos, provocado por fordismo e o taylorismo.

De acordo com Braga (2008, p.13), “desde o final do século XIX o desenvolvimento da grande indústria monopolista deslocou o eixo dinâmico da economia mundial da Europa para os Estados Unidos”, que adotou o proibicionismo como condição necessária para desenvolver o novo tipo de trabalhador adequado à indústria “fordizada”.

Segundo a análise gramsciana, o fordismo, nas décadas de 1920 e 1930, expressou a hegemonia industrial dos Estados Unidos que representou um novo modo de vida, ou um modo de regulação das condições mais íntimas da classe operária sob a combinação da coerção e da persuasão.

Dito isso, fica mais clara – visto que Mesquita Filho era um homem do seu tempo – a mecânica defensiva de certos valores por parte do jornalista. Usando uma matriz gramsciana de análise, observando a posição ocupada por Mesquita Filho e a função que este desempenhava na dinâmica da sociedade de sua época, é possível afirmar que ele era representante dos interesses da sua classe e que lutava para consolidar sua leitura de Brasil.

2.3 - *Índios, jesuítas e bandeirantes – Pola Grei*²¹

No ensaio voltado a revisar as contribuições bandeirantes, jesuíticas e indígenas, Mesquita Filho inicia sua explanação constatando que a guerra de 1914 contribuiu significativamente para a diminuição da produção intelectual, não só em quantidade, mas também em qualidade. Além disso, todo o abalo causado nas estruturas sociais de então serviram para ajudar a sociologia a “coligir dados e realizar observações, que muito concorreram para diminuir a distância que a separava das chamadas ciências de laboratório” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 213). Ele ressalta que a ascensão do nazismo e do fascismo, a quebra da bolsa em 1929, a falta de emprego que resultou disso, entre outros fatores, funcionou – para as ciências sócias – como um conjunto de experimentações que permitiu avanço muito significativo.

²¹ A expressão significa “pelo povo” em português arcaico. Aparece na divisa e no pelicano de D. João II, Pola ley e pola grey. D. Francisco de Almeida, em 1508, define-a como a congregação de nossos parentes, amigos e compatriotas, a que chamamos república. Nas décadas de 1910 e 1920, o Integralismo Lusitano (IL) adotou o referido símbolo em suas publicações. Informações adicionais sobre o IL, consultar Gonçalves (2016).

O jornalista, no entanto, ressalta essa questão para poder comparar com o avanço da história como ciência. Para ele,

A exacerbação da luta de classes e a arregimentação dos diferentes grupos sob a flâmula de novas ideologias, o choque destas entre si e de todas contra as velhas concepções liberais-democráticas, tiveram sobre o espírito dos que se dedicam ao estudo do passado as mais nefastas consequências. A história perdeu o caráter de serena interpretação do passado, para assumir a feição de uma acerba polêmica em que as tendências ideológicas individuais se sobrepõem sistematicamente aos interesses da verdade objetiva. Ela deixou de ser “um ato do pensamento – diz-nos Croce – para se transformar na aprovação ou condenação, relativa a determinados fins ideais que se pretendem defender, sustentar e ver triunfantes, e ante os quais, como perante um tribunal, citam-se os homens do passado, para que respondam por suas ações, distribuindo-lhe prêmios, ou marcando-os com o estigma da maldade, do vício, da tolice, da inépcia ou o que quer que seja” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.214).

Em sua leitura, a história deixou de representar os fatos em si para “refletir as tendências ideológicas, individuais ou de partido” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.214). Toda essa argumentação é para justificar que, no intuito de exaltar o papel do jesuíta na construção da identidade nacional, critica-se a metodologia empregada pelos bandeirantes em sua expansão para o sul e para o oeste da região de Piratininga. Essa linha de argumentação não é originária de Júlio de Mesquita Filho, Basílio de Magalhães, Alfredo Ellis Junior e Jaime Cortesão já defendiam o mesmo ponto.

Segundo Mesquita filho, o primeiro grande articulista a criticar a metodologia de expansão bandeirante foi Capistrano de Abreu. No entanto, o jornalista busca entender aquilo que identifica como limitações do autor, ou, em suas palavras,

de insuficiência de método, pois embora possuidor de um talento e de uma intuição histórica que o colocam indubitavelmente entre os mais bem dotados dentre os estudiosos do nosso passado, Capistrano estava, em relação aos progressos realizados pelas ciências sociais em nossos dias, em posição idêntica à que ele atribuía a Vanhagen quando lamentava que aquele seu grande antecessor “ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 216).

E mais adiante ele afirma que:

Em resumo: os conhecimentos de que dispunha Capistrano eram insuficientes para que pudesse compreender o que a ciência hodierna tem por assente, ou seja, primeiro: o mundo, desde a Renascença, se acha em face da violenta antítese constituída pela civilização capitalista e êsse tipo do “Absoluto”, dentro do qual se enquadra a que a Companhia de Jesus buscava implantar no hemisfério ocidental; segundo: a civilização moderna surgiu, espontaneamente e independentemente da vontade humana, das transformações geográficas, morais e sociais que se verificaram do século XV ao XVI; terceiro: a decomposição ou destruição violenta dos tipos particulares de civilização em proveito do tipo único capitalista. Em outras palavras: a sociologia hodierna nos coloca diante de uma realidade irremediável, contra a qual nada pode o homem, de um fato que apenas nos cabe registrar: a decomposição ou destruição violenta dos tipos particulares de civilização em proveito do tipo econômico (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 218).

Como fica claro, a expansão daquilo que ele considerava como sendo uma civilização mais avançada era – em sua leitura - inevitável, bem como a extinção das outras, consideradas inferiores. Quase como se a história possuísse uma direção obrigatória.

A conquista sem piedade, a ocupação brutal, a destruição deliberada dos então chamados povos inferiores, foi, portanto, um fenômeno geral, o traço diferencial de um processo evolutivo peculiar à raça branca. Inglêses, holandeses e franceses, por tôda a parte onde se apoderaram das conquistas de portugueses e espanhóis, tiveram com as populações autóctones o mesmo, mesmíssimo procedimento que com as reduções de Guaíra, nos sertões de Mato-Grosso ou de Goiás, haviam tido os nossos Rapôso Tavares, Manuel Prêto, Pacal Moreira e Bartolomeu Bueno. Com uma diferença: enquanto os nórdicos requintavam na violência em pleno século XIX, a epopéia por aquêles escrita se desenrolou nos séculos XVI e XVII e nos começos do XVIII, isto é, quando se dava a eclosão daquele tipo de civilização que um dia nivelaria a face da terra e que se caracterizara exatamente por aquêles traços essenciais de cupidez e agressividade mencionados pelo pensador italiano (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 221).

E é nesse ritmo que ele segue defendendo os bandeirantes. Não podendo negar os abusos cometidos por estes, Mesquita Filho busca justificar tais atos como sendo parte do ciclo natural de evolução civilizatória. E a sua prova é que, outros povos depois dos portugueses e espanhóis fizeram o mesmo. Uma completa distorção da teoria evolucionista.

De tudo quanto até aqui foi dito ficou, parece-nos perfeitamente claro, que a agressividade, a violência e o imperialismo do bandeirante, longe de serem uma característica sua, eram uma peculiaridade essencial de um determinado tipo de civilização – a civilização econômica – que se iniciara, é verdade, com as descobertas portuguesas, mas que só com o advento da hegemonia anglo-saxônica e holandesa nos mares, atingiria a sua forma aguda. E, ainda, que preando índios, procedia o paulista, nos séculos XVI e XVII, de modo exatamente idêntico ao do jesuíta, na mesma época, em Angola, e de maneira indubitavelmente mais humana do que, em pleno século XIX, o anglo-saxão na Austrália, na Tasmânia e em África; o belga no Congo; o holandês em Java, na África do Sul e nas Guianas; o francês na Martinica e o dinamarquês nas ilhas de Santa Cruz e São Tomás (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 245).

Essa era a sua visão do processo civilizatório. A locomotiva do progresso não poderia ser contida. Aqueles que criticavam a metodologia bandeirante repetiam suas ações com dois ou três séculos de atraso, era essa sua conclusão.

No próximo capítulo são analisados os textos de Júlio de Mesquita Filho referentes à questão educacional, em especial ao seu projeto de educação superior. Em outras palavras, da universidade como ferramenta civilizatória.

Capítulo 3 – Universidade como ferramenta civilizatória

Este capítulo aborda os escritos de Júlio de Mesquita Filho a respeito da educação, com destaque para a educação de nível superior e da criação da Universidade de São Paulo. Para isso serão analisadas, para este capítulo, duas obras. A saber: *Política e Cultura* (MESQUITA FILHO, J., 1969); e *Ensaio Sul-Americano* (1956), analisado no capítulo anterior, restando apenas o tópico referente à educação jesuítica, que será analisada no presente capítulo.

Política e Cultura (MESQUITA FILHO, J., 1969) é um livro de ensaios que foi publicado logo depois da morte do seu autor. Com duzentas e onze páginas, o compêndio traz quatro ensaios: *Definições na política Latino-Americana*; *Aspectos da política nacional e da formação da nacionalidade*; *A crise na França*; e, por último, *Focos de renovação do pensamento paulista*.

Júlio de Mesquita Filho, como já demonstrado no primeiro capítulo, havia estudado em Portugal e, logo depois, na Suíça. Pôde, assim, comparar as diferenças entre o sistema educacional brasileiro e aquele que se desenvolvia na Europa. Seu maior incômodo era a qualidade dos cursos de nível superior oferecidos por aqui. Sua experiência em Portugal, numa escola católica, havia deixado uma impressão negativa. Segundo ele, precisávamos de uma universidade que funcionasse como centro de pesquisa, mas também, que servisse para formar a elite paulista, sem que esta precisasse atravessar o Atlântico.

Para entender melhor as motivações de Mesquita Filho, é preciso retomar alguns conceitos expostos em sua obra, e que foram analisados no capítulo anterior. De sua produção jornalística é possível concluir que ele era, ao seu modo, monarquista, que acreditava na supremacia do branco sobre o negro e que tinha uma visão de sociedade pautada em Spencer. Sua concepção de desenvolvimento possuía foco na industrialização. Além disso, acreditava que a educação poderia ser a ferramenta de unificação do “Império Brasileiro”. Em sua complexidade, era um homem que transitava entre diferentes espectros de percepção.

Entendia que era preciso educar, principalmente, para formar lideranças. Era esse tipo de educação que, em sua leitura, ainda não existia no País.

A conclusão do Inquérito de 1926 foi de que a educação precária seria um dos maiores problemas que atravancava o desenvolvimento do Brasil, então, era preciso educar o cidadão brasileiro.

No entanto, é importante lembrar que esse “cidadão brasileiro”, para ele, era o branco, filho de família abastada, com condições de interferir de forma efetiva na política, na economia, nas relações sociais. Sua argumentação deixa claro que ele não acreditava que o processo educacional fosse de grande serventia para negros e índios. Em determinado trecho dos *seus Ensaio Sul-Americanos*, quando aborda a educação jesuítica, o jornalista diz que, o máximo que o jesuíta poderia conseguir de um discípulo indígena,

dada a absoluta ignorância em que estava da heterogeneidade das suas orientações mentais, era o que Westermann observou na África, em condições absolutamente idênticas e que nos relata em sua preciosa obra já por nós citada, “Noirs et blancs em Afrique”. Procurando dar um balanço do que até aqui tem conseguido a educação ministrada pelas missões evangélicas naquele continente e explicar as razões do pessimismo com que é geralmente visto o imenso trabalho daqueles abnegados defensores da doutrina cristã, escreve o diretor do Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas, que “uma das mais importantes causas da incapacidade de tantos alunos realizarem as esperanças que nêles eram depositadas, provém do fato que êles são separados de seus grupos naturais desde a sua primeira mocidade. São, então, condenados a viver entre dois mundos, o de seus pais e de sua comunidade, não se sentindo na própria casa nem em uma, nem em outra. Na escola ensinam muitas vêzes aos alunos a olhar com desdém a vida antiga. Aquilo que era sagrado e intocável é aqui acoimado de superstição absurda; e aquilo que era para os pais uma realidade religiosa é considerado, pela escola, como não existindo ou como trabalho do diabo. Um conflito violento se levanta dentro dêle, do qual nem sempre consegue libertar-se. Não encontra, no mundo novo que lhe abrem a civilização e a religião, terreno sólido em que assente os pés. A escola não faz as vêzes do que perdeu, isto é, a faculdade de membro de um grupo com seus valores próprios e obrigações. Corre, assim, o risco de se tornar um indivíduo isolado, pelo qual ninguém responde. Poderá comportar-se com destreza enquanto permanecer sob a proteção do missionário, mas, embora tenha adotado o cristianismo, isso não significa, necessariamente, que se apóie com força suficiente nos princípios cristãos, para pôr em prática o que lhe ensinaram na escola quando se encontra entregue a si mesmo” (MESQUITA FILHO, J., 1956, p.333 – 334).

Portanto, a instrução clássica e formal seria – para o não branco – algo mais prejudicial que benéfico. Mas o jornalista vai além. Ele argumenta que o africano difere dos ameríndios, afinal, a África, desde tempos imemoriais, vem recebendo influência

estrangeira. Gregos, romanos e fenícios já visitaram o continente em busca de ouro, escravos e marfim. Sendo assim, os povos africanos deveriam ter absorvido parte da cultura dos invasores. Mas não foi isso o que aconteceu, o negro africano manteve preservada sua cultura.

Esta resistência às influências exteriores, ou melhor, essa incapacidade de modificação peculiar às organizações sociais dos não civilizados é a consequência do desnível existente entre a mentalidade primitiva e a organização psíquica dos povos ocidentais (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 335).

Em compensação, ele entende que algo diferente aconteceu na educação e catequese dos indígenas, principalmente com aqueles,

nas reduções da província paraguaia, dificilmente se poderia definir melhor o que se passou às margens do Atlântico Sul, da data em que pela primeira vez pisou terras americanas um discípulo de Loiola, até 1750, ocasião em que a política de Pombal banuiu definitivamente do hemisfério ocidental a Companhia de Jesus. Com efeito, o que ali se deu foi que o guarani se emancipou de suas crenças, usos e costumes mais reais para adotar da religião católica o que esta possui de mais material e superficial. Aliás, aceitos os princípios básicos que procuramos estabelecer no decorrer destes capítulos, a natureza concreta do pensamento primitivo e a sua impossibilidade de raciocinar por abstração, e, acima de tudo, a sua submissão passiva ao pensamento coletivo – tornar-se-á impraticável a conciliação da doutrina do livre arbítrio, base de toda a filosofia da religião católica, com a falta absoluta de noção do Eu individual peculiar a todos os povos de mentalidade primitiva (MESQUITA FILHO, J., 1956, p. 335 – 336).

O jornalista apresenta um catolicismo que valoriza o individualismo, semelhante à análise do protestantismo feita por Weber (1996), sugere ainda que, por estar incapacitado para esse tipo de convívio, o indígena aceita os valores superficiais do catolicismo, nunca atingindo as questões mais profundas. Sendo assim, sua conversão jamais deixaria de ser externa ao seu sistema psíquico.

É desse modo que o jornalista vai excluindo qualquer etnia, que não seja a branca, de seu planejamento para o futuro do País. Em sua leitura, aqueles que ele considera como não civilizados, assim o são por uma impossibilidade intrínseca.

O projeto de educação pensado por Mesquita Filho era, portanto, voltado para a elite paulista. Ele pretendia formar um grupo de intelectuais que dirigisse o País pelo

processo civilizatório e industrial. Até então, aqueles que buscavam melhores formações estudavam em universidades de outros países. Mesquita Filho pensou que seria uma boa ideia trazer professores de lá para que formassem uma primeira remessa de professores aqui. Estes dariam continuidade ao trabalho de formação de lideranças, enquanto os mestres estrangeiros seriam gradativamente substituídos.

O jornalista ergueu a bandeira da reforma educacional no Brasil depois de ter sido influenciado pelo “ideário da Liga Nacionalista (SALONE, 2009, p.97). Sua intenção era criar uma universidade moderna, nos moldes das que já existiam na Europa e nos EUA.

Tentativas prévias haviam fracassado em nossa História: a Colônia havia se mantido intelectualmente esterilizada por conta do pensamento obscurantista da contrarreforma lusitana. Durante o Império, a despeito de a nação ser governada por um “rei filósofo”, inconsistentes foram as iniciativas de criar instituições universitárias, como há tempos existiam na América Latina; naqueles tempos, o máximo a que se chegou foi a fundação de cursos jurídicos (Decreto de 11 de agosto de 1827), de medicina e engenharia (SALONE, 2009, p.97).

Mas, ao que parece, durante as décadas de 1920 e 1930, o Brasil já possuía os requisitos necessários para fomentar essas mudanças estruturais. No prefácio da obra *A comunhão Paulista*, de Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, Alfredo Bossi escreveu que:

Poder, idéias, um jornal e uma universidade, tudo se imbrica e se aclara mutuamente quando a análise sabe cortar fundo um momento determinado de nossa história. Saímos da leitura do texto convictos de que os valores nunca se conservam, a longo prazo, anódicos: eles movem os grupos sociais para as lutas bem concretas e a sua força construtiva ou destrutiva não se contém nem se oculta indefinidamente. Os valores, mais cedo ou mais tarde, agem. E, quando lastreados por uma base econômica estável. Reproduzem-se por lapsos de tempo cuja longa duração chega a nos surpreender (CARDOSO, 1982, p.11).

É a partir do ano de 1925 que Júlio de Mesquita Filho passa a publicar, em seu jornal, editoriais – sempre em formato ensaístico – com foco nos debates educacionais. Tudo começa com a crítica desenvolvida ao sistema de reformas implementadas pelo

Ministro João Luiz Alves, com a Lei 16.782-A²², que na opinião de Mesquita Filho, era insatisfatória e insuficiente para atender as demandas do ensino no Brasil.

É nesse mesmo ano que *O Estado de S. Paulo* publica um editorial defendendo a implantação de um Liceu de Ensino Secundário aos moldes franceses, ou seja, que preparasse o aluno não somente para o ensino técnico, mas também o iniciasse nas práticas da mais alta cultura. O editorial não está assinado, mas coaduna com algumas produções de Mesquita Filho. Em determinado trecho podemos ler que,

por maiores que venham a ser os resultados deste ensino orientado com a preocupação de se lançarem bases firmes à cultura especializada, não é tudo o que se pode esperar do Lyceu Franco-Brasileiro, que, modelado pelos lyceus francezes, se propõe também a collocar o ensino de cada matéria a serviço da formação e desenvolvimento das intelligencias. O ensino do Lyceu se transformara, por este modo, num verdadeiro agente da educação moral e intelectual, pela “criação de hábitos mentaes”, comque se solicitam, no estudo de cada disciplina, as forças do espírito, convidado constantemente pelo professor, hábil e sagaz, á curiosidade investigadora, ao gosto da observação e á segurança do raciocínio. Não se restringindo exclusivamente á cultura formal, mas, ao contrario, dando a maior importância a essa “função educativa” do ensino secundário, geralmente tão descurada entre nós, o Lyceu contribuirá. Por methodo eficaz, não somente para a “instrucção”, mas, sobretudo, para o desenvolvimento do espírito científico (LYCEU, 17 mar. 1925, p.3).

Mas, a maior contribuição de Mesquita Filho para o debate sobre a educação, naquele ano, foi a publicação do texto *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data*, em 15 de novembro de 1925. Nesse editorial, que foi logo depois publicado em livro com o mesmo título²³, ele apresenta inúmeros pontos que contribuem, conforme sua visão, para a manutenção da crise política pela qual o Brasil vinha sofrendo. Entre os problemas apontados, está a deficiência do sistema de ensino, principalmente o superior. Ele argumenta que,

Reestabelecido o jogo natural das instituições constitucionais pelo advento da opinião pública, restarnos-ia dar início a construção do

²² No dia 16 de janeiro, de 1925, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava, em sua página 5, o texto: *A reforma do ensino: Exposição de motivos apresentada pelo Sr. Dr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça, ao Sr. Dr. Arthur Bernardes, Presidente da República, em novembro do anno findo, sobre a Reforma do Ensino*.

²³ Para esta pesquisa, as duas publicações (jornal e livro) foram consultadas. Enquanto a análise do capítulo anterior referencia o artigo de jornal, aqui será referenciado o livro.

organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os países de organização social completa, pelas Universidades. Sem o concurso dessa instituição secular a que a humanidade deve o melhor de suas conquistas, inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva. Ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de acção. Essa falha lamentável a que devemos attribuir, em última análise, a situação crítica que atravessamos, se evidencia na pobreza inacreditável da nossa produção intelectual (MESQUITA FILHO, J., 1925, p.3).

Júlio de Mesquita Filho segue em sua argumentação, explicando o motivo pelo qual, na leitura que ele faz do País, a criação de uma universidade para o Brasil não é somente necessária, mas emergencial. Ele compara a política brasileira com a de países como Inglaterra, França, Japão e nossa vizinha, a Argentina.

Na Inglaterra, como no Japão, na França, como na Itália, nos Estados Unidos, como já se vae verificando na Argentina, o político, o jornalista e todos os que directa ou indirectamente intervêm na direcção dos negócios públicos, actuam no terreno das realizações práticas sob as vistas vigilantes das elites intellectuais, que num trabalho incessante de investigações e estudos preparam a solução dos problemas infinitamente complexos com que lutam as sociedades modernas, impedindo, ou melhor, reduzindo ao mínimo as possibilidades de erros irreparáveis (MESQUITA FILHO, J., 15 de nov. 1925, p. 3).

O jornalista expõe que as elites intelectuais desses países contribuem de forma significativa para a compreensão das demandas sociais e para a correta adaptação das ações públicas a essas, minimizando assim, possíveis danos causados por erros de implantação dos projetos institucionalizados, tornando assim as práticas políticas mais harmoniosas às demandas nacionais. Num dos pontos em que analisa o caso específico do Brasil, afirma que,

Entre nós nada disso existe. Impera em todos os meios alarmante anarchia, sem que se consiga perceber, na inextricável confusão intellectual que se debate a nação, um systema de idéias, de princípios, um ideal, em suma, que insufle o entusiasmo indispensável às realizações coletivas. A reacção que esboça contra o regimen oligárchico é a única manifestação palpável da vitalidade nacional. Concretizada no movimento incipiente em torno do voto secreto, ella nos revela o vácuo imenso em que nos arremessou o descaso tradicionalmente votado

pelos dirigentes do país ao problema da educação nacional (MESQUITA FILHO, J., 1925, p.3).

Mas é também em *A Crise Nacional* que o jornalista demonstra seu lado mais controverso. Um dos assuntos abordados nesta primeira obra, como já foi demonstrado no capítulo anterior, é a abolição da escravatura, que ele interpreta como sendo algo negativo, já que possibilitou a entrada da “massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais” (MESQUITA FILHO, J., 1925, p.9). Mas ele não para por aí. Acrescenta à sua tese que,

A esse afluxo repentino de toxinas, provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, de alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral ((MESQUITA FILHO, J., 1925, p.10).

E mais adiante, acrescenta que,

Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assinada e que os seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões das senzalas, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato com o africano, oprimido e aviltado, sem uma sobra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psíquica indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos (MESQUITA FILHO, J., 1925, p.13).

Em resumo, a entrada do negro no jogo político teria servido, segundo ele, para impedir, ou atrasar, o avanço da nação.

3.1 – *Entre a redação e a política: as redes de Mesquita Filho*

O cenário político que antecede a criação da Universidade de São Paulo estava em ebulição. Em 11 de abril de 1931, foi promulgado o decreto 19.851, que foi denominado de Estatuto das Universidade Brasileiras. Esse foi o desdobramento da criação do Ministério da Educação (CUNHA, 2000).

Como já descrito no primeiro capítulo, Júlio César Ferreira de Mesquita Filho havia sido exilado do Brasil após lutar na Revolução Constitucionalista de 1932. Enquanto ele e seu irmão, Francisco Mesquita, permaneciam exilados na Europa, o jornal *O Estado de S. Paulo* era dirigido por Plínio Barreto (SALONE, 2009). O levante que veio a justificar o exílio tinha surtido algum tipo de efeito “e as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram marcadas para o dia 3 de maio de 1933” (SALONE, 2009, p.158). Os paulistas ainda careciam de um bálsamo que os fizesse participar desse novo jogo político. Para isso, Getúlio Vargas nomeia Armando Sales Oliveira, cunhado de Mesquita Filho, como interventor militar do estado. Em 21 de agosto de 1933 ele assume o posto. E, como era de se esperar, em 22 de novembro do mesmo ano, Mesquita Filho chega ao porto de Santos, acompanhado de sua família.

Ainda segundo Salone (2009), Mesquita Filho voltava com duas ideias que o animavam. A primeira seria o retorno à redação de *O Estado*; a segunda era a criação da Universidade de São Paulo.

Sempre amparado pelas suas redes, o jornalista enxergava ali a oportunidade de estruturar um plano de “avanço” com alicerces mais sólidos. No campo político, para dar um único exemplo dessas redes, o Partido Democrático (PD), que já vinha perdendo força, se desfez em 1934. Seus principais líderes se uniram para criar o Partido Constitucionalista, naquele mesmo ano,

cujos principais nomes eram: Paulo de Moraes Barros, Gama Cerqueira, Waldemar Ferreira, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Cardoso de Melo Neto, Joaquim Sampaio Vidal e Henrique Bayama, todos antigos democráticos. De qualquer maneira, a materialização do Partido Constitucionalista consolida a supremacia do Grupo do Estado, galvanizada pela figura do interventor. O partido era o jornal – e vice-versa (SALONE, 2009, p. 159 - 160).

Todos eles, atores do jogo político de então. O partido era um “espaço” que, muitas vezes, mesclava-se ao jornal. Significa dizer que o “pequeno mundo estreito” ao qual se referia Jean-Paul Sartre – na citação de Sirinelli (1996) –, a despeito de sua enorme variedade de tipos, reunia-se em locais definidos pelo contexto cultural da época. Chamados de “estruturas de sociabilidade” (Sirinelli, 1996, p. 248), esses ambientes podem existir numa considerável gama de variáveis. Podem ser as revistas, os conselhos

editoriais, as universidades, os centros de estudos e pesquisas, os núcleos de análise de conjuntura, os jornais de grande circulação, as associações de escritores, as sociedades científicas, os círculos literários, os clubes de artistas plásticos etc. Poder-se-ia listar uma infinidade de lugares onde se exerce uma atividade relacionada com a elaboração de ideias, princípios, diagnósticos e receituários a respeito dos assuntos públicos. Porém, isso não basta para transformar um lugar em uma estrutura de sociabilidade intelectual. A definição de “estrutura de sociabilidade” remete aos demais fatores a considerar, para além do lugar (espaço físico) onde os intelectuais se reúnem.

Tais fatores dizem respeito às relações que esses mesmos atores sociais estabelecem entre si e com a sociedade. As relações que os intelectuais estabelecem entre si no âmbito das estruturas de sociabilidade são complexas e podem ser resumidas em ao menos dois fatores: estratificação e formação de redes.

As redes correspondem aos vínculos que unem os intelectuais em torno de uma estrutura de sociabilidade, sendo a última representada pelas revistas, universidades, associações, jornais etc. e as redes representadas pelas relações dos seus membros. Na base da formação das redes intelectuais estão presentes as conexões constituídas a partir dos itinerários, das gerações e das afinidades.

Por isso, Gramsci (2004) considera a “imprensa” como a parte mais dinâmica da estrutura ideológica, que é a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a 'frente' teórica ou ideológica” e afirma que ela cumpre a função de organizar e difundir determinados tipos de cultura. No conceito de “jornalismo integral”, Gramsci identifica a imprensa como veículo de formação, organização e difusão de consensos e concepções de mundo:

o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (GRAMSCI, 2004, p.197).

Os laços entre intelectuais podem constituir-se a partir de uma mesma origem – escola secundária, faculdade, partido político, exército etc. – compondo uma matriz comum a partir da qual diversos atores trilham um itinerário semelhante. A noção de geração não se refere tanto aos nascidos em uma mesma época, mas está relacionada com

marcos, episódios e processos históricos vividos por indivíduos de diferentes idades e cujas vidas foram impactadas por essas ocorrências.

O grosso das redes de sociabilidade de Mesquita Filho era composto por membros do mesmo estrato social e/ou figuras que atuavam, ou atuaram, na redação do seu jornal.

O Grupo do Estado formou-se, historicamente, em torno da figura de Julio Mesquita. Nos seus primeiros tempos, as velhas redações, na praça Antônio Prado, e na rua Boa Vista, eram o centro catalisador dos republicanos insatisfeitos com a politicalha perrepista. Advogados, médicos, professores e escritores discutiam, diariamente, em plena redação, os destinos políticos e culturais do Brasil. Deste primeiro grupo, forjado no início do século XX, faziam parte Euclides da Cunha, engenheiro militar, amigo de Mesquita e enviado especial do *Estado* a Canudos; Oscar Freire, médico baiano e discípulo de Nina Rodrigues; Oliveira Viana, historiador e sociólogo, imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), um autor que influenciaria a obra de Júlio de Mesquita Filho; Alberto de Faria, colega de faculdade de Mesquita, abolicionista e imortal da ABL; Afrânio Peixoto, crítico literário e membro da ABL; Raul Pompeia, escritor e também colega de Mesquita no Largo São Francisco; e Olavo Bilac, jornalista e poeta, inspirador da Liga Nacionalista. Grande parte desses homens e muitos outros tornavam a redação do jornal um ambiente em que fervilhavam ideias e projetos para o Brasil (SALONE, 2009, p.160 – 161).

Salone (2009) afirma ainda que, as reuniões na redação do jornal foram o início de várias campanhas fomentadas por *O Estado*, ao longo de décadas. Começando pela “campanha pela República”, em seus primeiros anos; a “campanha contra a deturpação do espírito do regime republicanos”; a “campanha civilista”; a “campanha pela regeneração dos costumes políticos da nacionalidade”; a “campanha pela reconstitucionalização”; a “campanha pela autonomia de São Paulo”; a campanha pela verdadeira democracia”; além da “campanha pela Universidade”.

Além das figuras anteriormente citadas, compunha o “núcleo duro”, nas palavras de Salone (2009), o irmão de Mesquita Filho – Francisco Mesquita – e Nestor Rangel Pestana, que era sobrinho de Francisco Rangel Pestana. Num artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, quando da comemoração do centenário do jornal, Marcelino Ritter escreveu:

Esclarecemos que Júlio Mesquita, se bem que em determinadas épocas fosse muito assíduo no jornal, nem sempre tinha muito tempo para

dedicar a trabalho jornalísticos. Houve anos, de fato, em que o absorviam sobretudo as atividades políticas. Procurando no jornal, diariamente, por amigos e correligionários que representavam a sumidade da época, tinha necessariamente de dedicar-lhes a maior parte do tempo de que dispunha. Além disso, viajava constantemente, fazia não só longas viagens ao exterior, mas também pequenas viagens, quer para a sua fazenda em Louveira, quer para Campinas, sua terra natal, e onde fazia questão de cultivar velhas amizades. Havia em Campinas um hotel que jamais ocupava, com que quer que seja, um quarto de propriedade, por assim dizer, de Júlio Mesquita, que ali passava frequentemente semanas e mesmo quinzenas inteiras. Além disso, não gozava o grande jornalista de boa saúde e por isso rareavam, às vezes suas idas à Redação. Nestas condições, Nestor Pestana passou a ser mais do que secretário, passou a ser verdadeiramente o diretor do jornal, refletindo embora em suas decisões quase religiosamente, o pensamento e as diretrizes do proprietário da empresa, seu mestre e seu amigo (RITTER, *O Estado de S. Paulo*, 26 de jun. 1975, p.6).

Conclui-se, portanto, que Nestor Rangel Pestana era figura de extrema importância no Grupo do *Estado*.

Não é possível esquecer, no entanto, de Fernando de Azevedo. Além de ter sido o escolhido por Mesquita Filho para conduzir o Inquérito, Azevedo havia, pouco antes da posse de Armando de Sales Oliveira, ocupado o cargo de Diretor-Geral de Instrução Pública.

Nesse curto período, anterior ao governo de Armando de Sales, Azevedo elaborou o Código de Educação, que estabelecia, pela primeira vez, as bases e diretrizes da educação, reestruturando o ensino normal, de quatro anos, e criando o ensino ginasial, com tempo de duração de cinco anos. O professor primário deveria, assim, passar a contar com o ginásio completo, um “caminho para elevar ao nível universitário a formação profissional do professor primário”. O diletantismo começava a ser eliminado na educação pública paulista (SALONE, 2009, p. 165).

Estava se formando a oportunidade que Mesquita Filho precisava para executar sua proposta de criação da Universidade de São Paulo. Armando de Sales Oliveira como interventor, Fernando de Azevedo como Diretor-Geral de Instrução Pública e Mesquita Filho regendo.

3.2 – A criação da Universidade

A história da universidade no Brasil só começa a acontecer, de fato, quando o restante da América Latina já havia desenvolvido seus grandes centros de estudo. Luiz Antônio Cunha explica que, enquanto a Espanha instalava várias universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal buscava outro caminho e proibiu a criação de tais instituições no Brasil. Como prêmio de consolação, a metrópole concedia bolsas para que alguns filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, além disso, permitia que escolas jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia (CUNHA, 2000).

Em 25 de janeiro de 1937 acontecia a festa de formatura da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Mesquita Filho foi o paraninfo. Seu discurso esclarece algumas questões sobre a criação da instituição. O jornalista explica que ao saírem da

revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar São Paulo em posição idêntica àquela em que se achava, após Iena, a Alemanha, o Japão no dia seguinte ao do bombardeio dos seus portos pela esquadra norte-americana, e a França depois de Sedan. E se atribuíamos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária dos seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelhamento escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e 32 nada mais faziam do que preannunciar. Para os males que nos acabrunhavam, a história daqueles países nos apontava o remédio. Sabíamos por experiência própria a que terríveis aventuras nos tinham arrastado, de um lado, a ignorância e a incapacidade dos homens que até 30 haviam discriçãoariamente disposto dos destinos tanto do nosso Estado como da Nação, e, de outro, a fatuidade vazia dos escamoteadores da revolução de outubro. Quatro anos de estreito contacto com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta leraram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. Daí a fundação da nossa Universidade e consequentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (MESQUITA FILHO, J., 1969, p. 164).

Como fica claro, para que houvesse um “avanço” na direção de um estágio mais “civilizado”, era preciso educar o povo. Começando, é óbvio, pelo povo do Estado de São Paulo. Mesquita Filho cita vários movimentos ocorridos durante a década de 1920, dando a entender que seus planos para a criação de um centro universitário vinham desse período. Fernando de Azevedo explica que ele e Mesquita Filho já lutavam “por isso

desde 1923” (AZEVEDO, 1971 p.119), ou seja, havia pelo menos dez anos que a ideia estava sendo maturada.

E Azevedo (1971) ainda descreve que, após um telefonema de Mesquita Filho – que acabava de voltar do seu primeiro exílio – em que este pedia para que aquele elaborasse o projeto de decreto-lei, com o qual se criaria a Universidade de São Paulo, começou a trabalhar na proposta e, em quatro dias, concluiu o trabalho.

Estávamos em dezembro de 1933, e como o Júlio de Mesquita me comunicara a disposição de Armando Sales de assinar o decreto naquela semana, solicitei ao Armando, por intermédio do Julinho, que não o fizesse, dando-lhe razões de minha opinião (AZEVEDO, 1971 p.120).

A razão era que, Azevedo queria comunicar às escolas de formação profissional superior antes de baixar o decreto. Queria, com isso, diminuir as possíveis resistências que pudessem existir. Além disso, como a universidade era parte de um projeto de nação que começava em São Paulo, Azevedo achou que seria melhor assinar esse decreto em 25 janeiro, aniversário da cidade de São Paulo. E assim foi.

Anos mais tarde, em seu discurso de paraninfo, Mesquita Filho professava a missão da Universidade:

A vossa escola surgia, assim, como o molde indispensável onde se fundiram os futuros modeladores da juventude nacional. Nela se formariam os espíritos em condições de criar e praticar uma doutrina educativa que tivesse vista, acima de tudo como queria grande espírito francês, assegurar a seleção de capacidades, alevantar, no verdadeiro sentido da palavra, todos os espíritos, só pensar naquilo que moraliza, que não traduz lucro imediato, que leva o olhar a fixar-se alto e longe. Esperavam os seus fundadores que dêsse foco ardente de ambição desinteressada se irradiasse para todo o País uma concepção nova das coisas e que, combatendo sem desfalecimento a velha e desagregadora idéia do saber pelo sentimento do sacrifício pelo bem da comunidade. Procurando dar consistência material à idéia universitária, tinham em mente os que conceberam dotar o País de um cérebro poderoso e coordenado que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar os sentimentos, a vontade, a organização e a disciplina intelectual a que os povos verdadeiramente fortes devem as suas melhores vitórias (MESQUITA FILHO, J., 1969, p. 164 – 165).

Era no modelo francês que Mesquita Filho se inspirava. A cultura francesa era a principal referencia mundial daquele período.

Se a cultura francesa teve um grande impacto em todo o mundo neste mesmo período, é preciso lembrar que na América Latina tal trânsito de idéias esteve amparado por um sólido suporte institucional, principalmente no que diz respeito à cooperação científica. Em 1908 se reunia pela primeira vez, em Paris, o comitê fundador do *Groupement des Universités et Grandes Ecoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, visando desenvolver as relações intelectuais entre a França e a América Latina de modo geral e, em particular, promover a Universidade e a ciência francesas no exterior (MASSI, 1991, p. 29).

Após a assinatura do decreto, em 25 de janeiro de 1934, definiram Reynaldo Porchat de Assis, então diretor da Faculdade de Direito, como primeiro reitor da Universidade.

3.3 – Conceitos e ideias sobre universidade, pós criação da USP

Os escritos de Mesquita Filho deixam claro que ele acreditava em duas formas distintas de educação. A primeira, uma educação técnica, voltada para as massas, com a função de gerar mão de obra para as indústrias. Mas dessa quase não há menção em seu trabalho. A segunda, uma educação para a formação de uma elite preparada, que pudesse conduzir a nação por caminhos mais vantajosos. E, com base nisso, fazer o País se nivelar às nações mais desenvolvidas. Foi por essa que o jornalista militou.

Em 26 de dezembro de 1945, durante uma palestra feita na sessão de formatura dos licenciados pela *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo, Mesquita Filho, ao falar de Armando de Sales Oliveira, explica que,

uma universidade não era nem podia ser uma simples justaposição de faculdades e institutos. A idéia que tinham desses organismos, a que a civilização ocidental deve as suas mais belas conquistas e as nações líderes de hoje a sua fôrça, esconde algo mais complexo e mais amplo. Procedia em linha reta das suas próprias origens históricas e etimológicas, da remotas eras em que o saber humano era um todo perfeitamente coerente e harmônico. Para eles, como para os que professavam nesses famosos institutos que tanto lustre e renome emprestaram a cidades como Bologna, Paris, Oxford e Salamanca, um mesmo espírito deveria animar tôda a comunhão, assim como uma mesma doutrina deveria orientar o ensino das diferentes disciplinas (MESQUITA FILHO, J., 1969, p. 169).

Ali estava Júlio de Mesquita Filho, explicando aos formandos, o papel que as universidades têm para o desenvolvimento das civilizações²⁴ ocidentais. Sales Oliveira havia falecido em 17 de maio daquele ano e o jornalista queria ressaltar a sua importância para o projeto de criação da Universidade de São Paulo.

O jornalista atribui a Sales Oliveira a inconformidade “com o triste espetáculo que oferecia o nosso ensino superior, subdividido em escolas profissionais, muitas vezes inimigas entre si” (MESQUITA FILHO, J., 1969, p.169). No entanto, é o próprio Mesquita Filho quem afirma que, sem a proposta trazida pela USP, “poderá existir, como temos dito, um excelente ensino. Não haverá entretanto, jamais ensino universitário propriamente dito” (p.171). Afinal, continua ele, os que tiveram essa formação

poderão vir a ser razoáveis técnicos de laboratório, ou bons pesquisadores em qualquer ramo do saber. Só por acaso, porém, tornar-se-ão possuidores daquele alto espírito que a consciência dos que participam de um esforço coletivo e indivisível em benefício da comunhão a que pertencem e do progresso geral das ciências concede aos que a êle se dedicam. E é êsse generoso sentimento – ia dizer, êsse generoso orgulho, que constitui o verdadeiro espírito universitário de que tantos falam e tão poucos compreende (MESQUITA FILHO, J., 1969, p. 171 – 172).

É importante lembrar que, em 1925, quando publicou *A crise Nacional*, Júlio de Mesquita Filho já defendia esses valores e já demonstrava preocupação com a formação das classes dirigentes. Seus argumentos eram que, se continuássemos a depender apenas do estudo das ciências aplicadas, o Brasil jamais atingiria seu potencial.

Numa aula inaugural, pronunciada em 21 de março de 1958, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Mesquita Filho, falando sobre o pensamento diretor e os objetivos visados pelos fundadores da Universidade de São Paulo, explana que,

Para bem compreendê-los, para que avalieis na sua verdadeira medida os esforços despendidos para alcançar a meta visada, seja-nos permitido remontar às suas fontes, à já longínqua fase da formação do nosso espírito, em que chegamos a compreender o papel decisivo que as universidades sempre desempenharam na evolução dos povos cultos e, mais particularmente, na determinação do sentido que a civilização a que pertencemos adquiriria (MESQUITA FILHO, J., 1969, p. 181).

²⁴ O sociólogo alemão Norbert Elias, o conceito de civilização expressa uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais de auto regulação (2006). Trata-se, essencialmente, de um processo de longa duração – o processo civilizador – que caminha “rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p. 193), não de forma linear e evolutiva, mais de modo contínuo, com impulsos e contra impulsos alternados.

Está aí, mais uma vez exposta, sua posição sobre o papel da universidade como ferramenta de evolução e norteadora de civilizações. E é exatamente por isso que ele segue dando exemplos de nações que se beneficiaram com o investimento no ensino superior.

Nesse tempo, atingia a Alemanha o apogeu do seu prestígio. Tanto na capacidade de expansão da sua política e da sua economia como nas ciências, era incontestável o seu poder. E quanto mais decisivas se iam mostrando suas conquistas, tanto mais acentuada se tornava a convicção geral de que às suas universidades devia a posição de hegemonia a que pudera guindar-se (MESQUITA FILHO, J., 1969, p.181).

Contudo, o jornalista relembra da situação brasileira nos anos que antecederam a criação da Universidade de São Paulo:

Cêrca de uma década apenas antes da fundação da nossa Universidade, escrevia Amadeu Amaral que, “entre os assuntos que agitavam a opinião pública em nossa terra, os problemas gerais do ensino, as questões de orientação filosófica, de programas, de métodos, de finalidade, não são absolutamente familiares ao público, ainda que só nos refiramos ao público das camadas cultas e influentes. E para melhor caracterizar o quadro em que ia definhando o ensino, acrescentava: “basta notar-se a raridade, se não a ausência absoluta de livros e publicações sobre problemas gerais de cultura”. Para permanecer dentro da realidade poderia ter o ilustre poeta e ensaísta acrescentado que se passavam anos sem que na imprensa surgissem quaisquer comentários sobre êsse relevante aspecto da vida nacional (MESQUITA FILHO, J., 1969, p.186).

Depois de passado tanto tempo, qual seria a leitura que o jornalista fazia da Universidade? Teria ela cumprido sua função? Teria ela se desenvolvido do jeito que planejava? E, a pergunta que norteia esta pesquisa, o que faz com que um jornalista, empresário, que nunca lecionou, tome para si a missão de fundar a Universidade de São Paulo? É o próprio Mesquita Filho que esclarece todas essas questões ao final de *Política e Cultura*:

Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulista até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos

que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a Universidade? Atribuíamos à incapacidade dos que se haviam apossado dos destinos da Nação os erros sem número que nos levaram, com a fatalidade das leis incoercíveis, da proclamação da República à revolução de 30 e, desta, ao levante constitucionista. Para não faltar ao compromisso que havíamos assumido com o grande movimento, lançamo-nos à tarefa que, não fora essa epopéia com que São Paulo reassumiu o seu papel histórico no quadro da Federação, jamais lograríamos tornar uma realidade. E ela aí está. Não quiseram tal qual a ideamos. Nem por isso, entretanto, estamos certos, deixou o decreto de 25 de janeiro de 1934 de assinalar nos fatos da Nacionalidade o maior acontecimento cultural da sua história (MESQUITA FILHO, J., 1969, p.198 – 199).

Hegemonia cultural e política, era isso que ele buscava, ou ao menos é o que ele declara. A sua universidade pode não ter ficado exatamente de acordo com os seus desejos, mas nem por isso, deixava de ter sua importância. Ele a qualifica de “maior acontecimento cultural” da história de São Paulo. Seus delírios de grandiosidade o fizeram se autodenominar como descendente dos bandeirantes, sendo que o primeiro membro da família a chegar ao Brasil é o tenente Monteiro, em 1807, com a comitiva de D. João VI.

Sua universidade se tornou, como ele desejava, um grande centro de pesquisa e formação de docente, mas, na maior parte das vezes, defendendo interesses bem diferentes daqueles planejados.

O instrumento epistemológico para a busca dos valores deve ser a razão, não emoções irracionais e avulsas. O homem é livre para fazer sua própria escolha, e esta pode ser a errada, mas ele não está livre de suas consequências. Ele pode se esquivar da realidade, pode seguir cegamente um curso ou a estrada que quiser, mas não tem como evitar o precipício a frente que ele se recusa a enxergar. Em resumo, ele é livre para escolher não ser consciente, mas não consegue escapar das penalidades de sua inconsciência.

Considerações Finais

Júlio de Mesquita Filho, em sua complexidade, transitava entre diferentes “espaços de sociabilidade”, apresentava certas inconstâncias conceituais, mas passou sua vida lutando para defender sua posição e seus interesses.

Nunca se afastou, de fato, das crenças evolucionistas, demonstrando seu apego ao pensamento spenceriano do século XIX. Suas concepções, tortas e mal-ajambradas refletiam os ideais de sua classe. E ainda hoje, essas mesmas concepções ecoam sub-repticiamente no debate público.

A sugestão da banca de qualificação para que abordasse Mesquita Filho sob a luz dos conceitos de intelectual e hegemonia em Gramsci foram muito úteis, porque deu um direcionamento mais coerente com a proposta do próprio Mesquita Filho. Afinal, como já abordado na introdução, e em trechos do terceiro capítulo, para Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002, p. 65).

Mesquita Filho, assim como o próprio Gramsci, entendia que a constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo. Mas é importante ressaltar que as formas da hegemonia nem sempre são as mesmas, elas variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva – que Gramsci (2000, p. 17) define como “consciência operosa da necessidade histórica”.

E é por isso que, para consolidar sua influência ideológica, o bloco hegemônico precisará conservar os apoios às suas orientações. Conforme Luciano Gruppi (1978).

A prisão e o exílio, em 1932, haviam dado a Mesquita Filho a noção de que o mundo estava mudando. Os interesses de sua classe já não eram mais a expressão da

realidade. Sendo assim, ele compreendeu que uma direção ético-política eficiente não depende apenas da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade.

Foi com base nessa leitura de mundo, estranhamente gramsciana para um liberal como Mesquita Filho, que o jornalista concebeu a ideia da Universidade de São Paulo. Seus ideais, no entanto, foram progressivamente sendo substituídos dentro da própria instituição.

O intelectual era, como já foi dito diversas vezes, um homem do século XIX. O que ele não contava é que, a formação do consenso para a transformação da ordem vigente depende da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de iniciativas e princípios ideológicos.

Essas conversões, que aconteceram bem aquém do esperado pelo marxista sardo, foram fundamentais para que o mundo se transformasse. Esses ideais eugenistas e elitistas ainda sobrevivem em nossa época, é verdade, mas são menos tolerados a cada dia.

Fica o registro de um homem que se professava liberal, mas que condenava a Abolição da escravatura e a proclamação da República. Algo relativamente comum no universo brasileiro.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

BARBOSA, Ruy. *Ruínas de um governo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1931.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2011.

BENEVIDES, Mauro. *Legislação eleitoral*. Brasília: Ed. Brasília, 1991.

BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. O jornal O Estado de S. Paulo no processo de americanização: o inquérito de 1914 e o ensino moral e cívico. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. v.1, 2006, Goiânia. *O jornal O Estado de S. Paulo no processo de americanização: o inquérito de 1914 e o ensino moral e cívico*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006, p. 3-8.

BRAGA, R. *A restauração do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. Ed. fac-similar. São Paulo: Edusp, 2004.

CÂNDIDO, A. Sociologia no Brasil. *Revista Tempo Social*. São Paulo, v. 18, n. 1. jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CARDOSO, Irene de A. R. *A universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade São Paulo*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.

CARONE, Edgar. *A segunda república: instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, João do Prado Ferraz. *A campanha de defesa da escola pública em São Paulo (1960-1961)*. 310p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2ª Impressão, Belo Horizonte: RD. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998.

CASTAÑEDA, Luzia A. *Unidades Fisiológicas de Herbert Spencer*. Revista da SBHC, nº 13, p 3-8. 1995.

CERQUEIRA FILHO, Gilásio. *A “questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHARLE, Christophe. *Los intelectuales en el siglo XIX: Precursores del pensamiento moderno*. Madri: Siglo Veintiuni de Espana Editores, 2000.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo. n. 35, p.255-272, dez. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil, In: LOPES, Elaine M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs), *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. Design de Jornais: projecto gráfico diagramação e seus elementos. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damascenopatricia-2013-design-jornais.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

DECCA, Edgar de. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEL CONT, Valdeir. *Francis Galton: eugenia e hereditariedade*. Sci. stud. [online]. vol. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

DIWAN, Pietra. Eugenia: a biologia como farsa. *História Viva*, São Paulo, ed.49, p.76-80, nov. 2007.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2.v.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2009.

FREUD, Sigmund. *Three Essays on the Theory of Sexuality*. Trad. James Strachey. New York: Basic Books, 1996 [reimpressão da edição de 1905].

GENTILLI, Victor. *Democracia de Massas: jornalismo e cidadania - Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Integralismo Lusitano, Nacionalismo Católico e Educação: conexões entre intelectuais brasileiros e portugueses (1913-1934). *Revista NUPEM* (Impresso), v. 8, n. 14, p. 99-116, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel - notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere: Literatura, folclore, gramática - Apêndices: variantes e índices*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

_____. *Cadernos do Cárcere* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade os cantos e os antros: Campinas 1850 – 1900*. São Paulo: EDUSP, 1996

LARIZZATTI, Dóris Sathler de Souza. “*A luz dos olhos de um povo*”: os projetos de educação do jornal *O Estado de S. Paulo* (1920-1934). São Paulo, 1999. 285 p. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LIMA, Soraia Herrador Costa. *Julio de Mesquita Filho: entre a máquina de escrever e a política - O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2008. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.

LIMONGI, Fernando de M. P. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Campinas, 1988. 285 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARCILIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, Ana Luíza e LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: A Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1991. 281 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

MEDEIROS, Valeria A. O jornal O Estado de S. Paulo como principal divulgador das propostas educacionais da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, n. 6, 2006, Universidade Federal de Uberlândia. *O jornal O Estado de S. Paulo como principal divulgador das propostas educacionais da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924)*. Uberlândia: s/e. 2006. p. 3149-3157.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTOYAMA, Shozo. *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: EDUSP, 2006.

NEMI, Ana Lúcia Lana. A Escola Paulista de Medicina entre Tradição e Modernidade (1933 – 1956) in: RODRIGUES, J., org. *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória*. São Paulo: Editora Unifesp, 2008, p. 93 – 140.

NIETZSCHE, Friedrich. *Kritische Studienausgabe in 15 Bänden*. Berlin/New York: De Gruyter, 1999.

PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo*. Recife: Ed. Massangana 2010;

PONTES, José Alfredo Vidigal. *Julio de Mesquita Filho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

REZZUTTI, Paulo. Por trás da Primeira República. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 69, p. 22-23, jun. 2011.

RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 3.ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1981.

ROCHA, Franco. *O pansexualismo na doutrina de Freud*. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild, 1920.

ISBN: 978-85-61673-83-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SALONE, Roberto Aldo. *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Julio de Mesquita Filho*. São Paulo: Albatroz, 2009.

SANCHES, Mario Antonio. *Brincando de Deus: bioética e as marcas sociais da genética*. São Paulo: Ave-Maria, 2007.

- SEVERIANO, Mylton. *Nascidos para perder: História do Estadão, jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras e das armas*. Florianópolis: Insular, 2012.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.94).
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- SOARES, Manuel de Jesus Araújo. *A educação preventiva: Fernando de Azevedo e o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, 1926*. De 1978, 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A. 1966.
- SPENCER, Herbert. *Principles of Biology*. London: Williams and Norgate, 1864.
- SPENCER, Herbert. *Educação: intellectual, moral e physica*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1901.
- SPENCER, Herbert. *Premiers principes*. Trad. M. M. Cazelles. Paris: Félix Alcan, 1907a.
- SPENCER, Herbert. *L'Education: intellectuelle, morale et physique*. Paris: s/e., 1907b.
- SPENCER, Herbert. *Education - intellectual, moral and physical*. London: Watts & Co., 1929.
- STEUER, Renata Cláudia. *Júlio de Mesquita Filho: formação e evolução de um liberal*. São Paulo, 1982. 174 p. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TAYLOR, Michael. *Spencer's Place in Victorian Thought*. Herbert Spencer Collected Writings Vol. V. Routledge & Thoemmes Press. Londres, 1996.
- THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TIMASHEFF, Nicholas S. *La teoria sociologia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1955.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América: Leis e Costumes - Livro I*. São Paulo. Martins Fontes, 2014

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 11ª ed. São Paulo: Pioneira, 1996 [publicado originalmente entre 1904 e 1905].

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave: Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Fontes

AZEVEDO, Fernando de. O inquérito sobre a instrução. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 1926, p. 4.

CALDEIRA, Jorge. 80 anos sem Julio Mesquita. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2007. Vida & Memória, p. A20.

LYCEU Franco-Brasileiro em S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1925, p.3

MESQUITA FILHO, Julio de. A crise nacional: reflexões em torno de uma data. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 1925.

MESQUITA FILHO, Julio de. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. São Paulo: Seção de obras de O Estado de S. Paulo, 1925

MESQUITA FILHO, Julio de. *Ensaio sul-americanos*. São Paulo: Livraria Martins, 1956.

MESQUITA FILHO, Julio de. Notícia nova. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1960, p.9.

MESQUITA FILHO, Julio de. Um esboço de autobiografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1969, p.9-10.

MESQUITA FILHO, Julio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Livraria Martins, 1969.

MESQUITA FILHO, Ruy. *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Julio de Mesquita Filho*. São Paulo: Ed. Albatroz, 2006.

NOTAS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan.1934, p.3.

NOTÍCIAS diversas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 dez. 1916, p.2.

REZZUTTI, Paulo. A Bucha: sociedade secreta paulista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, jun. de 2011.

RITTER, Marcelino. O sisudo Diretor *in* Suplemento do Centenário. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 de jun. 1975, p.6.

Legislação

BRASIL. Decreto n. 16.543, de 07 de agosto de 1924. Dispõe o fechamento por seis meses da Liga Nacionalista de São Paulo. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16543-7-agosto-1924-516560-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 3.853 de 11 de junho de 1925. Dispõe a reforma estadual do ensino. Disponível em: <
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3858-11.06.1925.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 6283 de 25 de janeiro de 1934. Crea a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html>>. Acesso em: 5 set. 2017.